

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO E DOUTORADO**

THÂNIA MARA KAMINSKI JACON

**A EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E A EDUCAÇÃO DESTINADA AOS
IDOSOS NOS CAMPOS GERAIS (PR)**

**PONTA GROSSA
2019**

THÂNIA MARA KAMINSKI JACON

**A EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E A EDUCAÇÃO DESTINADA AOS
IDOSOS NOS CAMPOS GERAIS (PR)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG/PR), na Linha de História e Políticas Educacionais, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Paola Andressa
Scortegagna.

**PONTA GROSSA
2019**

J17 Jacon, Thânia Mara Kaminski
A efetivação das políticas públicas e a educação destinada aos idosos nos
Campos Gerais (PR) / Thânia Mara Kaminski Jacon. Ponta Grossa, 2019.
141 f.

Dissertação (Mestrado em Educação - Área de Concentração: Educação),
Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Paola Andressa Scortegagna.

1. Política públicas. 2. Educação. 3. Envelhecimento. 4. Idoso. I.
Scortegagna, Paola Andressa. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Educação. III.T.

CDD: 379

TERMO DE APROVAÇÃO

THÂNIA MAIRA KAMINSKI JACON

A EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E A EDUCAÇÃO DESTINADAS AOS IDOSOS NOS CAMPOS GERAIS (PR)

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientador (a)


Prof. Dra. Paula Andreza Montegagna - UEPG


Prof. Dr. Antônio Carlos Frasson - UTFPR


Prof. Dra. Rita de Cássia da Silva Oliveira - UEPG


Prof. Dra. Vera Lúcia Martiniak - UEPG

Ponta Grossa, 02 de julho de 2019

Dedico este trabalho as pessoas que sempre me incentivaram, estiveram ao meu lado e acreditaram nos meus sonhos. Meus pais, **Arcílio** e **Vanda**, vocês são meu grande exemplo de força e perseverança. Meu esposo, **Anderson**, companheiro de toda caminhada. Obrigada!

AGRADECIMENTOS

A Deus por permitir chegar a esse momento, mesmo diante das dificuldades e cansaço, a fé de que tudo daria certo me sustentou.

Aos meus pais, Arcílio e Vanda, por confiarem em mim, no meu potencial e por me mostrarem que posso ir cada vez mais longe.

Ao meu esposo, Anderson, pelo apoio irrestrito e por me permitir realizar mais um sonho.

Minha pequena filha, Bianca, pelos sorrisos sinceros e abraços carinhosos, por entender minhas infinitas ausências e pelo incentivo com palavras simples mas repletas de amor.

Aos amigos que essa caminhada trouxe, Beatriz, Bernardo, Bianca, Bruna, Franciele, Jaíne e Osni, serei eternamente grata por todas as conversas e ideias compartilhadas.

Aos colegas do Mestrado e professores (Susana, Patrícia, Paola e Vera) pelas discussões e oportunidade de crescimento intelectual.

Aos professores Antônio Carlos Frasson, Rita de Cássia da Silva Oliveira, Vera Lucia Martiniak e Oriomar Skalinski Junior, pelos apontamentos e sugestões que me fizeram refletir e aperfeiçoar a conclusão desta dissertação.

Minha querida orientadora e amiga Paola, por partilhar comigo um pouco do seu conhecimento, por confiar em mim e pelo incentivo incansável ao longo destes anos, pela paciência e palavras de apoio. Suas mãos me conduziram a este momento. Serei eternamente grata.

Aos municípios que me acolheram e permitiram a realização desta dissertação.

A todos aqueles que, de alguma maneira, estiveram ao meu lado ao longo desta caminhada.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

*“Tudo aquilo que o homem ignora não
existe para ele. Por isso o universo de
cada um se resume ao tamanho do seu
saber”.*

(Albert Einstein)

JACON, T. M. K. **A efetivação das Políticas Públicas e a educação destinada aos idosos nos Campos Gerais (PR)**. Orientadora: Paola Andressa Scortegagna. Ponta Grossa, 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

RESUMO

O aumento da expectativa de vida traz a necessidade de discussões que envolvem o processo de envelhecimento e das adequações que a sociedade precisa passar para atender os sujeitos que envelhecem, pois eles exigem modificações sociais, políticas, econômicas e educacionais. O fenômeno do envelhecimento mundial tem exigido, nas últimas décadas, um repensar e reorganizar continuamente de ações que atendam, com qualidade, aos idosos. Dentro dessas modificações, encontram-se a formação de conceitos e a superação de pré-conceitos que se fortaleceram junto com esse caminho de superação. A educação desponta como uma possibilidade de auxílio na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, que reconheça nos idosos sujeitos com potencialidades e conhecimentos. Nessa perspectiva este trabalho parte da seguinte questão norteadora: Os municípios dos Campos Gerais (PR) viabilizam a implementação de políticas públicas por meio de ações/processos educativos para os idosos? O objetivo geral da pesquisa é analisar como as políticas públicas nacionais e estaduais destinadas aos idosos são desenvolvidas por cinco municípios dos Campos Gerais (PR). Os objetivos específicos são destacar a evolução dos conceitos de velhice e envelhecimento que resultaram nas concepções atuais; averiguar as políticas públicas que norteiam as ações dos municípios pesquisados; inteirar-se dos espaços educativos destinados aos idosos na região pesquisada e aprofundar-se e examinar as atividades desenvolvidas pelos idosos de acordo com as propostas dos municípios. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, na qual a coleta de dados aconteceu por meio de aplicação de questionários semiestruturados para 78 idosos e de entrevista com os 5 coordenadores dos municípios participantes: Ponta Grossa, Castro, Carambeí, Palmeira e Telêmaco Borba. A pesquisa está fundamentada em Beauvoir (2012), Fonseca (2006), Furtado (1997), Furter (1976), Moragas (2010), Oliveira (1999; 2002; 2011), Salgado (1980) e Scortegagna (2010; 2016). Como resultados a pesquisa aponta que os municípios estão buscando constantemente adequar-se as políticas educacionais nacionais e estaduais, entendendo que a educação possui uma significativa importância enquanto instrumento que permite maior autonomia e desempenho da cidadania. Conclui-se ainda que os idosos valorizam esses espaços como meio de socialização e construção de vínculos num momento em que a sociedade tende a desvalorizá-los. Evidencia-se ainda a necessidade de investimentos na formação dos profissionais que atuam com os idosos para que a qualidade das ações propostas possam ser enriquecidas e promovam superação de situações de marginalização.

Palavras-chave: Políticas públicas. Educação. Envelhecimento. Idoso.

JACON, T. M. K. **A efetivação das Políticas Públicas e a educação destinada aos idosos nos Campos Gerais (PR)**. Orientadora: Paola Andressa Scortegagna. Ponta Grossa, 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

ABSTRACT

The increase in life expectancy brings about the need for discussions that involve the aging process and the adjustments that society needs to take to meet aging subjects, since they require social, political, economic and educational changes. The phenomenon of global aging has required, in the last decades, a rethinking and reorganization of actions that meet, with quality, the elderly. Within these modifications are the formation of concepts and the overcoming of preconceptions that have been strengthened along with this path of overcoming. Education emerges as a possibility of aid in the construction of a more just and egalitarian society, which recognizes in the elderly subjects with potential and knowledge. From this perspective, this work is based on the following guiding question: Can the municipalities of Campos Gerais (PR) make it possible to implement public policies through educational actions / processes for the elderly? The general objective of the research is to analyze how the national and state educational policies for the elderly are developed by five municipalities of Campos Gerais (PR). The specific objectives are to highlight the evolution of the concepts of old age and aging that have resulted in the current conceptions; to investigate the public policies that guide the actions of the municipalities surveyed; to get acquainted with the educational spaces destined to the elderly in the researched region and to deepen and examine the activities developed by the elderly according to the proposals of the municipalities. It is a qualitative exploratory research, in which the data collection was done through the application of semi-structured questionnaires for 78 elderly people and an interview with the 5 coordinators of the participating municipalities: Ponta Grossa, Castro, Carambeí, Palmeira and Telêmaco Borba . The research is based on Beauvoir (2012), Fonseca (2006), Furtado (1997), Furter (1976), Moragas (2010), Oliveira (1999; 2002; 2011), Salgado (1980) e Scortegagna (2010; 2016). As results, the research indicates that the municipalities are constantly seeking to adapt national and state educational policies, understanding that education has a significant importance as an instrument that allows greater autonomy and performance of citizenship. It is also concluded that the elderly value these spaces as a means of socializing and building bonds at a time when society tends to devalue them. There is also evidence of the need for investments in the training of professionals who work with the elderly so that the quality of the proposed actions can be enriched and promote overcoming situations of marginalization.

Keywords: Public policy. Education. Aging. Elderly.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	-	Projeção da população mundial	39
FIGURA 2	-	Expectativa global de vida.....	41
FIGURA 3	-	Envelhecimento da população.....	42
FIGURA 4	-	Expectativa de vida mundial.....	44
FIGURA 5	-	Envelhecimento da população idosa (60 anos e +) no Brasil: 2000 – 2100.....	45
GRÁFICO 1	-	Distribuição da população por sexo e grupo de idade.....	48
GRÁFICO 2	-	Distribuição da população de acordo com a cor ou raça	49
QUADRO 1	-	Ações voltadas ao envelhecimento (no Brasil).....	53
QUADRO 2	-	Ações voltadas ao envelhecimento (no mundo).....	62
QUADRO 3	-	Legislação Estadual – Pessoa idosa.....	77
FIGURA 6	-	Campos Gerais.....	80
QUADRO 4	-	Perfil do coordenador entrevistado nos Campos Gerais em 2018.....	107
QUADRO 5	-	Tempo de atuação como coordenador nos municípios pesquisados nos Campos Gerais em 2018.....	108
QUADRO 6	-	Informações sobre o projeto/programa nos municípios pesquisados nos Campos Gerais em 2018	109
QUADRO 7	-	Ações educativas desenvolvidas e como elas promovem a educação nos municípios pesquisados nos Campos Gerais em 2018.....	110
QUADRO 8	-	Os profissionais envolvidos nas atividades desenvolvidas com os idosos nos Campos Gerais em 2018.....	112
QUADRO 9	-	Objetivos do projeto/programa desenvolvido pelos municípios pesquisados nos Campos Gerais em 2018.....	113

QUADRO 10	- Público participante das atividades realizadas nos Campos Gerais em 2018.....	114
QUADRO 11	- Avaliação do programa/projeto por parte dos coordenadores dos municípios pesquisados nos Campos Gerais em 2018.....	115

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	- Teses e dissertações defendidas entre 2003 – 2018.....	19
TABELA 2	- Categorização de teses e dissertações (2003 – 2018).....	20
TABELA 3	- A população mundial e regiões.....	40
TABELA 4	- Número de participantes da pesquisa nos Campos Gerais em 2018	89
TABELA 5	- Faixa etária dos participantes da pesquisa nos Campos Gerais em 2018.....	90
TABELA 6	- Estado civil dos entrevistados na pesquisa nos Campos Gerais em 2018.....	91
TABELA 7	- Porcentagem do nível de escolaridade dos participantes dos Campos Gerais em 2018.....	92
TABELA 8	- Condições de moradia dos entrevistados dos Campos Gerais em 2018.....	93
TABELA 9	- Tempo que os entrevistados participam das atividades ofertadas nos Campos Gerais em 2018.....	94
TABELA 10	- Como os entrevistados souberam das atividades desenvolvidas nos Campos Gerais em 2018.....	95
TABELA 11	- Frequência semanal dos participantes nas atividades oferecidas nos Campos Gerais em 2018.....	96
TABELA 12	- Motivos relatados pelos entrevistados para frequentarem os espaços pesquisados nos Campos Gerais em 2018	97
TABELA 13	- Rotina dos entrevistados antes de integrarem o projeto/programa nos Campos Gerais em 2018.....	98
TABELA 14	- Atividades desenvolvidas pelos municípios pesquisados nos Campos Gerais em 2018.....	100
TABELA 15	- Listagem das aprendizagens destacadas pelos entrevistados nos Campos Gerais em 2018.....	102
TABELA 16	- Caráter educacional das atividades desenvolvidas pelos municípios dos Campos Gerais em 2018.....	104
TABELA 17	- O que é educação para os entrevistados nos Campos Gerais em 2018.....	105

LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

APAE	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCI	Centro de Convivência do Idoso
CECON	Centro de Convivência
CEDI	Conselho Estadual dos Direitos do Idoso
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
COI	Centro Ocupacional do Idoso
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
LOPS	Lei Orgânica de Previdência Social
MPS	Ministério da Previdência e Assistência Social
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUBR	Organização da Nações Unidas Brasil
PAIE	Programa de Atenção Integral ao Envelhecimento
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios
PNI	Política Nacional do Idoso
RENADI	Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa
SBGG	Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UATI	Universidade Aberta para a Terceira Idade
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
WHO/OMS	Organização Mundial de Saúde
WPP	World Population Prospects (Perspectivas de População Mundial)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
 CAPÍTULO 1 – O ENVELHECIMENTO HUMANO: DA ANTIGUIDADE A MODERNIDADE	 23
1.1 AS CONCEPÇÕES SOBRE A VELHICE E ENVELHECIMENTO AO LONGO DA HISTÓRIA.....	23
1.1.1 Envelhecer e seus significados na contemporaneidade	33
1.2 A NOVA FACE DA VELHICE	39
 CAPÍTULO 2 – O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO POPULACIONAL NO BRASIL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS	 47
2.1 O BRASIL QUE ENVELHECE	47
2.1.1 A situação e o direito dos idosos no Brasil	50
2.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O IDOSO	56
2.2.1 Políticas públicas internacionais para os idosos	62
2.2.2 As políticas públicas e a educação	64
 CAPÍTULO 3 - OS ESPAÇOS EDUCACIONAIS VOLTADOS PARA OS IDOSOS .	69
3.1 OS IDOSOS E A EDUCAÇÃO PERMANENTE.....	70
3.2 A EDUCAÇÃO PARA O IDOSO NOS CAMPOS GERAIS – PR	76
3.2.1 Carambeí	81
3.2.2 Castro	81
3.2.3 Palmeira	82
3.2.4 Ponta Grossa	82
3.2.5 Telêmaco Borba	83

CAPÍTULO 4 – AS AÇÕES EDUCATIVAS E A INFLUÊNCIA NO COTIDIANO DO IDOSO	84
4.1 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO	84
4.2 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS (IDOSOS)	89
4.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS (COORDENADORES)	106
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 117
REFERÊNCIAS	124
 APÊNDICE A – Produções acadêmicas	 132
APÊNDICE B – Questionário para o idoso	137
APÊNDICE C – Entrevista para o coordenador	140
APÊNDICE D – Termo de consentimento livre e esclarecido	141

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional não é um fato recente e por isso promove discussões e reflexões há muitos anos. A construção social do envelhecimento acontece conforme os valores da sociedade vão se transformando: o idoso, que pode ser conhecido como um sábio numa determinada sociedade é o mesmo que é marginalizado por outra. Na sociedade ocidental, especialmente, a marginalização do idoso (por ser considerado improdutivo, pelos custos de previdência e saúde) é um fato que merece atenção.

A oportunidade de iniciar os estudos referentes a terceira idade surgiu no ano de 2007, quando iniciei minha trajetória acadêmica no curso de Licenciatura em Pedagogia (UEPG). Já nas primeiras aulas de Sociologia a professora Doutora Rita de Cássia da Silva Oliveira falou sobre seus estudos acerca do envelhecimento e sobre a UATI/UEPG. Movida pela curiosidade por ser um tema que eu não dominava, passei a fazer parte do grupo de estudos organizado por ela. As descobertas diárias, as leituras, os artigos acadêmicos, as discussões sobre o envelhecimento e a participação em eventos fizeram parte da minha rotina durante os quatro anos que se seguiram. Meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) também foi na área, intitulado “Educação para a Terceira Idade: do acesso do idoso à necessidade da integração curricular no curso de Pedagogia – UEPG”, no qual refleti sobre a necessidade do curso de Pedagogia discutir a educação para o idoso. Os anos que seguiram a graduação foram dedicados as especializações *lato sensu*, sempre com um olhar e carinho especial pela temática voltada para a terceira idade. Quando decidi me dedicar a um projeto voltado ao mestrado, não havia dúvidas: o objeto de estudo seriam os idosos e a educação. Os estudos foram aprofundados, as informações enriquecidas e o caminho foi se desenhando até chegar neste momento.

Toda trajetória acadêmica, até a chegada deste momento, está diretamente relacionada a admiração pessoal e profissional por duas pessoas essenciais para a realização deste trabalho: prof. Dra Rita de Cássia da Silva Oliveira e prof. Dra Paola Andressa Scortegagna, com as quais partilho experiências e momentos de aprendizagem no grupo de estudos GEJAI. Acompanhar a dedicação e o trabalho de ambas em prol da temática abordada neste momento justifica o aporte teórico da produção científica dessas profissionais para embasar as reflexões deste momento.

Da mesma maneira, complexidade que envolve o envelhecimento é algo que sempre instigou a humanidade e levou muitos pensadores e filósofos a refletirem sobre sua causa, significado e consequência. Filósofos como Confúcio, Platão, Cícero e Sêneca fizeram tais reflexões e que nos ajudam a compreender conceitos do envelhecimento até a atualidade.

As discussões sobre o desenvolvimento humano, questões sobre a infância e até mesmo a vida adulta despertam interesse nos pesquisadores e suas produções são muito significativas quando se busca trabalhos acadêmicos no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Já temas que envolvem o envelhecimento são mais restritos, uma vez que o ser humano tem dificuldade em refletir e explicitar angústias e ideias sobre o próprio envelhecer (havia sido registrados na Plataforma Sucupira, no ano de 2018, cinco trabalhos com os descritores - terceira idade, educação, idoso e políticas públicas - selecionados para esta pesquisa).

Historicamente, o papel do idoso perpassa pelas narrativas mitológicas que atribuem a esses indivíduos a importância de manterem a cultura, tradições e memórias sociais de suas comunidades. Nas transformações da Antiguidade até os dias atuais, as relações intergeracionais especificamente entre avós e netos, deixaram de ter um caráter de construção do conhecimento e importância histórica e passaram a ser caracterizadas por meio da contribuição em relação aos saberes. Os aspectos positivos e negativos do envelhecimento foram discutidos desde então, oscilando entre visões otimistas e outras pessimistas.

Segundo a OMS (2017), a estimativa é que até o ano de 2050 sejam 2 bilhões de idosos no mundo contra os 900 milhões de idosos registrados no ano de 2015. Com a expectativa de vida aumentando significativamente, uma criança que nasça hoje tem a perspectiva de viver 20 anos a mais que a criança que nasceu há 50 anos. Com isso, a busca por informações e meios de manter o idoso integrado na sociedade torna imprescindível.

O Plano de Ação Internacional, elaborado na Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento (MADRID, 2002) destaca a necessidade do indivíduo envelhecer com segurança e dignidade, podendo participar da sociedade como cidadão capaz de exercer seus direitos.

No Brasil, o crescimento no número de idosos também se destaca: na década de 1980 se caracterizava um país jovem; hoje, é considerado um país adulto mas

caminhando para se tornar um país idoso no ano de 2050 (de acordo com as projeções do IBGE). Neste período de quase 40 anos, a expectativa de vida no país avançou de 54,6 para 73,6 anos.

Diante desta realidade, além da Constituição Federal de 1988, destacam-se a Política Nacional do Idoso (Lei 8842/94), que entre outras providências cria o Conselho Nacional do Idoso, e o Estatuto do Idoso (Lei 10741/03) que especifica em seus 118 artigos os direitos do idoso, além de outros documentos, como o Conselho Estadual dos Direitos do Idoso, que buscam amparar essa população. É válido ressaltar que o Estatuto do Idoso representa um avanço da Política Nacional do Idoso por aprimorar o texto inicial e torná-lo mais abrangente (dispõem sobre maus tratos, previdência, entre outros). As políticas públicas vêm ao encontro das necessidades da população idosa, garantindo-lhes direitos outrora inexistentes, como as anteriormente citadas.

Quando a Estatuto do Idoso garante aos idosos direitos civis, políticos, individuais e sociais, as políticas públicas desenvolvidas pelo Estado para assegurar tais direitos explicitam as necessidades percebidas nessa população e a intenção de corrigi-las.

Estudos na área do envelhecimento vem caminhando a passos largos nas últimas décadas, abandonando o caráter assistencialista e promovendo especialmente a disseminação dos direitos dos idosos e suas capacidades.

Hoje podemos contemplar diferentes autores que abordam o fenômeno do envelhecimento e o idoso como objeto de discussão: Beauvoir (2012), Fonseca (2006), Furtado (1997), Oliveira (1999; 2002; 2011), Scortegagna (2016) trazem reflexões sobre o processo de envelhecimento, os desafios enfrentados e a relevância da educação para a terceira idade.

Os dados do IBGE em relação a expectativa de vida do idoso fomentam a importância e a necessidade de se discutir o envelhecimento tanto mundial quanto brasileiro, uma vez que a longevidade se apresentando como um fato real, a estrutura demográfica mundial e nacional também se transformam.

Diante desses fatos, as pesquisas e discussões em torno do envelhecimento se tornam cada vez mais significativas. Pensar numa sociedade organizada de forma a respeitar e valorizar os idosos é fundamental. Nesse sentido, tem acontecido nas últimas décadas uma evolução no campo científico: são artigos acadêmicos,

pesquisas, livros, artigos e revistas que enfatizam o tema envelhecimento, buscando constantemente avanços nos estudos sobre o tema.

Este trabalho volta-se para o conhecimento de espaços educacionais destinados aos idosos na região dos Campos Gerais¹ de forma que os direitos do idoso, no que se refere a Educação, Cultura, Esporte e Lazer (explicitados nos artigos 20 e 21 do Estatuto do Idoso) sejam cumpridos. Nesse contexto, os municípios dos Campos Gerais (PR) viabilizam a implantação de políticas públicas por meio de ações/processos educativos para os idosos?

Desta maneira, o objetivo principal deste trabalho analisar como as políticas públicas nacionais e estaduais destinadas aos idosos são desenvolvidas por 5 municípios dos Campos Gerais (PR). Os objetivos específicos são: destacar a evolução dos conceitos de velhice e envelhecimento que resultaram nas concepções atuais; averiguar as políticas públicas que norteiam as ações dos municípios pesquisados; inteirar-se dos espaços educativos destinados aos idosos na região pesquisada e aprofundar-se e examinar as atividades desenvolvidas pelos idosos de acordo com as propostas dos municípios.

A metodologia adotada para a pesquisa é de uma investigação qualitativa, pois conforme afirma Chizzotti (2001), quando o pesquisador analisa os indivíduos que pesquisa e os significados dados as suas ações, a pesquisa qualitativa se justifica por possibilitar a compreensão das relações estabelecidas na vida nesses sujeitos, os sentidos de seus atos e os vínculos indissociáveis dele com o meio.

A coleta de dados foi realizada com os idosos por meio da aplicação de questionários semi-estruturados e com os responsáveis pelos programas/projetos desenvolvidos em cada município, por meio de entrevistas. A região dos Campos Gerais (PR) é formada por 19 municípios sendo que 5 deles anuíram participar da pesquisa.

Para maior aprofundamento em conceitos essenciais para o estudo e conhecimento da realidade, a pesquisa foi organizada em três momentos distintos: a

¹ A região dos Campos Gerais situa-se no Segundo Planalto Paranaense, caracterizando-se especialmente por vastos campos, fauna e flora abundantes. Não há definição exata sobre os municípios que o compõe, pois de acordo com os interesses de pesquisa ou critérios utilizados, o número de municípios pode ser ampliado ou reduzido. Para esta pesquisa adotou-se a listagem considerada pela Associação dos municípios dos Campos Gerais, que considera 19 deles integrantes da região: Arapoti, Carambeí, Castro, Curiúva, Imbaú, Ipiranga, Jaguariaíva, Ivaí, Ortigueira, Palmeira, Piraí do Sul, Ponta Grossa, Porto Amazonas, Reserva, São João do Triunfo, Sengés, Telêmaco Borba, Tibagi e Ventania (DICIONÁRIO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DOS CAMPOS GERAIS e AMCG).

revisão de literatura, a coleta de dados e a análise dos dados traçando um paralelo entre os mesmos e a literatura abordada.

A revisão de literatura possibilitou maior aprofundamento com o tema envelhecimento e definições de conceitos fundamentais para as futuras discussões, como o próprio conceito de envelhecimento, de velhice, a importância das políticas públicas e da educação permanente. Com tal finalidade, foi realizado o recorte temporal entre os anos de 2003 e 2018. Justifica-se o período de 15 anos diante das crescentes discussões sobre o envelhecimento humano e o significativo marco da aprovação do Estatuto do Idoso (2003). Além das publicações mencionadas, optou-se pelo levantamento de teses e dissertações consultando o catálogo de teses e dissertações da CAPES (abril/18). As palavras-chave utilizadas para o levantamento foram: terceira idade, educação, idoso e políticas públicas. Ao se optar por trabalhar com teses e dissertações, apurou-se: 130 cursos avaliados e reconhecidos pela CAPES; 74 instituições com mestrado e doutorado em Educação; 40 instituições com produções relacionadas ao tema de estudo. Entre os anos de 2003 e 2018: 124 trabalhos selecionados, sendo 94 dissertações e 30 teses. Destes, foram selecionados 44 trabalhos: 32 dissertações e 12 teses. Os critérios adotados para tal seleção foram as produções na área da educação e que pudessem ser acessados na íntegra (Apêndice A).

De acordo com o levantamento de dissertações e teses referentes ao tema Terceira Idade, disponibilizados pela Capes, entre os anos de 2003 e 2018, percebe-se uma oscilação no aumento das discussões, no entanto é possível perceber que elas apresentam avanços, como demonstra a Tabela 1.

TABELA 1: Teses e dissertações defendidas entre 2003 e 2018

Ano	Dissertações	Teses	Subtotal	Percentual
2003	5	2	7	5,65%
2004	7	1	8	6,45%
2005	4	2	6	4,84%
2006	13	0	13	10,49%
2007	3	3	6	4,84%
2008	4	3	7	5,65%
2009	11	1	12	9,67%
2010	9	0	9	7,25%
2011	3	3	6	4,84%
2012	8	3	11	8,87%
2013	8	1	9	7,25%
2014	2	2	4	3,22%
2015	5	2	7	5,65%
2016	7	4	11	8,87%
2017	3	2	5	4,04%
2018	2	1	3	2,42%
Total	94	30	124	100%

Fonte: Banco de Teses e Dissertações – CAPES

Percebe-se que o ano de 2006 foi o que mais se produziu trabalhos acadêmicos voltados ao tema abordado, exatamente 3 anos após o Estatuto do Idoso entrar em vigor. Esse dado aponta para o avanço nas discussões diante de um marco significativo no que se refere aos direitos dos idosos.

Ao realizar a busca no catálogo de teses e dissertações da CAPES, pode-se observar que a grande maioria das pesquisas na área educacional se destina as crianças e adolescentes. Ainda que as pesquisas destaquem o envelhecimento populacional, a comunidade acadêmica brasileira parece não ter adotado tais discussões com tanto interesse. Caso isso acontecesse, veríamos, certamente, um número muito mais elevado de teses e dissertações discutindo as questões sobre o envelhecimento.

A busca por trabalhos acadêmicos que abordam o tema “envelhecimento e velhice” possibilitou conhecer com maior profundidade os estudos já realizados, as metodologias e referenciais utilizados e, desta forma, delinear os caminhos a serem percorridos neste trabalho de maneira que ele pudesse trazer outras reflexões.

Neste caminho, a categorização dos trabalhos selecionados no catálogo de teses e dissertações da CAPES permitiu uma visão mais clara das áreas priorizadas nas produções, conforme a Tabela 2.

TABELA 2: Categorização de dissertações e teses (2003 – 2018)

	Categorias	Quantidade
01	Educação para idosos	8
02	Aprendizagem e alfabetização	9
03	Universidade Aberta para a Terceira Idade	3
04	Formação de professores	2
05	Inserção social	3
06	Educação gerontológica	2
07	Memórias	3
08	Velhice e envelhecimento	5
09	Políticas públicas para idosos	7
10	Saúde do idoso e qualidade de vida	2
	Total	44

Fonte: A autora

Os trabalhos selecionados são todos da área da educação, sendo este um critério utilizado para a busca no catálogo da CAPES. A categorização apresenta a concentração dos temas investigados nessas produções, com maior destaque para a alfabetização de jovens, adultos e idosos bem como as políticas públicas voltadas aos idosos.

Mesmo com diferentes enfoques, os trabalhos trazem reflexões que colocam o idoso como protagonista das discussões e valorizam propostas para viabilizar a autonomia e a cidadania desses sujeitos. O referencial teórico utilizado nas produções está alicerçado em documentos oficiais e em autores pesquisadores da área, como Cachioni (2003), Beauvoir (1990), Furter (1976) e Neri (1991). Outro fator que merece destaque é o apontamento que todas as produções trazem em suas considerações finais, da necessidade de aprofundamento nas reflexões sobre questões relacionadas ao idoso e a envelhecimento.

Os conceitos abordados nas dissertações “O idoso na contemporaneidade: expectativas, desafios e contribuições vivenciadas em espaços de aprendizagem”, de Neuda Ribeiro Macedo (2013) e “Políticas públicas e educação para a terceira idade: contornos, controvérsias e possibilidades”, de Paola Andressa Scortegagna (2010) e na tese “Emancipação política e educação: ações educacionais para o idoso nas instituições de Ensino Superior públicas paranaenses”, de Paola Andressa Scortegagna (2016) auxiliaram nas considerações apontadas nesse trabalho, especialmente no aprofundamento de conceitos e referencial teórico.

A tríade que sustenta as discussões se baseia nas políticas públicas, na educação permanente e nas ações dos municípios participantes. Assim, esta dissertação está organizada em quatro capítulos.

O primeiro capítulo, “O envelhecimento humano: da antiguidade a modernidade”, apresenta a evolução histórica dos conceitos de velhice e envelhecimento em diferentes civilizações, desde o Antigo Egito até os dias atuais, mostrando especialmente como em cada tempo histórico e de acordo com a cultura de cada povo o velho era percebido.

O segundo capítulo, “O processo de envelhecimento populacional no Brasil e as políticas públicas”, descreve como o envelhecimento tem acontecido na população brasileira com comparações por gênero e idade, traz as principais políticas públicas nacionais voltadas para os idosos num paralelo com as principais políticas internacionais e discute a relação entre as políticas públicas e educação voltada para os idosos.

O terceiro capítulo, “Os espaços educacionais voltados aos idosos”, apresenta a relevância da educação permanente na vida dos idosos e traz informações sobre a educação para o idoso nos Campos Gerais (PR), destacando os municípios participantes da pesquisa.

O quarto capítulo, “As ações educativas e a influência no cotidiano do idoso” apresenta os encaminhamentos metodológicos, os dados coletados e as análises, trazendo reflexões sobre as políticas públicas e as ações educativas que cada município destina aos idosos. Os questionários aplicados aos idosos e as entrevistas com os responsáveis pelas ações em cada município são apresentados de forma conjunta, visando articular de forma clara e objetiva as informações coletadas. Os sujeitos da pesquisa são dos municípios de Carambeí, Castro, Palmeira, Ponta Grossa e Telêmaco Borba.

Nas considerações finais busca-se articular as informações provenientes do levantamento bibliográfico com as principais percepções obtidas por meio dos instrumentos da coleta de dados. Também se analisa como os idosos compreendem as atividades desenvolvidas nos grupos e, especialmente, o que eles entendem por educação. Compreender esse conceito é determinante no processo de análise das atividades propostas. Em relação aos coordenadores, a condução das atividades propostas nos projetos/programas e como percebem a educação nessas ações se

destacam e auxiliam na forma de compreender a implementação das políticas públicas em cada município.

CAPÍTULO 1

O ENVELHECIMENTO HUMANO: DA ANTIGUIDADE A MODERNIDADE

Para compreender o processo histórico que culminou nos conceitos de velhice e envelhecimento utilizados atualmente nas produções científicas, os avanços em relação aos direitos e a estruturação das políticas públicas voltadas aos idosos no Brasil, é necessário conhecer os caminhos percorridos pelo tema ao longo da história.

“As concepções sobre a velhice e envelhecimento ao longo da história” introduz a discussão sobre o envelhecimento humano, apontando que a chegada da velhice é um momento importante na vida do sujeito assim como as fases anteriores. Traz também diferentes formas de como o envelhecimento e a velhice são encarados ao longo da história, para que se possa compreender os fatores que influenciaram a visão ocidental que se tem na atualidade.

“A nova face da velhice” aborda informações atuais no que se refere as expectativas de envelhecimento da população, um alerta para novas discussões que envolvem a velhice e que conduz a importância das políticas públicas destinadas aos idosos.

1.1 AS CONCEPÇÕES SOBRE A VELHICE E O ENVELHECIMENTO AO LONGO DA HISTÓRIA

O processo de envelhecimento se faz presente na vida de todos os sujeitos, mesmo que esses não tomem consciência ou optem por não refletir sobre ele. A resistência em pensar e falar sobre o envelhecer remete a forma que esse processo é interpretado pelo ser humano, geralmente envolto por dúvidas e medos.

O fato de que o envelhecimento ocorre desde a concepção até a morte implica em constantes mudanças que envolvem diferentes aspectos da vida: mudanças no organismo, nas relações sociais e os aspectos psicológicos. Essas mudanças reduzem muitas das capacidades que o indivíduo adquire durante a vida mas não o tornam incapazes - exceto em situações patológicas (SCORTEGAGNA, 2010).

Para Medeiros (2003) a vida é um entrelaçamento de tempos (passado, presente e futuro) e não pode se reduzir a meras sucessões de eventos. E é através

desses “tempos” que as pessoas se transformam e se aperfeiçoam pois são as vivências e os conhecimentos experimentados que as tornam mais completas. Seguindo essa ideia, a velhice é a etapa da vida na qual se tem a possibilidade de agregar mais conhecimentos e experiências.

Já Skinner e Vaughan (1985) comparam a velhice com o planejamento para morar em outro país, destacando a importância de se preparar com antecedência para tal mudança, a fim de aproveitá-la o máximo possível. Para Fonseca (2006) a vida diária é fundamental no processo de envelhecimento. Os caminhos percorridos no decorrer da vida são determinantes na construção da velhice. Tanto Paschoal (2005) quanto Oliveira (1999) reforçam que a velhice é uma fase natural do desenvolvimento humano e precisa ser encarada como tal.

Para Scortegagna (2010, p. 17) “este evento (envelhecer) ocorre diariamente, pois cada dia a mais que se vive, registra-se como um dia a mais de experiência, como também um dia a mais no processo de envelhecimento de cada indivíduo”. A consciência do envelhecimento constante e gradativo torna-se um diferencial significativo nas reflexões acerca do tema, bem como no avanço de tais discussões.

O crescimento no número de idosos em todo o mundo é um acontecimento que tem instigado muitos pesquisadores, nas mais diferentes áreas, a debaterem os desafios, as possibilidades e as transformações que cercam essa parcela da população. Afinal, dos 590 milhões de idosos estimados no final do século passado para a previsão de 2 bilhões em 2050, há claramente um salto significativo (FREITAS, 2004).

Diante de toda essa demanda torna-se imprescindível pensar sobre o envelhecimento e as questões sociais, econômicas, culturais, espirituais e civis, além de possibilitar que os idosos mantenham sua cidadania e participação efetiva na comunidade na qual ele envelhece (BERTI, 2004).

Desta maneira, observa-se na literatura, na história e nos trabalhos científicos a evolução dos conceitos de envelhecimento e velhice alicerçados no contexto social vivenciado.

De acordo com Barreto (1992, p. 23) a velhice, que era ridicularizada no século XVIII, passou a ser sinônimo de sabedoria no século XIX, disfarça-la fisicamente ou psicologicamente foi comum no século XX, no qual a pressão social para negar a velhice foi muito grande.

Nos países orientais atingir a velhice é sinônimo de grande sabedoria, um verdadeiro objeto de adoração que instiga aos mais jovens a buscar conhecimento por meio dos saberes dos idosos. De acordo com Palma e Schons (2000) para compreender a realidade e o significado da velhice é preciso conhecer como as representações do velho aconteceram ao longo dos tempos e nos diferentes lugares.

Um dos fatores que alimenta os preconceitos que envolvem a velhice e o envelhecimento é a ausência de conceitos que definam claramente esses termos.

Desta maneira, há diferentes formas de definição para envelhecimento e velhice,

Considera-se que o envelhecimento representa o impacto da passagem do tempo ao longo do curso da vida, e a velhice se refere à forma como a sociedade define as pessoas idosas. Ambos os fenômenos implicam dimensões biológica, fisiológica, psicológica e sociológica/social (GUÉ, 2013, p. 265)

A história e a cultura de cada povo possuem grande influência sobre os atuais conceitos atribuídos ao envelhecimento e a velhice, que podem oscilar entre o respeito e preconceito pelos saberes que acompanham a idade bem como a imagem de alguém que nada mais tem a contribuir com a sociedade.

Cada marco significativo nessa evolução delimita um tempo (histórico) que permite o estudo aprofundado de suas características e concepções, o que auxilia no entendimento de tal momento. Nesse sentido

Por trás do nosso presente, como infraestrutura condicionante unitária e dotada de sentido orgânico e permanente no tempo, opera a Modernidade. Por trás da Modernidade, coloca-se a Idade Média, e por trás desta a Idade Antiga; e, antes ainda, o Mediterrâneo como encruzilhada de culturas, o Oriente como matriz de muitas formas culturais do Ocidente, a grande revolução do Neolítico e o advento das sociedades hidráulicas. A história é um organismo: o que está antes condiciona o que vem depois; assim, a partir do presente, da Contemporaneidade e suas características, seus problemas, deve-se remontar para trás, bem para trás, até o limiar da civilização e reconstruir o caminho complexo, não linear, articulado, colhendo, ao mesmo tempo, seu processo e seu sentido (CAMBI, 1999, p. 37).

Ao referenciar a Antiguidade, é preciso voltar-se às contribuições orientais associando a escrita e o aparecimento do próprio Estado. As contribuições dos egípcios, mesopotâmios, hindus, chineses e hebreus trouxeram consigo a cultura do povo e suas concepções.

Cada povo tinha sua cultura e sua maneira de entender a educação e seu relacionamento com os idosos. No antigo Egito, cerca de 3000 a.C., diante de um

Estado centralizador e teocrático, a obediência foi uma característica muito presente nesse ensino autoritário. Ainda sem uma institucionalização da escola, havia grande valor nos ensinamentos trazidos pelos mais velhos. Além disso, cabia aos filhos o cuidado aos idosos da família pois para eles “viver 100 anos era considerado o prêmio de uma vida equilibrada e virtuosa” (LEME, 1996, p.14).

O fundador do Taoísmo, Lao-Tsé ou Lao-Tzy (604-531 a.C.), entendia que a velhice é um momento supremo e afirmava que aos 60 anos o ser humano atinge o período de libertar-se do corpo através do êxtase de se tornar um santo. Além disso “a vida nada mais é do que o ser humano que atua espontaneamente como centro do mundo” (LAO-TZY, 1999, p. 23). A valorização do acúmulo de conhecimento durante a vida seria de grande relevância na construção dos saberes futuros. Por entender essa relação entre o velho e a sabedoria, no chinês antigo, a mesma palavra era usada para designar esses dois conceitos (PAULA, 2016).

Já Confúcio (551-479 a.C.) priorizava a ética nas relações pessoais e políticas. A valorização da família e o respeito aos pais baseiam o Confucionismo. A autoridade do patriarca também se destaca mesmo com o avanço da idade. A mulher, de subordinada durante a juventude, passa a receber maior valorização inclusive sobre os homens mais jovens.

Confúcio acreditava que a autoridade da velhice é justificada pela aquisição da sabedoria, pregando que aos 60 anos o ser humano compreende, sem necessidade de refletir, tudo o que ouve; ao completar 70 anos, pode seguir os desejos do seu coração sem transgredir regra nenhuma, e que a sua maior ambição era que os idosos pudessem viver em paz e, principalmente, que os mais jovens amassem esses seres (SANTOS, 2001, p.91).

Para o Confucionismo, o amor dos filhos para com seus pais é sublime e superior pois aos filhos cabe assegurar toda proteção e segurança de que os pais necessitam. Essa importância reflete na organização social, cuja base estava na família e nos valores cultivados nela.

Na Grécia Antiga, na qual se destaca Atenas e Esparta, o corpo jovem é cultuado e valorizado: força e beleza, associadas a juventude cercam o ideal grego. No que se refere a velhice, o declínio da beleza física é motivo de pavor pois a perda dos prazeres proporcionados por meio dos sentidos é a principal causa desse receio. Um grande exemplo é Titon, personagem de destaque nesse período, a quem a velhice causava pânico, preferindo “morrer a envelhecer” ou Minermo, sacerdote em

Colofos, que detestava a velhice mas exaltava a juventude e o amor (SANTOS, 2001, p. 92).

Havia pensadores a quem o envelhecimento impulsionava outros sentimentos: para Homero, a velhice estava ligada a sabedoria; para Sólon, a sabedoria adquirida com o passar do tempo representava muito mais que os prazeres do corpo. Sócrates (469-399 a.C.) refere-se ao envelhecimento mencionando a necessidade de o indivíduo preparar-se para ele, com prudência e desde cedo, para que ele não seja sinônimo de peso na vida.

Para Platão (427-347 a.C.) a velhice traz consigo um sentimento de paz e libertação. Também destacou na obra “Leis” a obrigação que os filhos têm para com seus pais e avós idosos. A visão de Platão sobre a velhice se assemelha ao pensamento de Confúcio.

Na obra “A República”, Platão narra a conversa entre Sócrates e Céfalo, pai de Polemarco, que está envelhecido. Sócrates compara a velhice com uma estrada que todos deverão trilhar e o questiona sobre essa etapa da vida, se a estrada “mostra-se acidentada e dura aos pés ou fácil e agradável” de se caminhar (PLATÃO, 2014, p. 35).

Para Aristóteles (384-322 a.C.), uma velhice boa implicava na ausência de enfermidades. Além disso, sua visão de velhice era mais melancólica: os idosos seriam seres lentos, desconfiados, apegados ao passado e de pensamentos negativos. Para ele, o ser humano evolui até os 50 anos e, depois dessa idade, precisaria ser afastado de funções de destaque, uma vez que não seriam mais dignos de confiança.

A obra “Saber envelhecer”, de Cícero (106-43 a.C.) retrata a conversa entre Catão – já idoso – Lélcio e Cipião, ambos maravilhados com sua capacidade de suportar a velhice. Em várias passagens Catão reforça que a velhice é temida mas que deveria ser bem vivida como todas as fases anteriores da vida.

Pensando bem, vejo quatro razões possíveis para acharem a velhice detestável. 1) Ela nos afastaria da vida ativa. 2) ela enfraqueceria nosso corpo. 3) Ela nos privaria dos melhores prazeres. 4) Ela nos aproximaria da morte (CÍCERO, 2009, p. 16).

Quanto às narrativas mitológicas, Jesuino (2012) evidencia que elas representavam uma espécie de complemento na mitologia dos deuses, também

destacavam a importância dos mais velhos enquanto detentores dos conhecimentos que ajudavam a preservar a tradição e a memória social da comunidade. Outra marca significativa é o elo que liga os avós aos netos, explicando relações afetivas e de cumplicidade que se desenvolve entre eles. Também é possível encontrar nas narrativas mitológicas a aceitação relutante dos mais jovens em relação aos mais velhos e a origem de sentimentos de que o velho representa uma ameaça e um fardo. Neste caso, os conhecimentos que os mais velhos traziam consigo não eram suficientes para compensar sua presença.

As narrativas míticas podem parecer fantasiosas se não ridículas, mas não diferem radicalmente das reflexões dos filósofos sobre como lidar, quer individual, quer coletivamente, com a dificilmente aceitável finitude da condição humana. Ao longo da história da filosofia, pelo menos da versão ocidental a que somos mais familiares, podemos encontrar um debate contínuo entre os que acentuam os aspectos positivos do envelhecimento e os que atribuem prioridade às perdas inevitáveis bem como às limitações tanto físicas quanto psicológicas, correlacionadas com o processo de envelhecimento (JESUINO, 2012, p. 54).

Na Antiguidade é possível perceber a relação entre o envelhecimento e a sabedoria, uma vez que o entendimento de que o conhecimento é adquirido com o passar do tempo e assim, com o avanço da idade cronológica, justifica-se a grande valorização dos conhecimentos que as pessoas mais velhas adquirem. A cultura de cada povo possui uma influência significativa no tecer dessas formas de relações.

Na Idade Média, a relação entre o conhecimento e a sabedoria permaneceu presente nas reflexões de muitos pensadores mas agora com um novo enfoque: a fé. Assim, ser sábio não era sinônimo de conhecimento mas sim de crer, especialmente na salvação após a morte, pois toda sabedoria estava nos ensinamentos bíblicos (PAULA, 2016).

A influência da Igreja Católica transformou a organização social, especialmente no que se refere a grande valorização dos mais jovens diante dos mais idosos. Na Alta Idade Média, os jovens detinham o poder sendo inclusive papas e servindo a aristocracia. Enquanto a juventude era cultuada e muito valorizada, os velhos pareciam ser invisíveis aos olhos da sociedade (BEAUVOIR, 2012).

Logo, ao se considerar o papel dos jovens e dos velhos,

su situación, desde el extremo superior al inferior de la escala social, era pues, extremadamente desfavorecida. Tanto entre los nobles como entre los campesinos, primaba la fuerza física; no había lugar para los débiles. La

juventude constituía uma classe de edad sumamente importante. Los jóvenes hacían um aprendizaje y pasaban por una iniciación: el joven noble tenía que velar las armas para ser caballero; los jóvenes campesinos eran sometidos a pruebas en el curso de ceremonias campestres: por ejemplo, saltar por encima de los fuegos de San Juan. La clase de los viejos, como tal, no existía (BEAUVOIR, 2012, p. 162).²

Nessa situação o velho se encontra desfavorecido, independente da classe social a qual pertencesse. Hobsbawm (2018) destaca a estrutura feudal que prevalecia na Europa e que dividia a sociedade basicamente em três classes: os senhores feudais, o clero e os vassalos.

Os senhores feudais, que pertenciam as classes sociais mais favorecidas, tinham guerreiros que os protegiam de todos os perigos (assaltos, quadrilhas e até mesmo miseráveis) e fazia com que vivessem por mais tempo (ARAÚJO, 2004). Toda valorização está no jovem e na força física que ele apresentava, inclusive porque a produção agrícola encontrava-se fortalecida. As dificuldades econômicas e a força da produção no campo levam jovens para o trabalho agrícola. Já para o trabalho nas fábricas, empregar mulheres e crianças foi uma opção economicamente viável diante do baixo custo e do retorno financeiro garantido. Assim, com tamanha exploração da mão-de-obra, não é surpresa o envelhecimento prematuro da população (HOBBSAWM, 2018). Também se destacou nesse período a busca pela fonte da juventude e vida eterna (BEAUVOIR, 2012).

Sobre as pessoas de idade avançada neste período,

[...] el siglo XVII fue muy duro con los viejos. La sociedad era autoritaria, absolutista. Los adultos que la regían no concedían lugar a los individuos que no pertenecieran a la misma categoría que ellos: viejos y niños. El promedio de vida era de 20 a 25 años. La mitad de los niños moría antes del año; la mayoría de los adultos entre 30 y 40. La decadencia era rápida a causa de la dureza del trabajo, la subalimentación, la mala higiene. Las campesinas de 30 años eran viejas arrudagas y encogidas. Incluso los reyes, los nobles, los burgueses morían entre los 48 y los 56 años (BEAUVOIR, 2012, p. 209).³

² Sua situação, da extremidade superior até a extremidade inferior da escala social, estava, portanto, extremamente desfavorecida. Tanto entre os nobres como entre os camponeses, a força física prevaleceu; não havia lugar para os fracos. O Juventude era uma classe de idade muito importante. Os jovens aprenderam e passaram por uma iniciação: o jovem nobre tinha que guardar as armas para ser um cavaleiro; os jovens camponeses foram submetidos a testes durante cerimônias rurais: por exemplo, saltar sobre os fogos de San Juan. A velha classe, como tal, não existia. (BEAUVOIR, 2012, tradução nossa).

³ [...] o século XVII foi muito difícil com o idoso. A sociedade era autoritária, absolutista. Os adultos que a governavam não davam lugar a indivíduos que não pertenciam à mesma categoria que eles: idosos e crianças. A vida média foi de 20 a 25 anos. Metade das crianças morreu antes do ano; a maioria dos adultos entre 30 e 40 anos. A decadência foi rápida por causa do trabalho duro, desnutrição, falta de higiene. As camponesas de 30 anos foram arrudagas e encolhidas. Até mesmo os reis, os nobres, a burguesia morreram entre 48 e 56 anos. (BEAUVOIR, 2012, tradução nossa).

A Idade Média se finda com a expansão do comércio e com a influência da burguesia. A partir desse momento novas perspectivas surgem na ciência, na literatura e também na educação (ARANHA, 2006). O olhar sobre o idoso, o envelhecimento e a velhice também passam por outras modificações.

A Idade Moderna, marcada pelo avanço industrial e pela Revolução Francesa (1789), passa a exigir mais a força de trabalho, ou seja, necessita que os indivíduos possam se dedicar ao trabalho nas fábricas. Nesse contexto, os idosos perdem ainda mais espaço na sociedade, pois as limitações físicas se tornam um fator agravante diante de menor força produtiva.

Por outro lado, no período do início da Idade Moderna, a arte começou a ser retratada por grandes artistas por meio do enfoque nos idosos. Foi o caso do autorretrato de Leonardo da Vinci (que o fez aos sessenta anos), de Ticiano (que o fez aos noventa anos) ou de Michelangelo, que trabalhou até os oitenta e quatro anos. Ainda que com toda influência de cidadãos de destaque, os idosos mantiveram pouca expressão no cenário social (ARAÚJO, 2004).

Diante desse contexto “na sociedade industrial a velhice é maléfica, porque nela todo sentimento é de continuidade destruído” (BOSI, 1994, p. 21). Enquanto a criança era vista como o futuro e o jovem ganhava maior espaço e valorização, o idoso passou a ter seu espaço ainda mais minimizado, principalmente nas classes mais baixas.

Mesmo a velhice sendo encarada como uma doença e a necessidade de evitá-la, aspectos como a longevidade e cuidados com a saúde ganharam maior destaque. Então “com o predomínio do racionalismo nos modos de se pensar a vida e a saúde, Descartes introduziu a metáfora do corpo como uma máquina, e a velhice representaria, então, o desgaste de suas engrenagens” (DEZAN, 2015, p.28).

Também contribuiu nesse período com o aumento da longevidade, o avanço das condições de higiene em toda Europa. Até então raros, os homens passaram a chegar aos 80 anos – ainda que fosse uma característica tipicamente das classes privilegiadas (BEAUVOIR, 2012).

A sociedade que se constituiu até o fim da Idade Moderna passou a exigir maior agilidade no trabalho, apresentou um sistema de produção claramente capitalista e tornou a concorrência entre as pessoas cada vez mais desleal. A necessidade de

adaptação ao meio social excluiu não só as crianças (já que elas não eram “úteis” a esse novo formato) mas também aos idosos e pelos mesmos motivos (ARAUJO, 2004).

É diante das transformações sociais que a imagem do idoso sofreu ao longo da história que se constrói a imagem do idoso contemporâneo: um sujeito com experiências e capacidade de se superar dia após dia. Comumente, o tema envelhecimento vem associado a prós e contras, que dividem opiniões e possibilitam inúmeras discussões, como a importância dos idosos na sociedade, suas dificuldades, limitações e necessidades.

A visão de velhice, vista muitas vezes pelas civilizações antigas como empecilhos para a realização pessoal devido as suas características físicas (virilidade e beleza, por exemplo) é desmistificada por trabalhos científicos como o de Benjamin Franklin (1745 – 1813), pioneiro em afirmar que o envelhecimento não é uma doença, logo ele não mata os sujeitos, uma vez que essa função é sim das doenças (AZEVEDO, 2001).

A respeito da visão que se construiu sobre o tema

Desde el antiguo Egipto hasta el Renacimiento, el tema de la vejez há sido tratado casi siempre de manera estereotipada; las mismas comparaciones, los mismos adjetivos. Es el invierno de la vida. La blancura del pelo, de la barba, evocan la nieve, el hielo; hay una frialdade del blanco a la que se oponen el rojo – el fuego, el ardor – y el verde, color de las plantas, de la primavera, de la juventud (BEAUVOIR, 212, p. 202).⁴

A velhice não deve ser vista como uma doença ou sinônimo de finitude. Mas o destaque social que ela acabou ganhando leva a tal associação. Em consonância com esse mesmo pensamento, Oliveira (2002, p. 44) destaca que “a sociedade coloca o velho numa situação típica de marginalização social, na proporção em que ergue contra ele inúmeras barreiras sociais e desenvolve atitudes de preconceitos e discriminação social”.

Assim, a dinâmica social traz consigo a valorização do novo e do moderno. Desta forma

as sociedades modernas buscam incessantemente o novo e, neste ímpeto de mudanças, acabam por igualar bens, objetos e homens. Para elas o tempo

⁴ Do antigo Egito ao Renascimento, o tema da velhice quase sempre foi tratado como estereotipado; as mesmas comparações, os mesmos adjetivos. É o inverno da vida. A brancura do cabelo, da barba, evoca a neve, o gelo; há uma frialdade de branco à qual se opõe o vermelho - fogo, ardor - e verde, cor das plantas, da primavera, da juventude (BEAUVOIR, 2012, tradução nossa).

é rápido e linear, o passado não conta, nem os indivíduos que o representam. Aprende-se cedo a associar a ação do tempo à deterioração. Em nome disso, valoriza-se tudo o que é atual e despreza-se aquilo que é “velho” (GUÉ, 2013, p.268).

As epidemias do século XV, como o suor inglês que iniciou em Londres mas atingiu vários países europeus, atingiram os jovens de maneira devastadora, fato que contribuiu com o crescimento do número de idosos na Idade Média; o século XVI redefiniu algumas perspectivas em relação aos grupos sociais com a valorização do jovem e, conseqüentemente, a própria velhice que não era motivo de orgulho (BEAUVOIR, 2012).

Os questionamentos sobre a idade e sua influência na organização social promovem discussões ao longo dos tempos pois

A própria noção de idade – a que é designada em números de anos – é o produto de determinada prática social: medida abstrata cujo grau de precisão – reconhecido em certas sociedades – é explicado sobretudo pelas necessidades da prática administrativa (na medida em que já não é suficiente a identificação dos indivíduos, o nome e o lugar de moradia). Como critério de classificação, a idade cronológica apareceu na França, no século XVI, no momento da generalização da inscrição do nascimento nos registros paroquiais (LENOIR, 1996, p.65).

O século XVII enfatiza a visão de que a idade avançada é um problema social e exclui o idoso das decisões coletivas. Já no século XVIII o termo velho era usado como uma referência ao indivíduo mais velho, de maneira geral e sem o tom pejorativo; no século XIX, na França, surgem termos que diferenciam pessoas de mais idade de acordo com o status social: velho (vieux) ou velhote (vieillard) para aqueles de baixa condição social e idosos (personne âgée) para aqueles de maior representatividade social. Já no século XX, também na França, passa a ser utilizado o termo terceira idade, especificamente para jovens aposentados, como uma maneira respeitosa de se referir aos mais velhos (PEIXOTO, 2007).

As transformações e limitações próprias da idade podem tornar a convivência mais complexa, especialmente diante das expectativas e cobranças dos mais jovens, que tendem a exigir daqueles a mesma disposição física, por exemplo. Na contramão, o idoso deseja realizar suas atividades no seu ritmo, de acordo com sua vontade e de maneira muito mais singela do que os mais jovens esperam. O desafio da convivência harmoniosa entre as gerações é complexa tanto para os mais jovens quanto para o

idoso, que necessita se adaptar o tempo todo as novas exigências do meio em que está inserido.

Ao se ver frente a dicotomia entre viver mais e ser considerado útil, o idoso passa a duvidar de suas capacidades de realização e passa a se entender como um peso para a sociedade (OLIVEIRA; SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2011).

Quando a sociedade impõe padrões de comportamento para a velhice, que são reafirmados constantemente pelos discursos midiáticos ou até mesmo familiares, o idoso entende que precisa ou aceitar tais estereótipos ou se colocar contrário a eles. Muitas dessas concepções se respaldam no fato de que a velhice é vista como a “época de declínio físico e mental” (OLIVEIRA, 2002, p. 38).

Essas concepções pré-estabelecidas pela sociedade sobre a velhice interferem diretamente na forma de pensar essa fase da vida e também sobre como acontecem as relações entre os próprios indivíduos. Ao aceitar-se como um indivíduo limitado, o idoso deixa de realizar atividades que o tornam mais felizes e realizados.

Segundo Oliveira (1999), exceto em casos que envolvam patologias, num processo de envelhecimento “normal” os aspectos cognitivos do indivíduo permanecem relativamente estáveis por toda vida, fato que justifica o equívoco da associação entre envelhecimento e limitações intelectuais.

Esclarecidas, ainda que de forma inicial, questões sobre o tema, o indivíduo é fundamental na maneira como o envelhecimento fará parte do seu cotidiano, podendo ser algo cansativo e destrutivo ou podendo ser pleno e saudável, especialmente no que remete às experiências vivenciadas.

1.1.1 Envelhecer e seus significados na contemporaneidade

O processo de envelhecimento ocorre diariamente, é contínuo e está relacionado ao processo biológico de deterioração progressiva da saúde. Mas esse processo gradativo não representa inutilidade nem impossibilidade de realizar atividades cotidianas, por exemplo. São transformações que ocorrem no organismo e que sugerem a necessidade de adaptações nas ações realizadas (FURTADO, 1997; CAMARANO; PASINATO, 2008; OLIVEIRA; SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2011).

A certeza de que se envelhece a cada dia é um fato consolidado diante das questões biológicas, por mais que não se pense sobre isso, assim como convivemos

com a morte e não nos agrada pensar sobre ela. De acordo com Elias (2001, p. 77) “a morte não tem segredos. Não abre portas. O que sobrevive é o que ela ou ele deram às outras pessoas, o que permanece nas memórias alheias”. Certamente o temor pelo desconhecido e pela própria morte é um dos fatores de reforça a repulsa por pensar e discutir sobre o envelhecimento.

O processo de envelhecimento acontece continuamente e independe do desejo do indivíduo. As modificações que o envelhecimento traz são biológicas, psicológicas e sociais. As modificações biológicas ocorrem externamente ao sujeito, as psicológicas se referem as adaptações necessárias no cotidiano e as sociais, no estabelecimento de relações com outros sujeitos (SANTOS, 2001).

O processo natural do envelhecimento não deve ser considerado como um aspecto ascético do desenvolvimento humano, tantas vezes associado ao pessimismo, mas sim considerando que se trata de uma etapa com o declínio de algumas capacidades do indivíduo, como a agilidade e a facilidade de executar algumas atividades de exijam maior rigor físico (SCORTEGAGNA, 2010).

Oliveira, Scortegagna e Oliveira (2011) apontam que ao se abordar o tema envelhecimento e velhice, há três grandes blocos com teorias que buscam explicá-los: as teorias biológicas, as sociológicas e as psicológicas. As teorias biológicas consideram o envelhecimento associado a mudanças físicas ou biológicas; as teorias sociológicas amparam-se nas relações entre contexto sócio-cultural e comportamento dos idosos e as teorias psicológicas, nas mudanças psicológicas que ocorrem no indivíduo com o passar dos anos.

Já Moragas (2010) destaca que o envelhecimento depende também de outros fatores, como políticos, ideológicos, emocionais, sociais, genéticos, entre outros, além de reafirmar a necessidade de repensar se a terceira idade inicia-se, de fato, aos 60 anos.

Diante das diferentes definições para envelhecimento, a preocupação em manter uma aparência jovial faz parte da sociedade, como uma tentativa de aceitação social. Desta forma “ou morremos jovens ou envelhecemos, as duas possibilidades desagradáveis. A verdade é que poucos entendem de velhice de forma holística, existindo uma tendência para uma abordagem focal” (SÉGUIN, 2001, p. 7).

O processo de envelhecimento não é apenas parte da individualidade do sujeito, mas sim de um acontecimento social que atinge diferentes esferas no meio em que se está inserido.

As inúmeras transformações físicas, psicológicas e sociais que o processo de envelhecimento traz consigo apontam mudanças no cotidiano do idoso. Essas mudanças interferem nas relações sociais e influenciam também no processo de aprendizagem do sujeito. Ainda que essas capacidades diminuam com o passar do tempo elas não deixam de existir (OLIVEIRA; SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2015, p. 86).

Quando Salgado (1980, p. 30) propõe a distinção entre os termos envelhecimento e senescência é com o intuito de apontar que o fato do sujeito envelhecer não o torna, necessariamente, senil. Nessa ideia, entende-se por envelhecimento as transformações consideráveis que acontecem no organismo e a senescência por mudanças naturais que ocorrem no organismo.

A busca pelo entendimento acerca do envelhecimento, suas necessidades e peculiaridades são fundamentais para que ele se perceba um ser único mas pertencente a um todo, ao coletivo. Nesse sentido

A velhice é um fenômeno biológico: o organismo do homem idoso apresenta certas singularidades. Acarreta consequências psicológicas: determinadas condutas, que são consideradas típicas da idade avançada. Tem uma dimensão existencial como todas as situações humanas: modifica a relação do homem no tempo e, portanto, seu relacionamento com o mundo e com sua própria história. A velhice é o que acontece aos seres humanos que ficam *velhos*; impossível encerrar essa pluralidade de experiências num conceito (BEAUVOIR apud MACEDO, 2013, p. 21).

Não há um consenso sobre a definição de velhice mas sim a compreensão de inúmeros fatores que a compõe. Para Santos, Lopes e Teixeira (2009, p. 265) “viver e envelhecer são dois lados da mesma moeda: para viver é preciso envelhecer, para envelhecer se necessita viver”. Berlink (1996), opta por utilizar a expressão “processo de envelhecimento” ao invés de “velhice”, sugerindo ainda o termo “envelhescência” devido aos anseios diante do desconhecido e a associação com a proximidade da morte (o termo é utilizado numa alusão a adolescência). Para Salgado (1980, p. 29) “a velhice é entendida como uma etapa da vida na qual, em decorrência da alta idade cronológica, ocorrem modificações de ordem biopsicossocial que afetam a relação do indivíduo com o meio”.

Ao refletir sobre a relação entre a velhice e o meio social, especificamente diante das novas limitações que os idosos sofrem em decorrência da idade avançada, emergem os aspectos negativos que permeiam o envelhecimento e, desta forma, as práticas segregadoras passam a fazer parte do cotidiano dos idosos. Das práticas sociais discriminativas nasce uma sociedade na qual os idosos se tornam mais vulneráveis ao desemprego, baixos salários, condições de sobrevivência precária, privação de direitos assegurados pela Constituição Federal, como o direito à saúde, moradia, segurança e educação (NERI, 2014).

O idoso é entendido como um “problema social” especialmente no que se refere a situação previdenciária. Bosi (1994) aponta que a velhice precisa ser pensada além de si própria, que ela precisa ser pensada em âmbito social. As atuais discussões sobre possíveis reformas nesse sistema reforçam tal visão, assim

[...] as contrarreformas na previdência social são seguidas de interpretações subliminares que concebem os velhos como ameaça permanente ao sistema produtivo e não como seres humanos que precisam de cuidados após dedicação exclusiva ao trabalho assalariado (NETO, 2013, p. 232).

Neste contexto, o idoso é visto como o grande responsável pela situação decadente do sistema previdenciário. Todas as demais ações que influenciam constantemente essa situação são ignoradas (como utilização indevida do fundo, apropriação indevida das riquezas produzidas pelo cidadão) e cabe apenas ao idoso tal culpabilidade (COSTA, 2015).

Além da questão previdenciária, a saúde do idoso exige maior atenção, cuidados e, conseqüentemente, gera maior custo para a máquina governamental. A precariedade do sistema de saúde, especialmente na prevenção de doenças, coloca o idoso numa situação delicada e o torna dependente dessas ações.

Se, por um lado, os idosos apresentam maior carga de doenças e incapacidades e usam mais os serviços de saúde, por outro, os modelos vigentes de atenção à saúde do idoso se mostram ineficientes e de alto custo, reclamando estruturas criativas e inovadoras. [...] Essa política deve, portanto, ter como objetivo maior a manutenção da máxima capacidade funcional do indivíduo que envelhece, pelo maior tempo possível (CALDAS; VERAS, 2012, p. 71),

As situações cotidianas nas quais o idoso pode refletir sobre seu papel na sociedade podem levá-lo a questionar a necessidade da sua presença neste meio, uma vez que fatores como a extrema valorização do jovem o desfavorece. Desta

forma Bosi (1994, p. 79), afirma que “[...] o velho sente-se um indivíduo diminuído, que luta para continuar sendo homem.” Os estímulos que o idoso recebe no meio social em que está inserido são determinantes para que ele tenha uma reação favorável ou não frente a essa sociedade (MORAGAS, 2010).

A partir desses preconceitos, que despontam da falta de conhecimento e das falsas crenças sobre o idoso, que surge o termo inglês *ageism*. Não há uma tradução fidedigna na Língua Portuguesa mas seu significado seria algo como *idosismo*, uma forma de intolerância semelhante a que sofrem grupos étnicos ou raciais, uma atitude negativa em relação aos cuidados destinados ao idoso, que não são tratados como indivíduos mas como um grupo discriminado (JESUINO, 2012; NERI, 2014).

A intolerância aos sujeitos que se encontram na velhice está relacionada às crenças nas reduções de capacidades físicas ou intelectuais dos mesmos. Quando a capacidade funcional do sujeito entra em decadência, fato natural no processo de envelhecimento, se agravam as situações de preconceitos, que culminam num fato social.

Entre as formas de preconceitos que decaem sobre o idoso e o processo de envelhecimento, aqueles conceituados como negativos são os que levam a refletir sobre o conceito de “velho”: as expressões “velho muito conservado” ou “velho de espírito jovem” trazem consigo uma forte referência de que ser jovem é uma grande vantagem e ser conservado é um elogio (BARRETO, 1992, p. 24).

Pela ausência de consenso na definição de velhice, nas últimas décadas muitos termos têm sido empregados para se referir a esses sujeitos: “idosos, terceira idade, melhor idade, seniores, idade maior, idade prateada ou dourada, velhos, etc.” (JESUINO, 2012, p. 62).

O uso de terminologias que agradem aos sujeitos é muito pessoal e peculiar: muitos idosos podem se sentir ofendidos e até mesmo excluídos quando um jovem, por exemplo, dependendo da maneira, contexto e entonação com a qual o termo “velho” é utilizado, faz menção a fase da vida em que ele se encontra. Nesses momentos a segregação social se torna mais forte e evidente, caracterizando situações de preconceito negativo.

Por envolver questões físicas, psicológicas e sociais, as mudanças decorrentes do processo de envelhecimento englobam uma variedade de áreas de estudo e também de intervenção. Nesse sentido destacam-se a Geriatria e a Gerontologia

Social. O termo gerontologia vem do grego *geron* + *logia* (estudo do idoso ou da velhice) e foi usado pela primeira vez em 1903 por Metchnicoff. Já o termo geriatria, que significa tratamento clínico da velhice surgiu em 1909, pelo médico Nascher (NERI, 2014). Pode-se perceber que, mesmo com a busca antiga de se compreender o envelhecimento e tudo o que o cerca, ainda são recentes o uso desses termos e essa forma de interpretar tal fenômeno.

No Brasil, a Geriatria e a Gerontologia enfrentam situações delicadas de preconceitos especialmente pela falta de conhecimento da população em geral, incluindo profissionais das mais diferentes áreas e que podem auxiliar nos estudos e práticas envolvendo os idosos.

Para ultrapassar tantos pré-conceitos a Gerontologia Social⁵ refere-se a preconceitos e estereótipos negativos em relação à velhice, reportando-se especialmente às políticas e práticas sociais discriminativas ou até paternalistas que são direcionadas aos idosos: as inúmeras privações sociais, infantilizações e tolhimento da autonomia são alguns exemplos (DOMINGUES; QUEIROZ, 2000, p.8).

Na grande maioria dos casos, a família torna-se responsável pelo idoso. As transformações que o envelhecimento traz e que afetam diretamente o idoso, refletem também nas pessoas que convivem com ele. Dessa maneira, “do ponto de vista sociológico, pode-se considerar a família como um grupo social com relações dinâmicas, interagindo constantemente” (ARAUJO, 2004, p. 13).

Quando há um membro idoso na família, pode-se ocorrer a postura superprotetora numa tentativa de suprir as necessidades desse idoso e compensar eventuais dificuldade que ele apresente, tanto em relação à saúde quanto nas relações sociais. Entretanto, tais atitudes acabam por diminuir a autonomia e valorizam a dependência do idoso e não necessariamente são ações meticulosamente pensadas no sentido de impossibilitarem o idoso de realizar atividades que ele tem capacidade de executar.

⁵ A Gerontologia Social ocupa-se do impacto das mudanças sociais, da influência das estruturas sociais sobre a velhice considerada como categoria social e das políticas e práticas sociais em relação aos idosos (NERI, 2014, p. 186).

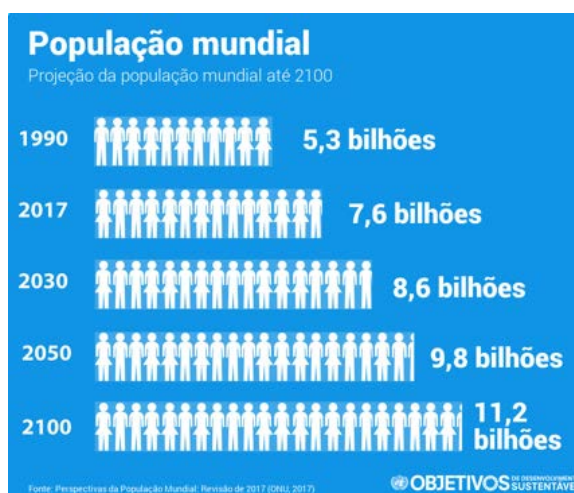
1.2 A NOVA FACE DA VELHICE

As políticas destinadas a prevenção de doenças, as campanhas contra a mortalidade infantil e a educação formam uma tríade com efeito direto no aumento da população mundial nas últimas décadas. No ano de 2017, a população mundial era de 7,6 bilhões de pessoas. Os países em desenvolvimento são os grandes responsáveis no aumento significativo desses números, pois a taxa de fertilidade é relativamente alta. No entanto, a maior concentração do crescimento da população mundial encontra-se nos países mais pobres (ONUBR, 2017).

Sixty per cent of the world's people live in Asia (4.5 billion), 17 per cent in Africa (1.3 billion), 10 per cent in Europe (742 million), 9 per cent in Latin America and the Caribbean (646 million), and the remaining 6 per cent in Northern America (361 million) and Oceania (41 million). China (1.4 billion) and India (1.3 billion) remain the two most populous countries of the world, comprising 19 and 18 per cent of the global total, respectively (WORLD POPULATION PROSPECTS, 2017, p.1).⁶

Diante desses dados, é possível observar na figura 4 como a população mundial tem crescido nas últimas décadas e sua projeção até o ano de 2100. Esses dados foram divulgados pela ONUBR (2017) e esclarecem as perspectivas em relação a essa evolução.

FIGURA 1: Projeção da população mundial.



Fonte: ONUBR, 2017.

⁶ Sobre a distribuição da população mundial, 60% da população vive na Ásia (4,5 bilhões), 10% na Europa (742 milhões), 9% na América Latina e Caribe (646 milhões) e os outros 6% na América do Norte (361 milhões) e na Oceania (41 milhões). Entre os países mais populosos do mundo estão a China, com 1,4 bilhão de habitantes (19% da população mundial) e a Índia, com 1,3 bilhão (18% da população mundial). (WORLD POPULATION PROSPECTS, 2017, tradução nossa).

Por intermédio da figura é possível visualizar que o prolongamento da vida é uma realidade perturbadora, pois é a primeira vez que se vive tal fenômeno (NERI, 1991). Diante deste crescimento populacional acelerado, há necessidade de repensar as ações voltadas para a população que envelhece.

O crescimento populacional está ocorrendo, de forma geral, em todo o mundo e dentro das peculiaridades de cada continente. A figura 2 ilustra como este crescimento se dá em cada região do planeta e traz um panorama mundial. Destaca-se ainda as perspectivas para o continente europeu, que aparece em decréscimo constante.

TABELA 3: A população mundial e regiões

TABLE 1. POPULATION OF THE WORLD AND REGIONS, 2017, 2030, 2050 AND 2100, ACCORDING TO THE MEDIUM-VARIANT PROJECTION

Region	Population (millions)			
	2017	2030	2050	2100
World	7 550	8 551	9 772	11 184
Africa	1 256	1 704	2 528	4 468
Asia	4 504	4 947	5 257	4 780
Europe	742	739	716	653
Latin America and the Caribbean	646	718	780	712
Northern America	361	395	435	499
Oceania	41	48	57	72

Source: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2017).
World Population Prospects: The 2017 Revision. New York: United Nations.

Fonte: WORLD POPULATION PROSPECTS, 2017.

Nessa figura observa-se a distribuição populacional nos continentes e sua projeção para as próximas décadas, reafirmando a importância das ações voltadas aos que envelhecem. Não é uma situação pontual mas sim uma preocupação que atinge todo o mundo, ainda que em escala diferenciada. No continente asiático o crescimento é menos acelerado que no continente africano, por exemplo. Isso se deve, especialmente, ao controle de natalidade diferenciado que existe nos países em desenvolvimento, de acordo com dados da ONU (2017).

As perspectivas de crescimento da população mundial trazem consigo outra informação importante: o aumento da população idosa que cresceu em cerca de 200 milhões em todo o mundo. Vários fatores desencadearam tal evolução, como as políticas para a saúde e segurança, por exemplo (ONU, 2017).

FIGURA 2: Expectativa global de vida



Fonte: ONUBR, 2017.

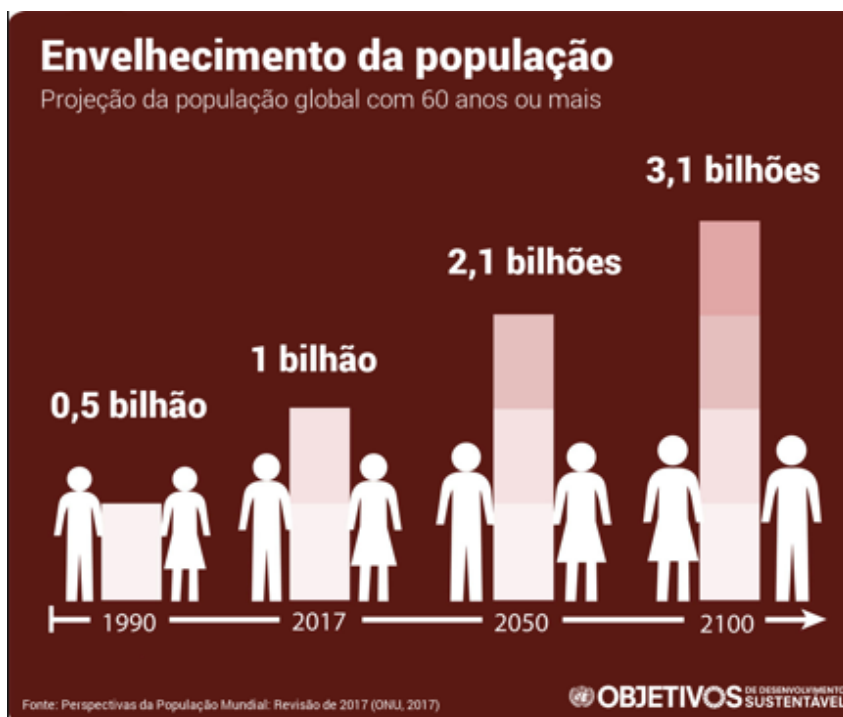
O relatório a ONU (2017) destaca o crescimento da população mundial e a tendência de que essa evolução continue acontecendo. Além disso, a expectativa de vida de 83 anos, em 2100, é um fator que se sobressai pois salienta o êxito em ações contra a mortalidade infantil e o progresso da medicina, especialmente no combate as doenças crônicas e infecciosas, como destaca-se na figura 3.

Na expectativa global de vida, observa-se com maior discernimento o avanço expressivo na perspectiva em idade para o período projetado. São quase 20 anos a mais num período relativamente curto. Para Scortegagna (2010), as mudanças sociais juntamente com o avanço tecnológico e científico modificam a vida da população e influenciam na diminuição da mortalidade infantil bem como nas demais etapas da vida. Neste sentido

o crescimento relativamente mais elevado do contingente idoso é resultado de suas mais altas taxas de crescimento, em face da alta fecundidade prevalecente no passado comparativamente à atual e à redução da mortalidade. Enquanto o envelhecimento populacional significa mudanças na estrutura etária, a queda da mortalidade é um processo que se inicia no momento do nascimento e altera a vida do indivíduo, as estruturas familiares e a sociedade (CAMARANO, 2002, p.1).

A demanda crescente de idosos exige que se reflita e que se elaborem ações que atendam com qualidade a esse grupo populacional, cada vez mais significativo e representativo na sociedade.

FIGURA 3: Envelhecimento da população.



Fonte: ONUBR, 2017.

A previsão da continuidade do envelhecimento da população “se apresenta como um desafio a ser enfrentado por diferentes campos do saber” (TAAM, 2009). Há algumas décadas era impensável o sujeito chegar aos 80 ou 100 anos. Muito da expectativa de vida atual se deve ao avanço a medicina, das políticas públicas, do saneamento básico e das ciências.

De acordo com a figura 4, o envelhecimento da população está acontecendo de forma acelerada: entre os anos de 1990 e 2017 esse número dobrou; um avanço ainda maior acontece entre os anos de 2017 e 2050, quando esse número passará de 1 bilhão de idosos no mundo para 2,1 bilhões. Tais projeções se tornam ainda mais impactantes quando se observa os extremos: os anos de 1990 e 2100, período de 110 anos no qual os idosos passam de meio bilhão para 3,1 bilhões de idosos. Esses números impressionam, mas vão muito além: exigem uma dinâmica social estruturada para atender essa população.

Com o enfraquecimento das relações, especificamente as familiares, quando se alcança a velhice (a partir dos 60 anos, de acordo com o Estatuto do Idoso) explica-se pelos conflitos entre os membros da família, a mudança da centralização familiar, que geralmente volta-se aos mais jovens e mesmo a independência dos filhos e netos que passam a trazer ao idoso um sentimento de impotência (SALGADO, 1980).

Algumas situações, que exigem maior reconhecimento por parte da população e atenção por parte do poder público, emergem juntamente com o fenômeno do envelhecimento populacional e trazem a necessidade de discussões que envolvem questões sociais, como: saúde, educação, políticas e lazer são algumas delas.

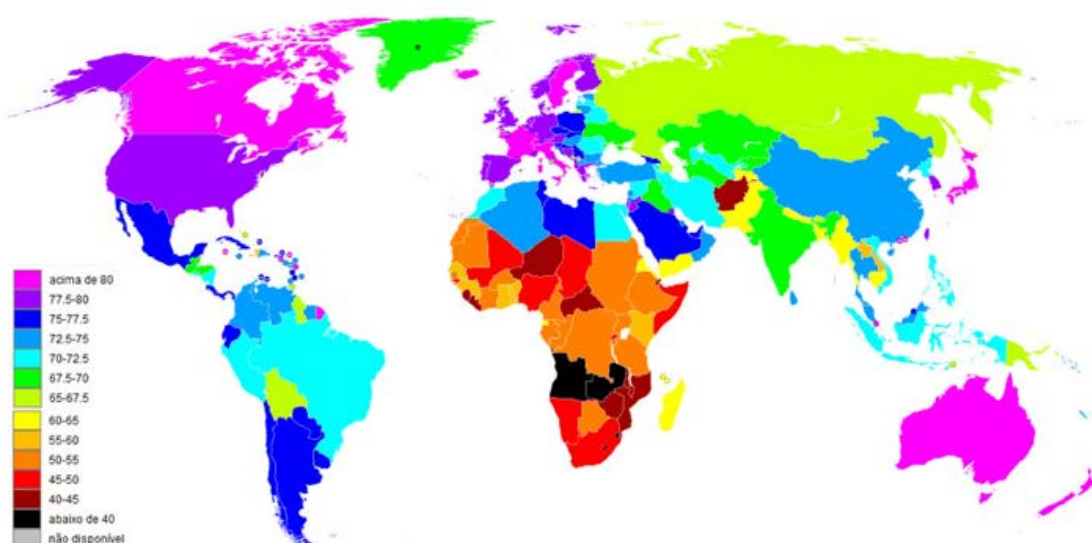
De acordo com os apontamentos de Oliveira (1999), a velhice reflete a vida que se construiu com o passar dos anos, ou seja, o envelhecer é coerente com história de vida trilhada. Nesse sentido, pode-se afirmar que a velhice não transforma o sujeito numa outra pessoa, ao contrário, apenas as mudanças pertinentes ao avanço da idade agregam maior conhecimento e experiências a essência dele.

Se por um lado o envelhecimento representa uma fase de novos desafios, nos quais os idosos precisam permanecer como seres ativos diante de tantas mudanças que essa etapa da vida carrega consigo (FONSECA, 2006), por outro lado a dependência (tanto econômica quanto social) ganha novos contornos e pode se tornar progressiva conforme a idade avança (NERI, 2014). A autora cita, entre os tipos de dependência que tendem a aumentar gradativamente com o envelhecimento, além da dependência econômica e social, a dependência física e psicológica. O fato de viverem numa sociedade extremamente individualista, cada vez mais cresce a exigência pela autonomia do idoso.

Existem muitas condições que restringem, facilitam ou moldam o senso de autonomia individual das pessoas idosas. Entre elas podem ser citadas a saúde, a funcionalidade, o acesso a serviços sociais e de saúde, a segurança econômica, a integração em redes sociais e familiares, os arranjos de moradia e o senso de controle sobre o ambiente e sobre a própria vida (NERI, 2014, p. 44).

Os países desenvolvidos, por conta de um planejamento demográfico de décadas, apresentam maior expectativa e qualidade de vida, especialmente quando se refere aos idosos. Nos países em desenvolvimento, ainda há pontos a serem aperfeiçoados de maneira que a população mais velha possa usufruir de qualidade de vida. De acordo com Scortegagna (2016, p. 127) os países em desenvolvimento “[...] estão vivenciando o crescimento da população idosa nas últimas 4 décadas, mas não estavam economicamente e politicamente preparados para os impactos desta questão demográfica.” A figura 5 ilustra a expectativa de vida mundial.

FIGURA 4: Expectativa de vida mundial

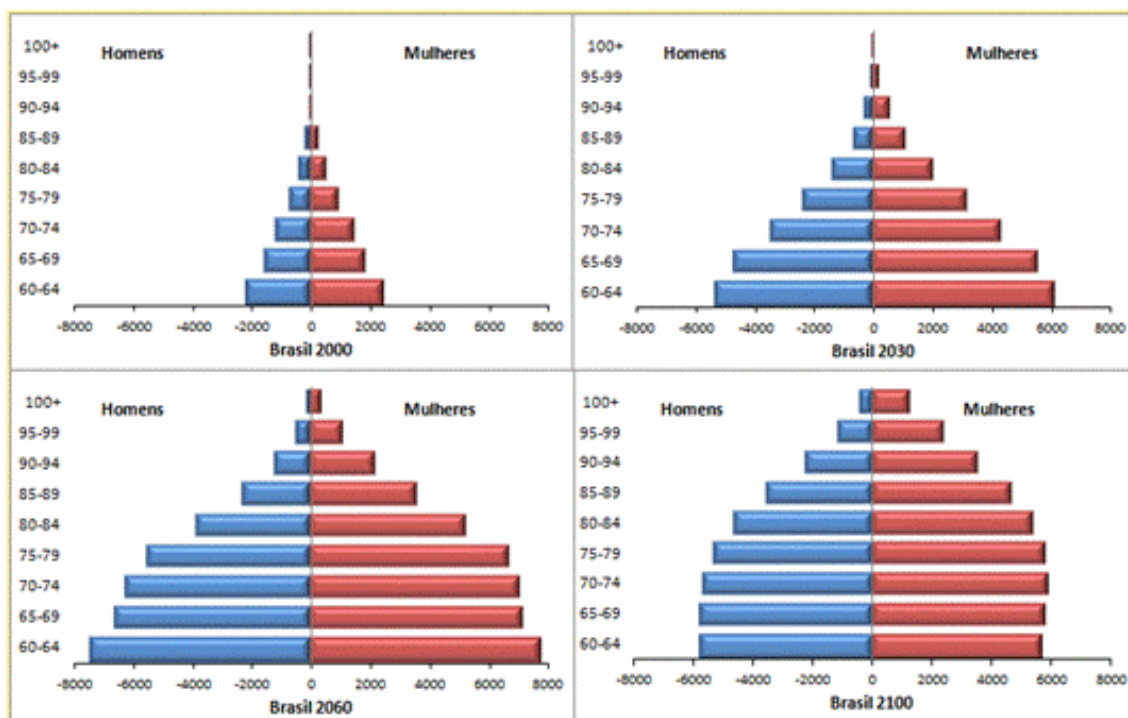


Fonte: CIA WORLD FACTBOOK, 2008.

Como Scortegagna (2010) registra, as projeções do início deste século, feitas pela ONU, já apontavam um número elevado de idosos para o ano de 2025 (1,2 bilhões de pessoas com mais de 60 anos) e cerca de 2 bilhões de idosos até 2050. O Brasil, país em desenvolvimento, está realizando seu planejamento para o envelhecimento juntamente com a evolução desse processo. Esses acontecimentos conjuntos acarretam algumas dificuldades em áreas como saúde, previdência social, cultura, educação e segurança (SCORTEGAGNA, 2016).

O que se pode notar dessas projeções até hoje, é que além da confirmação crescente no número de idosos, também deve-se considerar o contingente de centenários no Brasil, que era de 0,1% da população idosa no ano 2000 e saltará para 2,3% desta população em 2050, sendo sua maioria composta por mulheres (WORLD POPULATION PROSPECTS, 2017).

FIGURA 5: Envelhecimento da população idosa (60 anos e +) no Brasil: 2000



Fonte: World Population Prospects, 2017.

Na parcial da figura anterior, “Brasil 2000”, se observa uma pirâmide padronizada, com sua base destacada diante de uma quantidade maior de idosos entre 60 – 64 anos; em “Brasil 2030”, projeção a curtíssimo prazo, percebe-se que o número de idosos na base da pirâmide é significativamente maior, com destaque especial para as mulheres entre 80 – 89 anos; na imagem “Brasil 2060” a pirâmide apresenta-se “desconfigurada” diante do grande crescimento em todas as faixas etárias, destacando-se as mulheres entre 95 – 99 anos; a última imagem, “Brasil 2100”, volta a apresentar um certo equilíbrio na pirâmide, mas com base e topo relativamente semelhantes e apontando para um número grande de idosos em todas as faixas etárias.

As transformações na pirâmide etária são objetivas: se projeta uma redução relativa no número de “idosos jovens” (aqueles entre 60 – 80 anos) e o crescimento absoluto e relativo dos idosos (80 anos ou mais). “Como o segmento idosos compreende um intervalo etário amplo, aproximadamente 30 anos, é comum distinguir dois grupos: os idosos jovens e os mais idosos” (CAMARANO, 2002, p. 5). Outro fator que se destaca é a contínua diminuição nas bases das pirâmides, salientando a longevidade dos idosos. A evolução entre as pirâmides demonstra as alterações

esperadas para as próximas décadas e dão indícios das importantes decisões que serão exigidas decorrente do aumento no número de idosos.

Com isso, não são suficientes ações isoladas e pontuais, uma vez que elas não são capazes de atender a população real. As mudanças na situação demográfica do país exigem, inicialmente, maior conhecimento sobre o envelhecimento por parte da população, de modo geral, o planejamento já realizado e as ações que estão acontecendo com o objetivo de manter o idoso integrado na sociedade.

No capítulo seguinte serão abordadas questões específicas sobre o envelhecimento na realidade brasileira, com destaque para as Políticas Públicas internacionais e nacionais e o papel da educação para o idoso.

CAPÍTULO 2

O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO POPULACIONAL NO BRASIL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Seguindo a tendência mundial, o Brasil é um país que envelhece. Esse fato torna necessárias discussões que tragam o idoso para o centro das reflexões, mas que vá além disso: que se promovam ações efetivas para que esses sujeitos tenham suas necessidades reais supridas. Neste sentido, as políticas públicas destinadas aos idosos se tornam imprescindíveis, pois as premências que surgem precisam de respostas pontuais e imediatas.

“O Brasil que envelhece” aborda dados do envelhecimento no país e suas projeções para os próximos anos, reforçando a relevância de políticas públicas eficazes.

“As políticas públicas para o idoso” trazem as principais políticas mundiais e nacionais que interferem nessas ações voltadas aos idosos.

2.1 O BRASIL QUE ENVELHECE

O crescimento da população idosa, especialmente no século XXI, demanda que a velhice seja valorizada neste século diante das necessidades para atender aos idosos. Esse fenômeno interfere diretamente nas questões sociais e esferas econômicas. Para Scortegagna (2016) essa repercussão na economia, política, sociedade e cultura demanda maior aprofundamento sobre a população idosa, suas características, desafios, exigências e as medidas necessárias para minimizá-las.

Em 2012, a população do Brasil com 60 anos ou mais era de 25,4 milhões. Em 5 anos, esse grupo cresceu 18%, o que corresponde a 4,8 milhões de novos idosos. Nesse crescimento da população idosa destacam-se as mulheres: elas representam 56% dos idosos, o que equivale a 16,9 milhões de idosas, superior aos 44% dos homens idosos, que configuram 13,3 milhões (IBGE, 2018).

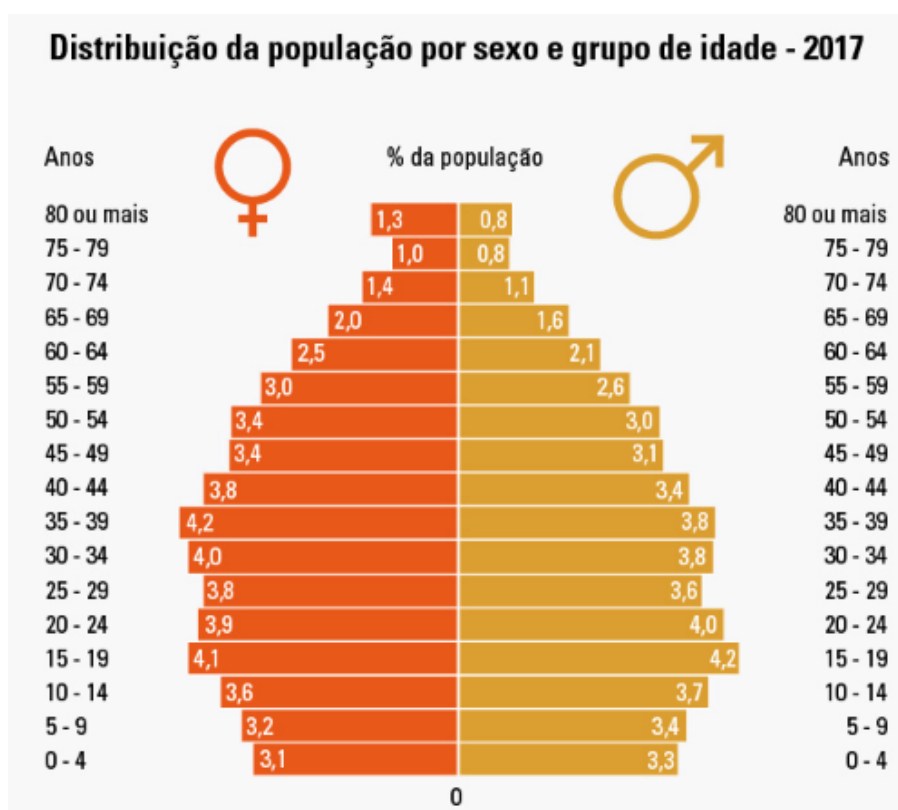
Assim como em outras esferas sociais, a presença feminina merece destaque e evidencia a feminização da velhice.

A predominância da população feminina entre os idosos tem repercussões importantes nas demandas por políticas públicas. Uma delas diz respeito ao fato de que embora as mulheres vivam mais que os homens, elas estão mais sujeitas a deficiências físicas e mentais do que seus parceiros masculinos (CAMARANO, 2002, p.6).

A presença marcante das mulheres nesse processo de envelhecimento representa uma continuidade nos índices que se observa nas fases anteriores da vida: de acordo com a revisão do IBGE (2018), são 4,5 milhões de mulheres a mais que os homens, que representa aproximadamente 52% da população brasileira. Ainda de acordo com o instituto, o principal fator responsável por essa disparidade é a violência, que atinge mais a população masculina.

O gráfico a seguir ilustra a distribuição da população brasileira, de acordo com o sexo e a idade.

GRÁFICO 1: Distribuição da população por sexo e grupo de idade



Fonte: IBGE – PNAD Contínua, 2017.

Com o gráfico anterior é possível perceber, além do crescimento da população idosa, a considerável diminuição que vem se desenhando nos últimos anos na natalidade. Assim, “[...] a redução dos índices de natalidade que vem ocorrendo no

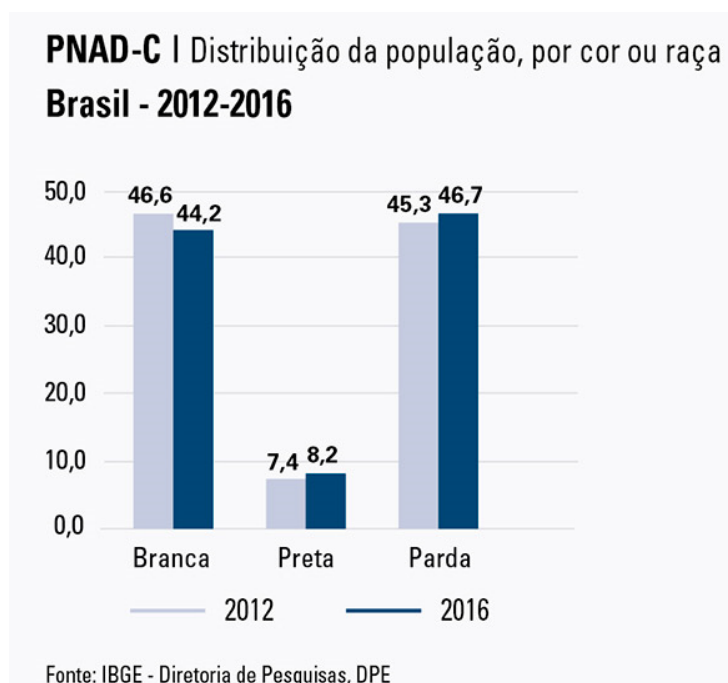
Brasil [...] estabelecem um novo desenho demográfico da população” (OLIVEIRA; SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2011, p. 62).

Observa-se ainda que a partir dos 25 anos, as mulheres estão representando a maior parte da população e isso tem continuidade até o topo da pirâmide. Barros (2004) ratifica que perceber tais transformações sociais por meio dos idosos é a premissa para se compreender o lugar que eles ocupam dentro dessa sociedade.

A necessidade de atender as demandas dos idosos exige análise e planejamento público, pois fatores econômicos e sociais, condições de sobrevivência e atuação (ou não) no mercado de trabalho equacionam diferenças entre o envelhecimento masculino e feminino (SCORTEGAGNA, 2016).

As informações divulgadas pelo IBGE (2017), apontam o crescimento de 3,4% da população brasileira, que chegou a 205,5 milhões. Em relação a declaração de cor ou raça, houve um fenômeno importante no que se refere a redução daqueles que se declararam brancos e o aumento dos que se declararam pretos ou pardos, conforme o gráfico a seguir.

GRÁFICO 2: Distribuição da população de acordo com a cor ou raça.



Fonte: IBGE – PNAD Contínua, 2017.

Aliado a crescente do processo de envelhecimento está uma nova configuração da população brasileira: o aumento na autodeclaração de pretos e pardos. Os pretos

foram de 7,4% para 8,2% da população (representando 16,8 milhões) e os pardos, de 45,3% para 46,7% da população (são 95,9 milhões de pessoas). Assim, o número daqueles que se declararam brancos caiu de 46,6% para 44,2% da população (90,9 milhões de pessoas) e não representam a maior parte da população (IBGE, 2018).

Esse fato denota uma importante mudança cultural na população, que passou a assumir a miscigenação e compreender a importância de assumir sua origem, cor ou raça, com destaque para as políticas de afirmação.

Esses acontecimentos recentes sugerem uma significativa transformação nos dados que envolvem a população e assim, indicam importantes características que atingirão a própria população idosa nas próximas décadas.

O Brasil é um país de diversidade cultural e vivencia em seu próprio território diferentes níveis de desenvolvimento social, econômico, educacional e de saúde. A distribuição da população também ocorre de maneira diferenciada, pois a grande maioria está concentrada nas regiões sul e sudeste. Estes dados reafirmam a heterogeneidade do país. Assim, as próprias questões relacionadas ao idoso também estão intimamente ligadas a tais fatores (OLIVEIRA; SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2011, p. 62).

Tais modificações precisam ser pensadas e as ações efetivadas para que a diversidade da população não seja um empecilho na garantia da cidadania dos idosos. Macedo (2013) destaca que a idade cronológica ou social do indivíduo não determina sua juventude ou velhice, mas sim sua capacidade de manter-se (ou não) ativo e participativo socialmente. Em nossa sociedade o idoso enfrenta uma série de desafios, como preconceitos e vulnerabilidade, que interferem no processo de envelhecimento.

2.1.1 A situação e o direito dos idosos no Brasil

Um dos maiores temores quando se pensa sobre o envelhecimento e a velhice é a exclusão social. Deixar de se perceber importante no meio social está relacionado a queda no rendimento produtivo de um cidadão. A desigualdade de acesso e de condições faz com que o sujeito idoso se coloque numa situação de baixa importância nesse meio (MACEDO, 2013).

Tal situação coloca-se na contramão do direito de se envelhecer com dignidade mesmo diante de eventuais frustrações.

Lidar com atitudes e significados frente a velho e velhice é uma questão educacional. Ou seja, resolver a então chamada questão social da velhice ou eventual frustrações geradas pelo envelhecimento em nível individual, passa por providências de natureza educacional. Não no sentido de ensinar as pessoas a envelhecerem, ou de preparar para a velhice, ou mesmo de lidar não preconceituosamente, com velhos e velhice. O que importa, realmente, é ensinar as pessoas a construir uma realidade social e individual em essas questões tenham chance mínima de existência (NERI, 1991, p. 133).

Destaca-se a necessidade de educar a sociedade para atender os idosos concedendo-lhes o espaço que conquistaram ao longo da vida. Com tal conscientização, as situações de marginalização, discriminação, vulnerabilidade e preconceitos ocupariam um espaço menos significativo.

A rápida evolução no aumento da população idosa, especialmente no Brasil, mostra que não há uma estrutura preparada para atender aos idosos. Da ausência de informações e de formação cidadã para conhecer o processo de envelhecimento e as necessidades dos idosos, podem surgir alguns preconceitos, como a incapacidade dos idosos de aprenderem ou de contribuir com a sociedade. Assim

Os mitos acerca do processo de envelhecimento e os estereótipos de velhice dificultam que as novas gerações aceitem e se preparem para se tornarem idosos. O medo ao enfrentamento da velhice, aliado a cultura de perda de papéis sociais, faz com que muitos jovens tenham aversão à velhice, implicando numa relação intergeracional complexa, por não aceitarem os mais velhos (SCORTEGAGNA, 2010, p. 53).

O entendimento de que o próprio idoso é o primeiro a sentir os efeitos do envelhecimento, no que se refere a vulnerabilidade, é um ponto importante e que necessita ser salientado. “A pessoa começa a dar-se conta que não tem mais a energia e a vitalidade de antes, sendo, por isso, mais vulnerável e frágil diante de fatores biológicos ou psicológicos tendentes ao desequilíbrio” (JUNGES, 2004, p. 129).

Assim, equilibrar a situação de vulnerabilidade está relacionada com o processo de entender e aceitar o envelhecimento e suas transformações físicas e sociais. Junges (2004, p. 129) reafirma que a vulnerabilidade é inerente ao ser humano e que a necessidade de equilibrar as transformações físicas e psicológicas é essencial pois “o ser humano é vulnerável não só no aspecto somático, mas também psíquico, social e espiritual”.

Os preconceitos que envolvem os idosos foi uma das questões abordadas na 8ª sessão do Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre o Envelhecimento

(OEWG), quando se discutiram elementos essenciais para garantir os direitos humanos dos idosos. Se ressalta ainda que os preconceitos não são apenas em relação as pessoas mas também nas leis, nas políticas e nas práticas sociais que envolve os idosos. Assim, se faz necessário pensar em ações consistentes, sistemáticas e abrangente para que os desafios enfrentados pelos indivíduos durante a velhice possam ser superados (LUCENA, 2017).

As situações de preconceito e discriminação dos idosos afetam diretamente seu cotidiano pois muitas vezes são as justificativas para a exclusão social, seja em forma de empregos negados ou direitos violados.

Em relação aos direitos dos idosos, em março de 1888 pelo Decreto nº 9.912-A, os funcionários dos Correios recebem o direito a aposentadoria, com idade mínima de 60 anos e 30 anos de serviço. Esse foi um primeiro avanço diante de outros de seguiram.

Em janeiro de 1923 com o Decreto nº 4.682, a Lei Elói Chaves estabeleceu a previdência social no Brasil, criando a Caixa de Aposentadoria e Pensões para aqueles que trabalhavam em empresas ferroviárias. Estes passaram a ter assistência médica, remédios, aposentadoria e pensões.

No entanto foi na década de 1930, com o governo de Getúlio Vargas que a previdência social foi reestruturada e passou a contemplar quase todos os trabalhadores da área urbana da época por intermédio de decretos que garantiam direitos dentro das necessidades de toda população, incluindo-se nela os idosos. Em novembro de 1930, o Decreto nº 19.433 foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para supervisionar e orientar as ações da Previdência.

As duas décadas seguintes foram de avanços no que se refere a criação de decretos e decretos-lei que garantiram melhores condições e seguridade aos trabalhadores, pensionistas e aposentados. Ainda assim não foram ações que contemplaram integralmente toda essa parcela da população.

Os trabalhadores das áreas rurais, por exemplo, só foram beneficiados em 1963 com a Lei nº 4.214/63, que criou o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL). Desta maneira, os indivíduos que desenvolviam suas atividades trabalhistas na área rural passaram a ter certa seguridade.

Poucos anos antes, em 1960, a Lei Orgânica de Previdência Social (LOPS), Lei nº 3.807/60 passou a atender os trabalhadores de todas as cidades brasileiras.

Outras leis que possibilitaram a ampliação das ações em prol desses indivíduos a implantação do Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), pelo Decreto-Lei nº 72, de 21 de novembro de 1966 (nele foi centralizada as ações referentes à previdência social) e a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPS) pela Lei nº 6.036, de 1º de maio de 1974 (passou a ser o responsável pela concessão de benefícios da previdência, readaptação dos trabalhadores e apoio ao público idoso).

Mesmo diante desses avanços, com o aumento do número de idosos a partir da década de 1970, a marginalização desses indivíduos aumentou e trouxe com ela novas preocupações ao governo. Não havia ações evidentes que atendessem ao idoso, mas sim manifestações discretas. As ações passaram a ser explícitas a partir deste momento, conforme a organização do quadro a seguir.

QUADRO 1: Ações voltadas ao envelhecimento (no Brasil)

(continua)

ANO	AÇÃO	CARACTERÍSTICAS
1976	I Seminário Nacional de Estratégias para o Idoso (Brasília)	Busca por um diagnóstico sobre a situação do idoso no país e apresentação de linhas básicas de uma política de assistência e promoção social do idoso.
1982	Ano Nacional do Idoso (Decreto nº 86.880)	Cria-se uma comissão nacional para a coordenação e para apresentar sugestões para a problemática do idoso.
1988	Constituição Federal	Pela primeira vez o idoso é mencionado em textos constitucionais: no artigo 229 'os filhos devem ajudar e amparar os pais na velhice' e no artigo 230 'a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida'.

QUADRO 1: Ações voltadas ao envelhecimento (no Brasil)

(continuação)

ANO	AÇÃO	CARACTERÍSTICAS
1990	Sistema Único de Saúde (SUS) – Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/90)	Saúde como direito fundamental do homem e dever do Estado. Não explicita o idoso, mas ele é categorizado no todo diante da ausência de distinção de idade.
1993	Sancionada a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS – Lei nº 8.742/93)	Regulamenta a assistência social e faz referência ao público idoso que não tiver condições de manter-se ou ser provido pela família (garantia de um salário mínimo mensal).
1994	Promulgada a Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842/94)	Primeira lei brasileira que assegura os direitos da pessoa idosa, em 6 capítulos e 22 artigos. Prescrevem-se os direitos à cidadania, respeito, não discriminação, traz informações sobre o envelhecimento, participação, capacitação, atualização, cultura, esporte, lazer, saúde, educação, previdência, trabalho, habitação e assistência social.
1999	Política de Saúde do Idoso	Diretrizes para a promoção do envelhecimento saudável. Este também é o ano internacional do idoso.
2003	Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (Decreto nº 4.227)	Elaborar as diretrizes, instrumentos, normas e prioridades da política nacional do idoso bem como controlar e fiscalizar as ações de execução.
	Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03)	Instrumento legal para a garantia dos direitos da população idosa. São 118 artigos distribuídos em 7 títulos: disposições preliminares, direitos fundamentais, medidas de proteção, política de atendimento ao idoso, acesso à justiça, crimes, disposições finais e transitórias.
2005	Seminário Internacional: Direitos Humanos e Envelhecimento (Brasília)	Formulação de acordos e recomendações para as pessoas idosas dos países membros, reunidos na carta de Brasília.

QUADRO 1: Ações voltadas ao envelhecimento (no Brasil)

(conclusão)

ANO	AÇÃO	CARACTERÍSTICAS
2006	I Conferência Nacional da Pessoa Idosa – Construindo a Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa - Renadi	Discutir questões relevantes e urgentes sobre a população idosa brasileira, buscando priorizar suas necessidades, potencialidade e direitos a partir da reestruturação e revitalização da Rede de Proteção e Defesa de Direitos nas esferas federal, estadual e municipal, bem como da participação efetiva da pessoa idosa, das famílias e da sociedade.
2009	II Conferência da Pessoa Idosa – Avaliação da Renadi	Aprovação de pacto intergovernamental para a pessoa idosa.
2010	Criado o Fundo Nacional do Idoso	Resposta as demandas dos movimentos e organizações dos idosos e as deliberações das duas Conferências Nacionais da Pessoa Idosa.
2011	III Conferência Nacional da Pessoa Idosa	Debater temas relevantes no tocante ao envelhecimento, assim como os avanços e desafios da Política Nacional do Idoso e do Estatuto do Idoso, na perspectiva de sua total implementação e efetivação.

Organização: A autora

Os avanços nas ações pensadas para atender os idosos tornam-se mais intensas nas últimas décadas. São diferentes formas de se refletir sobre a questão do envelhecimento, buscando sempre a integração do idoso na sociedade e a manutenção da cidadania desses sujeitos.

Além de pensar constantemente novas ações, é imprescindível que a população, especialmente a idosa, tenha conhecimento das leis que amparam os idosos bem como das políticas existentes que visam atender suas necessidades.

As políticas públicas visam atender as necessidades básicas de todo cidadão idoso, dando-lhes a possibilidade de envelhecer com dignidade e qualidade de vida. Assim,

tem-se como premissa básica que uma política para a população idosa deve ser parte de uma política nacional de desenvolvimento sustentável, objetivando aumentar o bem-estar da população como um todo. Só assim se pode construir uma 'sociedade para todas as idades', como preconizado pelas Nações Unidas (CAMARANO; PASINATO, 2004, p.3).

Pensando em efetivar uma sociedade que atenda as necessidades dos indivíduos em todas as etapas da vida, as políticas públicas destinadas a educação ganham lugar de destaque.

2.2. AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O IDOSO

A partir das transformações no perfil populacional brasileiro e mundial, torna-se notória a importância de se estudar o processo de envelhecimento e propiciar que a população, de modo geral, tenha acesso a tais conhecimentos, com o propósito de participar ativamente de tais mudanças. A busca pela qualidade de vida do idoso deve ser um ato contínuo. A partir desse entendimento, as políticas públicas e outros projetos que visem atender aos idosos necessitam ser implementados.

As profundas transformações no âmbito político-social, geradas pela mudança no perfil etário da população, trazem muitos desafios para a sociedade. É necessário repensar as políticas públicas com a perspectiva de uma revisão do papel social e da imagem do idoso, resgatando sua dignidade, proporcionando boa qualidade de vida e convertendo as suas reivindicações em conquistas que possam preparar o caminho para um futuro melhor para todas as idades (MAJEWSKI, 2013, p. 556).

Mesmo com os direitos dos idosos sendo assegurados, em forma de lei, em diferentes documentos (legislação e Estatuto do Idoso), esses direitos acabam não sendo cumpridos. O próprio desconhecimento daquilo que lhe é garantido afeta a população idosa e a prejudica, uma vez que a ausência do conhecimento impossibilita que se exija dos órgãos responsáveis que os mesmos sejam cumpridos.

Para entender a importância das políticas públicas se faz necessário entender a ideia que elas trazem consigo. Nesse sentido

As políticas públicas são entendidas como feitas em nome do "público" quando a política decorre de algum governo (executivo de um Estado). As políticas são públicas quando possuem algum envolvimento com os recursos públicos que são geridos pelo poder público mesmo quando são

implementadas por organizações do setor privado ou por organizações não governamentais (CAVALCANTI, 2013, p. 30).

O entendimento de que as políticas públicas precisam estar voltadas aos interesses e necessidades do “público”, na busca por direcionar soluções para situações reais é fundamental para se compreender suas futuras ações.

Nesse sentido, Souza (2006) indica duas características das políticas públicas: que elas são ações governamentais que surgem das necessidades da população e que podem ser aperfeiçoadas de acordo com as transformações que ocorrem ao longo do tempo. É essa forma de adequação à realidade que vai atender as demandas sociais.

Diante de uma sociedade que está em constante evolução, é habitual que surjam essas novas demandas no decorrer do percurso. Quando se faz parte de uma sociedade capitalista, que busca o lucro em todas as camadas e que valoriza constantemente o que é novo e produtivo, na contramão se encontram as mais variadas formas de exclusão social, especialmente no que se refere a segregação de acesso aos direitos básicos, como saúde, segurança e educação.

Pensar em políticas públicas que atendam aos idosos é essencial para que os direitos garantidos na Constituição Federal possam ser efetivados, além do fato de que as políticas públicas buscam ser uma resposta imediata as situações que surgem conforme a sociedade evolui. É evidente que as políticas públicas não são a resposta para todas as perguntas que envolvem os direitos dos cidadãos idosos, mas elas representam a tentativa de pensar em ações reais que atendam a essa demanda.

Desta maneira, “uma política pública pode ser definida como um conjunto de ações exclusivas do Estado, destinadas a atender às necessidades de toda sociedade” (MAJEWSKI, 2013, p. 556). Esse é um papel de destaque na sociedade atual diante das situações de desrespeito aos direitos dos cidadãos, seja em relação a saúde, moradia, educação ou todos os demais, garantidos na Constituição de 1988.

Ela [a análise das políticas públicas] representa um ponto da evolução da sociedade humana, onde o conhecimento de política foi cultivado conscientemente permitindo um exame reflexivo baseado na relação entre o conhecimento e a ação (DUNN apud CAVALCANTI, 2013, p. 55).

Tal afirmação reforça o princípio de que as ações pensadas pelo poder público precisam estar em consonância com a realidade vivenciada e, exatamente por essa relação, podem – e devem – ser aprimoradas conforme a demanda.

Para Bucci (2002), as políticas públicas são instrumentos governamentais de ação, e baseados num estado por políticas, se definem pelo estado social, com a obrigação de implementação dos direitos fundamentais.

De acordo com Freire Jr (2005, p. 47) as políticas públicas são “um conjunto ou uma medida isolada praticada pelo Estado com o desiderato de dar efetividade aos direitos fundamentais ou ao Estado Democrático de Direito”.

Os interesses da população são contemplados nas linhas que guiam essas políticas de forma que essas exigências se revertam em pesquisas, informações e ações que auxiliem no processo de modificação da realidade.

No entanto, é um equívoco relacionar as políticas públicas com uma necessidade contemporânea, ainda que seja neste momento que elas se encontrem em efervescência.

[...] es posible encontrar um análisis implícito de políticas em las reglas legales de los babilonios, los antiguos hebreos y los egípcios, así como los sistemas legales escritos y no escritos de grupos antiguos de Asia, América Latina y África. Entre los primeros libros filosóficos de la antigua Grecia, es posible encontrar un interés por los principios de la política, a saber: por la forma como deberían estructurarse los gobiernos (NAGEL apud CAVALCANTI, 2013, p. 58).⁷

Existe a preocupação com as ações do governo desde as primeiras formas de estruturação social da humanidade. Pensar nessas ações de forma que elas possam atingir a grande maioria dos indivíduos sempre esteve no ideário humano, embora ainda possa parecer algo distante na realidade atual, especialmente quando se defronta com as mais variadas formas de desigualdades.

De toda forma a questão do imediatismo no retorno das ações dificulta o bom desenvolvimento dos projetos. Enquanto se esperam respostas a curto prazo, muitos desses investimentos acabam sendo a médio e longo prazo, não surtindo o efeito

⁷ [...] é possível encontrar uma análise implícita de políticas nas regras legais dos babilônios, dos antigos hebreus e dos egípcios, bem como os sistemas legais escritos e não escritos de grupos antigos na Ásia, América Latina e África. Entre os primeiros livros filosóficos da Grécia antiga, é possível encontrar um interesse nos princípios da política, a saber: pela forma como os governos devem ser estruturados (NAGEL apud CAVALCANTI, 2013, tradução nossa).

esperado no tempo desejado, da mesma maneira que ocorre em outras áreas, como a saúde.

As políticas públicas possuem características de acordo com o intuito que possuem. Para Lowi (apud Scortegagna, 2016) elas podem ser classificadas como distributivas, constitutivas, regulatórias e redistributivas.

As políticas distributivas são mais individuais do que universais, pois as ações do governo buscam atender as necessidades de determinados grupos sociais sendo, assim, mais coercitivas. As políticas constitutivas referem-se aos vetos e/ou apoio de diferentes grupos e visam o equilíbrio das contas públicas. As políticas regulatórias buscam equilibrar o mercado, a política e outros conflitos sociais e, por isso, acabam se tornando mais visíveis ao público. Já as políticas redistributivas buscam atender a uma grande quantidade de pessoas, são universais mas acabam beneficiando alguns grupos e prejudicando outros (SCORTEGAGNA, 2016).

Diante do fortalecimento do capitalismo (que valoriza o lucro e a produção do indivíduo), a exclusão do idoso acaba sendo reforçada quando sua produtividade diminui e ele passa a representar um prejuízo para a sociedade especialmente pela questão previdenciária e de saúde pública. Muitas vezes esses indivíduos não correspondem aquilo que a sociedade espera especialmente por conta de limitações físicas provenientes da própria idade. Desta maneira, como ele poderá equiparar-se aos demais sujeitos? Essa questão reforça o caráter de exclusão que tal sistema impõe ao idoso.

Nesse sentido, Scortegagna (2010) afirma que é fundamental pensar o que as políticas públicas representam especialmente diante das contradições entre a reprodução do capital e as demandas sociais.

Tais reflexões são necessárias para se formular ideias que justifiquem a realidade de não concretização das ações propostas, mas não são tão significativas quanto a compreensão da importância dessas mesmas políticas na promoção de um envelhecimento ativo e com qualidade de vida (MAJEWSKI, 2013).

Nessa perspectiva, Bucci (2002, p. 241) afirma que as políticas públicas são “programas de ação governamental visando a coordenar os meios à disposição do estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos relevantes e politicamente determinados”.

Assim, as políticas públicas ganham uma grande importância devido ao seu caráter de efetivação dos direitos fundamentais do cidadão (FREIRE JR, 2005). As ações propostas pelas políticas públicas buscam ir além daquilo que a Constituição Federal garante, elas representam ações que completam a legislação e visam atender as minúcias desta população.

Quando o Estado delega a terceiros, especialmente a família e a sociedade, aquilo que seria sua função ele ocupa o lugar de um Estado Mínimo para as políticas sociais (GOLMAN, 2004). Essa situação exige as ações das políticas públicas como uma forma de compensar a ausência das ações efetivas do Estado.

Outro fator relevante é a questão social. Os idosos com maior poder aquisitivo têm condições de usufruir de cuidados e atenção (seja por meio do atendimento de saúde ou de informação) enquanto aqueles pertencentes às camadas mais pobres dependem, quase que exclusivamente, da atenção dispensada pelo Estado (GOLMAN, 2004).

São os idosos mais pobres que necessitam dessas políticas públicas, especialmente pela ausência de meios financeiros que subsidiem suas necessidades básicas (saúde, segurança e educação) e são eles os que acabam cada vez mais marginalizados. Dentro de uma sociedade capitalista a necessidade de força de trabalho jovem é acentuada, isolando cada vez mais os idosos.

Lidar com atitudes e significados frente ao velho e a velhice é uma questão educacional. Ou seja, resolver a então chamada questão social da velhice ou eventual frustrações geradas pelo envelhecimento em nível individual, passa por providências de natureza educacional. Não no sentido de ensinar as pessoas a envelhecerem, ou de preparar para a velhice, ou mesmo de lidar não preconceituosamente com velhos e velhice. O que importa, realmente, é ensinar as pessoas a construírem uma realidade social e individual em que essas questões tenham chance mínima de existência (NERI, 1991, p. 133).

Toda essa complexidade exige que diversos ângulos sejam conhecidos e analisados: a cultura, o tempo e o espaço sugerem características diferenciadas mas fundamentais para que se promova o envelhecimento ativo⁸.

Com todos os desafios que o envelhecimento da população brasileira enfrenta, o maior deles é garantir que o idoso integre a comunidade na qual ele se insere.

⁸ O envelhecimento ativo é o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas (WHO, 2005, p. 13).

Quando se trata de políticas públicas para o idoso parte-se do princípio de que essa população sofre exclusão social e que seus direitos (cidadania, equidade, liberdade, dignidade, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, descritos na Constituição Federal) não estão sendo acatados, daí a necessidade de ações governamentais que supram tais carências (SCORTEGAGNA, 2010).

As políticas públicas são financiadas por toda sociedade e devem atingir o objetivo de construir a cidadania dos sujeitos. Desta maneira,

Oferecer condições dignas de se envelhecer, ter acesso a direitos estabelecidos em lei, constitui-se no avanço de derrubar mitos, preconceitos e a exclusão. Somam-se ainda o redimensionamento do envelhecimento, propiciar recursos para novas aprendizagens, reconhecer seu papel na construção dos sujeitos sociais que sejam capazes de produzir os processos coletivos de cidadania, é o que as sociedades deveriam estar fazendo (ARAUJO, 2004, p. 35).

Assim, as políticas públicas não representam ações simplórias ou de fácil efetivação, ao contrário, exigem esforço e dedicação tanto em seu cumprimento quanto na participação da sociedade.

Outro fato que merece destaque é que, quanto mais a longevidade se concretiza, maiores são as necessidades dessas ações. No entanto, a dicotomia presente nessa relação envolve os gastos que o sujeito idoso exige do Estado e sua possível improdutividade (ou significativa queda de rendimento dentro da sociedade capitalista) neste período. Nesse sentido

as alternativas que parecem prevalecer na adoção das políticas públicas, se baseiam na ideia de responsabilizar o envelhecimento populacional pelos desequilíbrios nas contas do Estado indicando propostas que, muitas vezes, vêm sobrecarregar este grupo de população (FONTE, 2002, p.4).

Para uma população marginalizada e excluída, ser responsabilizada por uma situação como a de desequilíbrio na economia do Estado torna-se cada vez mais um agravante. Essa postura é contraditória com a defendida, que é de se manter a cidadania e os direitos do indivíduo.

2.2.1 Políticas públicas internacionais para os idosos

A partir do final de década de 1970 a questão do idoso ganha destaque internacional e passa a ser discutida na Assembleia Geral da ONU. Foi a pedido dela que se organizou a Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento (GOLDMAN, 2006). No Brasil as ações mais efetivas passaram a acontecer concomitantemente as discussões internacionais.

A I Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento aconteceu em 1982, em Viena. Nela, foi elaborado o Plano de Ação de Viena. A II Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento foi realizada em Madri, em 2002. Nela foi elaborado o Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento (PAIE). Esse documento registrava diretrizes para a elaboração e estabelecimento de políticas específicas voltadas para o idoso (SILVA; SOUZA, 2010, p. 88).

O PAIE já alertava para a crescente no número de idosos especialmente nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. Esse dado reforçou a importância de pensar em caminhos que pudessem ajudar na solução das inúmeras situações que o envelhecimento populacional acarreta: saúde, previdência, educação, lazer, cultura etc.

O quadro a seguir registra as principais ações voltadas ao envelhecimento no mundo e suas características.

QUADRO 2: Ações voltadas ao envelhecimento (no mundo)

(continua)

ANO	AÇÃO	CARACTERÍSTICAS
1982	I Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento (Viena)	Iniciar um programa internacional de ação para garantir a seguridade econômica e social das pessoas idosas, assim como oportunidades para que estas pessoas contribuíssem para o desenvolvimento de seus países. Da Assembleia resultou o “Plano de Ação de Viena”.
	Plano de Ação de Viena	Importância da formulação e aplicação de políticas específicas para a terceira idade, incorporando a este segmento uma série de direitos que não estavam

QUADRO 2: Ações voltadas ao envelhecimento (no mundo)

(conclusão)

ANO	AÇÃO	CARACTERÍSTICAS
		sendo supridos e reflexões sobre as consequências do envelhecimento.
1992	Assembleia Geral da ONU	Aponta princípios a favor da população idosa (independência, participação, cuidados, autorrealização e dignidade) e diretrizes específicas para melhor qualidade de vida do idoso (com inserção social, política, econômica e cultural).
2002	II Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento (Madri)	Importância de se pensar o envelhecimento e a velhice no âmbito mundial. Da Assembleia resultou o “Plano de Madri”.
	Plano de Madri	Reafirmou as recomendações do Plano de Viena e reforçou o compromisso de promover a democracia, o estado de direito e favorecer a igualdade entre homens e mulheres, incluindo o direito ao desenvolvimento.

Organização: A autora.

Com as ações internacionais previstas, as discussões em âmbito nacional também se reforçaram. Para além de políticas públicas destinadas aos idosos, a urgência encontra-se em popularizar aquelas que já existem, pois grande parte da população as desconhece.

Para Silva e Souza (2010) nos países em desenvolvimento o que mais preocupa em relação ao envelhecimento são os custos com aposentadorias e pensões, pois o número de idosos cresce significativamente e a adequação dessa nova realidade ainda está em processo.

Assim, no Brasil os direitos dos idosos seguem a evolução mundial e caminham de forma que “conhecer a realidade do idoso brasileiro é um passo fundamental para a construção de políticas que visam garantir seus direitos e necessidades” (BATISTA *et al*, 2008, p. 105).

2.2.2 As políticas públicas e a educação

A complexidade do processo educativo permeia a formação do ser humano. O indivíduo é formado pelos diferentes processos educativos ao longo da vida. Assim “a educação, independentemente da idade, é um direito social e humano” (GADOTTI, 2009, p. 14).

A educação como direito de todo cidadão é reconhecida especialmente quando se considera a educação infantil, o ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, profissionalizante e também a educação de jovens e adultos. No entanto, quando se refere ao idoso, não há uma política específica (SCORTEGAGNA, 2010).

A educação que forma e transforma o indivíduo desde os primeiros anos de vida é a mesma capaz de contribuir na formação contínua do idoso. No entanto, a educação voltada para a terceira idade volta-se a um âmbito diferenciado, com outro enfoque pois não se trata de uma atividade meramente voltada para ocupar o tempo mas sim um espaço para crescer (OLIVEIRA; SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2012).

É um equívoco entender que a educação é uma ação necessária apenas aos mais jovens. O processo educativo precisa ser entendido de forma ampla e complexa. “A continuidade do processo de educação favorece a melhor qualidade de vida, ampliando o nível cultural dos indivíduos e grupos e, conseqüentemente, facilita a inserção participativa na sociedade” (SALGADO, 2007, p. 75).

A educação apresenta-se como um importante instrumento na conquista da cidadania, especialmente quando se considera a necessidade de construir uma sociedade na qual o idoso seja ator de sua própria história. As ações desenvolvidas nas últimas décadas por meio das políticas públicas refletem uma postura de esperança e de libertação do idoso.

A educação para a terceira idade é a alternativa mais viável para enfrentar os problemas sociais oriundos do envelhecimento humano, porque o desenvolvimento humano importa na sabedoria de cada indivíduo inter-relacionado com a coletividade (SANTIN; FÁVERO; SANTOS, 2008, p. 230).

Deposita-se na educação grande otimismo para enfrentar situações que preocupam a sociedade, pois acredita-se que os idosos devem se educar para a sociedade assim como a sociedade deve se educar para os idosos. É nessa relação que se espera encontrar a construção e manutenção da cidadania.

Não se deve duvidar da capacidade do idoso em aprender, independentemente da idade, pois a partir do momento em que são estimulados e incentivados, o processo de aprendizagem ocorre de maneira significativa (OLIVEIRA; SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2012).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 as políticas sociais brasileiras passaram a receber destaque pelo seu caráter de proteção mais abrangente, deixando para trás princípios estritamente social-trabalhistas que representavam. Como o cenário internacional também era marcado por cobranças no que se refere a questão dos idosos, os idosos encontram força e espaço para reivindicarem seus direitos e respostas para seus anseios (SILVA; SOUZA, 2010).

Os movimentos organizados pelos idosos, juntamente com apoiadores, foram de grande importância nesse momento histórico de mudanças, pois

Os idosos de todas as partes do Brasil demonstraram sua força política nas galerias do Congresso, na Praça dos Três Poderes, nas inúmeras passeatas de aposentados e pensionistas, dentre outras manifestações públicas. Parece-nos impossível traçar um quadro completo das lutas populares no processo constituinte sem ressaltar a mobilização e a organização dos movimentos sociais constituídos por aposentados e pensionistas urbanos e rurais (GOLDMAN, 2006, p. 167).

Esse movimento dos idosos impactou de forma que, além das defasagens nas aposentadorias e pensões (que era o grande intuito dessa mobilização), outras áreas e formas de compreensão da realidade em que esses indivíduos estavam inseridos passou a ser percebida por grande parte da população. Foi uma espécie de vitrine para a situação dos idosos, que naquele momento iniciava sua busca e defesa de direitos.

A Constituição Federal de 1988 estende o direito à cidadania para toda população, incluindo-se assim a população idosa, ainda que não haja a elaboração de uma norma específica no texto constitucional (OLIVEIRA, 2006).

Além da Constituição Federal de 1988, que nos artigos 203, 229 e 230 prevê proteção social universal, com cuidados e atenção em relação ao idoso, tanto pelos familiares quanto pela sociedade, há a PNI e o Estatuto do Idoso que amparam especificamente os idosos.

A PNI determina as competências dos diferentes órgãos e entidades públicas na implantação de uma política preocupada com a assistência social do idoso. Já no

Estatuto do Idoso possui uma abrangência maior e objetiva garantir os direitos fundamentais e de cidadania do idoso (SANTIN; FÁVERO; SANTOS, 2008).

Embora a educação seja um direito universal garantido tanto na Constituição Federal quanto no PNI por meio do direito a própria cidadania, sem dúvidas o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03) representa o marco legislativo mais importante para a população idosa.

Nele são consolidados os direitos elencados na PNI e dá garantias ainda mais amplas aos idosos, destacando principalmente o papel da família e garantindo direitos relacionados à alimentação, cultura, trabalho, cidadania, liberdade, proteção à vida, saúde, entre outros. (RITTER; GREGORI; MARONEZE; 2016).

Nesse sentido, o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03), por meio do Art. 1º, *caput*, garante que

O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Ainda que o caminho a ser percorrido para que os direitos dos idosos sejam respeitados, é inegável que a população idosa vem conquistando, pouco a pouco, maior espaço nas discussões e nas narrativas acerca das suas necessidades.

No capítulo 5 do Estatuto do Idoso, artigos 20 ao 25, destaca-se o direito do idoso em relação à educação, respeitando sua idade. Num país no qual há uma grande distância entre as leis e a realidade, a busca constante por aproximar os idosos da realidade por meio de dispositivos legais é muito relevante.

Ainda que o Estatuto do Idoso ampare diferentes âmbitos que envolvem os idosos, no Brasil não há uma política pública específica para o idoso na área da educação (OLIVEIRA; SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2012). Por isso se buscam, em outras políticas, recortes que possam envolver os idosos.

Por esse motivo “o acesso à educação é um fator de crescimento, de conhecimento, de interação, de novas descobertas e vivências, elementos essenciais à preservação e manutenção de uma vida mais produtiva e saudável” (PONTAROLO; OLIVEIRA, 2007, p. 5).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), prevê um conceito de educação ao longo da vida, de acordo com a Educação de Jovens e

Adultos (EJA). Essa educação deve ser garantida pelo Estado durante toda a vida, em suas várias modalidades de ensino. Diante dessa prerrogativa, a educação voltada para os idosos, ainda que não seja explicitada claramente, encaixa-se na modalidade da EJA e pode ser entendida como necessária durante toda a vida do sujeito, incluindo-se na velhice.

Sabe-se que a educação não é a solução para todas as questões que envolvem os idosos, mas certamente encontra-se nela muitas respostas que podem auxiliar a enfrentar esses desafios e, a partir daí, seguir pelos caminhos que levem à integração do idoso na sociedade e nas relações intergeracionais.

Já Scortegagna (2016) consolida que a educação deve ser direcionada a todos os indivíduos como um caminho para a conquista de seus direitos e autonomia, mas destaca ainda que a educação é uma alternativa que permite ao sujeito constituir-se mais consciente e reflexivo e, desta maneira, tornar-se um cidadão capaz de promover mudanças.

Quando se reflete sobre as mudanças que a educação pode proporcionar na vida do sujeito, a função social do conhecimento se torna evidente. Assim

o conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica dessas relações (FREIRE, 2006, p. 36).

A experiência de vida que o idoso traz consigo e a possibilidade de aquisição de novos conhecimentos podem permitir que esse indivíduo se mantenha em evolução enquanto ser humano, mas de maneira crítica, percebendo as transformações a sua volta e aprimorando seu pensamento, suas ações e seus saberes.

Quando se refere ao mercado de trabalho, além da valorização das capacidades do idoso e entendendo que a idade não é sinônimo de limitação, merece destaque a influência do capitalismo quando se pensa sobre a terceira idade. Pode-se associar a importância do idoso se sentir parte ativa da sociedade com a possibilidade de continuar servindo ao sistema implantado.

Nesse sentido,

Não basta apenas viver mais, é necessário que esse maior tempo vivido seja acompanhado por melhores condições de vida e saúde, de forma a manter a

capacidade funcional. A compreensão das inter-relações entre mercado de trabalho, envelhecimento populacional, condições de saúde e o exercício do trabalho no Brasil é de especial importância para que se possam adaptar as exigências do trabalho à população que envelhece, através de políticas públicas que busquem a maior conscientização dos trabalhadores e dos empregadores, evitando-se assim o afastamento precoce da vida ativa (CAMARANO; PASINATO, 2008, p.31).

Ainda que diante das exigências da sociedade capitalista, o idoso possui discernimento para decidir a forma com que pretende guiar seu processo de envelhecimento pois é quem melhor reconhece suas limitações, necessidades e anseios. Há o desafio de ouvir os idosos e buscar sanar suas premências. À sociedade cabe o papel de acolhê-lo e mostrar-se preparada para auxiliar nesse processo, aberta para discussões construtivas e respeitando as limitações condizentes com a idade mas possibilitando que o idoso possa contribuir na construção dela.

Nessa perspectiva, se aponta o mérito da educação enquanto um meio de intermediar a relação entre o idoso e a sociedade, especialmente diante de seu caráter socializador. Os espaços que priorizam a educação para o idoso buscam ouvi-lo e realizar ações pontuais para que esses indivíduos continuem se reconhecendo enquanto cidadãos e percebam sua importância na sociedade, bem como incentivam o constante contato intergeracional.

A conscientização de que os idosos não podem ser vítimas de um processo incessante de exclusão social está especialmente ligado ao processo de educação de toda sociedade.

Dessa necessidade de construir uma sociedade que perceba o idoso enquanto cidadão atuante e auxiliar no processo de envelhecimento que tenha a educação como base, se fortalecem os espaços educacionais. Esses ambientes concebem a educação como uma atividade permanente e transformadora, por isso suas ações possuem tamanha relevância no processo de envelhecimento.

No próximo capítulo serão apresentadas e discutidas questões acerca dos espaços educacionais e educação permanente, especificamente no Estado do Paraná e na região dos Campos Gerais.

CAPÍTULO 3

OS ESPAÇOS EDUCACIONAIS VOLTADOS PARA OS IDOSOS

O envelhecimento é um fato consolidado na sociedade. Os países desenvolvidos se prepararam para o envelhecimento populacional nas décadas anteriores e o Brasil ainda está se adequando ao mesmo tempo que os idosos se fazem mais presentes na sociedade.

A educação compreendida como um processo que acontece ao longo da vida não pode ficar restrita ao ambiente escolar. Conforme o indivíduo amadurece, as possibilidades de aprendizagem nos diferentes ambientes se tornam mais frequentes e reais. E ele não apenas aprende, mas também tem a possibilidade de ensinar (CACHIONI, 2003).

Quando se pensa sobre a educação para os idosos é importante ter clareza de que a primeira meta da educação deveria ser a emancipação do sujeito (LOUZADA, 2016). Atender esse público com o entendimento de sua realidade e necessidades é um ponto crucial para desenvolver suas potencialidades, respeitando limites e valorizando conhecimentos.

A Constituição Federal de 1988 garante em seu artigo 205 que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família. Em relação a LDBEN, as abordagens de educação ao longo da vida é uma discussão recente e que está em processo de implementação (Lei nº. 13.632/2018). Assim, cada Estado tem a oportunidade de conduzir projetos e ações que acolham o idoso em âmbito educacional. No Estado do Paraná o Conselho Estadual dos Direitos do Idoso (CEDI) tem o objetivo de defender os direitos dos idosos eliminando toda forma de preconceito. O CEDI está presente na realidade dos municípios, buscando aperfeiçoar as ações, de forma coletiva, para que os objetivos sejam atingidos. Assim, conhecer a realidade dos municípios que compõe a região torna-se importante para compreender a efetivação das políticas educacionais destinadas para os idosos.

3.1 OS IDOSOS E A EDUCAÇÃO PERMANENTE

O sujeito, desde o nascimento até a sua morte, é um ser inacabado. Para Freire (1979, p. 27), “a educação é uma resposta da finitude da infinitude” e dessa forma o indivíduo está em constante processo de formação por ser um ser em formação. Esse processo independe de idade, raça ou classe social.

A luta pelo direito à educação está atrelada a construção da nossa história diante da busca contínua por melhores condições educacionais, acesso ao conhecimento e pela garantia de um direito que consta na Constituição Federal. Socialmente, a população tem consciência de que a educação possui um papel fundamental na construção da cidadania e da democracia. Desta maneira, “a educação é um processo histórico de criação do homem para a sociedade e simultaneamente de modificações da sociedade para o benefício do homem” (PINTO, 1989, p. 39).

Essa sociedade exige que o indivíduo se mantenha informado diante da dinâmica acelerada de mudanças que acontecem no cotidiano. Assim

Esta necessidade se torna ainda mais evidente para a categoria etária dos idosos, para os quais são extremamente importantes as informações sobre o processo do envelhecimento e as transformações rápidas e sucessivas que ocorrem no mundo que está à sua volta (SALGADO, 1980, p. 114).

O papel da educação se mantém fundamental também na velhice pois ela “estabelece uma relação democrática entre a política e os sujeitos deste paradoxo educacional” (SCORTEGAGNA, 2010, p. 72). Formar esse sujeito crítico e consciente de seus direitos é um desafio. Mas a educação para os idosos vai muito além: ela precisa desenvolver as capacidades individuais, estimular habilidades e incentivar a construção de novos saberes.

Para atingir esses objetivos, “a educação tem um papel político fundamental, ela deve desempenhar um papel eminentemente democrático, ser um lugar de encontro, de permanente troca de experiências” (GADOTTI, 1984, p. 157).

E educação se faz presente em todos os momentos da vida do homem, envolve suas ações e relações e relaciona-se diretamente com a realidade em que o sujeito está inserido. Por isso os desafios são constantes e mutáveis, uma vez que as necessidades sociais estão em movimento o tempo todo.

Quando se fala em educação do século XXI os quatro pilares da educação – aprender a ser, aprender a fazer, aprender a conhecer e aprender a conviver – (DELORS, 1999) representam um caminho a ser percorrido que leva o sujeito a uma formação completa. Esses pilares, se trabalhados na educação do idoso, também o ajudam no caminho pela formação integral e contínua.

Eles também reforçam o caráter de mudança constante que a educação assume quando acompanha as transformações que ocorrem na sociedade, adaptando-se às necessidades da vida do sujeito. De acordo com Furter (1976) o homem busca a perfeição por entender que é um ser inacabado e a educação se apresenta como um processo contínuo que se finda com a morte.

A educação para o idoso trata-se, ainda, de uma resposta a uma sociedade capitalista, que valoriza o “ter” diante do “ser”, especialmente quando o idoso se encontra em uma situação de marginalização (SANTIN; FÁVERO; SANTOS, 2008). Essa necessidade de se manter adaptado ao meio faz com que a educação seja uma possibilidade real de afirmação social.

Como a sociedade está em constante mudança, a educação também se transforma em todo tempo e não se conclui nunca. Por isso a necessidade de oportunidade de aprendizagem contínua, para buscar acompanhar as mudanças constantes na sociedade, poder se atualizar, manter as relações por meio de interações e aprimorar o saber (TEODORO, 2006).

Pensar em ações educativas que permitam que a cultura, o saber e o conhecimento possam atingir todos os cidadãos e deixem de ser privilégio de uma minoria é uma objeção constante. Essa ideia se torna uma condição para que as fragilidades da pessoa idosa se tornem um detalhe decisivo no processo contínuo de formação de sua identidade num momento social delicado (SANTIN; FÁVERO; SANTOS, 2008).

Quando se pensa sobre a educação voltada para o idoso é um desafio conceber uma ideia clara ou uma estrutura educacional que atenda suas peculiaridades. A necessidade de políticas públicas que incluam os idosos se faz essencial nesse processo de incentivo a manutenção do idosos integrado a sociedade.

Neste caso

O caráter excludente da própria EJA, na qual muitos idosos e adultos mais velhos sentem-se constrangidos, humilhados e desrespeitados em sua dignidade como pessoa humana, por um modelo educacional tecnicista e reprodutor, que desconsidera os conhecimentos adquiridos pelos indivíduos nas suas experiências de vida, tratando seres humanos essencialmente diferentes como iguais (PERES, 2010, p. 67).

Diante da situação excludente que a educação formal se faz para o idoso, a educação ganha força enquanto um processo permanente durante toda a vida do sujeito. Então “a educação permanente visa uma educação rearranjada, refletida e integrada no seu todo. Ela sustenta a ideia de um controle de todos os recursos educativos possíveis de uma sociedade e de sua execução” (GADOTTI, 1984, p. 69).

O entendimento de que o ser humano está em constante processo educativo, durante toda a vida, leva a compreensão de que se pode e deve desfrutar de todas as formas de conhecimento oferecidos na sociedade, nos diferentes espaços de socialização e possibilidades de aprendizagem existentes (COSTA, 2014).

Pensar na educação voltada para os idosos, de forma que ela possua relevância é um desafio diante de uma sociedade com a visão atrelada ao sistema formal de educação. Então a educação permanente

como formulado originalmente, era uma crítica à ideia que separava em etapas ao longo da vida os períodos de formação (correspondentes à infância e a juventude), trabalho produtivo (idade adulta) e tempo livre (velhice, tempo posterior à aposentadoria), substituindo-se pela educação permanente, trazendo a ideia de contínua atualização de conhecimentos. Essa atualização é necessária frente ao ritmo acelerado de mudança social e tecnológica, além de diminuir o fosso cultural da terceira idade, já que, devido à redução dos índices de natalidade e elevação da expectativa de vida, a população tende ao envelhecimento (SARAIVA, 2004, p. 31).

Nessa perspectiva, a educação assume um caráter mais próximo a realidade e se fazendo presente no cotidiano do indivíduo. A educação permanente tem o objetivo de transformar, de ultrapassar o caráter de repassar informações ao sujeito e assume a ideia de transformar a vida do indivíduo. Exatamente por essa característica, ela se faz mais presente na vida do sujeito.

O papel político da educação é fundamental. Ela deve desenvolver um papel eminentemente democrático e assim possibilitar a constante troca de experiências e permitir encontros constantes entre os sujeitos (GADOTTI, 1984).

A educação permanente busca o desenvolvimento integral do sujeito e, assim, auxilia na superação da marginalização social que tanto se faz presente na velhice

(SCORTEGAGNA, 2010). Um dos principais equívocos mais comum quando se refere a educação e aprendizado do idoso é a crença em sua incapacidade de aprender devido ao avanço da idade.

O que muitas vezes não é de conhecimento da população é a capacidade que as pessoas idosas têm para realizar atividades físicas e também intelectuais com grande êxito (MORAGAS, 2010). Essa questão está relacionada especialmente com o pouco conhecimento sobre o envelhecimento e a capacidade de se manter ativa que as pessoas idosas possuem.

Estudos sobre a plasticidade cerebral (capacidade do cérebro em remodelar suas funções) comprovam que essa adaptação permite que o indivíduo continue aprendendo ao longo da vida (MACEDO, 2013). Portanto, o idoso pode necessitar de um ritmo diferenciado para a construção de novos conhecimentos, que respeitem suas necessidades mas que não o impossibilitam de aprender.

Dessa maneira, o avanço da idade pode provocar mudanças na forma como o indivíduo aprende mas não o incapacita, especialmente graças a essa plasticidade, que permite a incorporação de novos saberes aqueles já consolidados (GUERREIRO; CALDAS, 2001).

Além disso, existe muita riqueza de experiências, tanto psicossociais quanto reacionais, que os idosos acumulam ao longo de sua vida, compreendendo o quanto a velhice e o envelhecimento agregam na formação do cidadão (MORAGAS, 2010).

Segundo Dellors (1999), a educação é um processo de toda uma vida, que faz com que a pessoa adquira consciência de si mesma e de seu papel na sociedade, aprendendo como deve agir e discernir os acontecimentos a sua volta.

Quando se entende que a educação é um processo contínuo na vida do indivíduo e que ela não pode ficar atrelada a apenas um determinado período da vida, se concebe a ideia de educação permanente. Nesta perspectiva, “pode-se considerar que a permanência é uma característica da educação” (OLIVEIRA; SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2012, p. 35).

A educação permanente é uma maneira de propiciar aos idosos uma qualidade de vida melhor, tanto biológica, psicológica quanto social, pois intensifica as trocas constantes de conhecimentos e vivências que possibilita o aperfeiçoamento pessoal e a flexibilidade intelectual dos idosos (COSTA, 2014).

Não se pode associar a educação permanente com algo desestruturado ou que acontece naturalmente, sem a necessidade de estruturação e propósitos bem claros. Pensando por esse viés

a necessidade de uma educação contínua, que seja uma constância na vida humana e que permita viver plenamente o mundo planetário, não pode ser preenchida por um simples prolongamento da educação, nem por um alastramento do campo escolar. Deve tomar a forma de uma educação permanente, a partir da qual deverá ser pensada toda educação, e que obrigará os educadores a inventar novas técnicas e novos métodos adequados (FURTER, 1976, 127).

Quando a educação se faz presente na realidade do indivíduo, permitindo que o aprendizado seja vislumbrado na vida, ela adquire seu papel de transformadora da realidade social, pois a proximidade entre as vivências e o que se aprendeu passa a ter significado e aplicabilidade real.

A ressignificação da velhice se faz necessária quando se observa que os idosos são participantes de uma sociedade com novas demandas. Com isso essas pessoas não podem viver como há décadas atrás daí a importância dessa ressignificação e de repensar os espaços pensados para o envelhecer (PASQUINI, 2015).

Assim, “pela educação permanente, o idoso volta a estudar, reflete sobre sua vida, desenvolve e amplia suas habilidades, elabora novos objetivos e traça estratégias para alcançá-los” (OLIVEIRA; SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2012, p. 39).

As atividades promovidas para os idosos não devem perder o intuito de transformação da realidade e das vidas dessas pessoas, sendo cada vez mais significativas. Daí a importância de conhecer a realidade desses idosos e destinar as ações para suas necessidades reais.

Nesse sentido, Freire (2003) defendia uma educação que valorizasse o conhecimento trazido pelo aluno e que, ao mesmo tempo, esses novos conhecimentos os inquietassem. A troca de conhecimentos entre o professor e o aluno seria uma ponte fundamental na construção do conhecimento.

A educação permanente é uma possibilidade para que os idosos adquiram novos conhecimentos, conheçam seus direitos mas, principalmente, continuem se percebendo enquanto cidadãos por meio da superação de desafios e preconceitos.

As oportunidades de aprendizado precisam ser contínuas, que propiciem a interação entre as pessoas de diferentes gerações mas também oportunizem a troca de conhecimentos entre aqueles que pertencem a mesma faixa etária, fazendo com

que o saber possa ser aprimorado e que o ser humano se atualize tanto no conhecimento quanto nas relações (TEODORO, 2006).

Quando se aborda a educação permanente é preciso saber que ela acontece de forma contínua e seu objetivo é ultrapassar as barreiras sociais aprimorando os conhecimentos para a vida. Portanto,

A educação permanente é a educação durante toda a vida, para todos os homens. É uma educação sem limites e sem fronteiras. É a maneira de se preocupar com a formação total pela autodeterminação. É o processo de aquisição e de ampliação do conhecimento, de dominar a tecnologia, de desenvolvimento do senso crítico, de descoberta e (re)descoberta de valores, e de se relacionar com o mundo. É ser sujeito de construção da sua própria história, de abrir caminhos numa sociedade mutante e sem muitas perspectivas. É aproveitar-se de todas as oportunidades para crescer, valorizar-se como pessoa e afirma-se como cidadão (LAMPERT, 2006, p. 3).

Nesse contexto, as pessoas idosas passam a ser percebidas como seres pensantes e que necessitam mais do que meras ações assistencialistas: atividades que promovam a possibilidade de crescimento tornam-se cada vez mais presentes (SCORTEGAGNA, 2010).

O idoso deve usufruir de um espaço educacional que possibilite a compreensão democrática do saber e que promova a possibilidade de formar uma sociedade mais igualitária (PASQUINI, 2015).

Nesse ambiente a educação destinada aos idosos deve considerar toda bagagem e conhecimentos trazidos por eles, tanto social quanto cultural, mas sem deixar de possibilitar a aquisição de aprendizagens diversificadas, os considerando sujeitos que podem aprender e se desenvolver ao longo da vida (COSTA, 2014).

Espaços educativos que incentivem os idosos no processo de socialização e permitam que as aprendizagens sejam significativas merecem destaque. Também é essencial respeitar as peculiaridades desse sujeito e do próprio processo que ele vive porque “impor a eles a nossa compreensão em nome de sua libertação é aceitar soluções autoritárias como caminhos de liberdade” (FREIRE, 1988, p.27).

Assim a educação assume seu papel de relevância também na velhice por permitir que o idoso continue vivenciando o processo de formação individual e humana, de aprender diariamente e de modificar sua própria história.

3.2 A EDUCAÇÃO PARA O IDOSO NA REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS – PR

A sociedade está buscando formas de se organizar para enfrentar a situação do envelhecimento. Muitas vezes, os idosos são encarados como despesas a serem assumidas pela sociedade. Diante de tantos desafios enfrentados pelos idosos, a educação torna-se uma possibilidade de promover mudanças concretas, de incluir os idosos no processo educacional como uma maneira de permitir que ele continue aprendendo, compartilhando conhecimentos e descobrindo alternativas para essa etapa da vida.

Nesse sentido, no Art. 1º, da LDBEN nº 9.394/96,

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

A educação não deve estar relacionada apenas a infância, adolescência ou juventude. O aprendizado ocorre ao longo da vida e não se pode limitar esse processo a uma parcela da população. Assim, o idoso deve estar inserido no processo educacional.

As políticas públicas referentes a educação não citam o idoso especificamente, assim como ele é incluso em legislações educacionais como adulto. Neste caso suas necessidades educacionais específicas podem não ser atendidas de maneira integral (SCORTEGAGNA, 2010).

O desafio de incluir o idoso em ambientes educacionais ainda é grande, especialmente por questões de preconceito (acredita-se que o idoso não tem potencial para aprender) e até mesmo de desconhecimento dos direitos dos idosos. Embora o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003) tenha 15 anos, ainda é pouco conhecido e aplicado. No entanto, se entende que a própria educação possibilita a transformação de conceitos como envelhecimento e velhice, não apenas para o sujeito que vive essa condição, mas para a sociedade da qual ele integra (PASQUINI, 2015).

A Constituição Federal prescreve, em seu artigo 1º, os direitos fundamentais de todo cidadão, entre eles está o direito à cidadania e dignidade da pessoa humana. Nesse sentido entende-se que é por intermédio da educação que esses direitos

podem ser garantidos, pois ela possibilita ao indivíduo adquirir conhecimentos que o tornam mais crítico, capaz de refletir sobre seu papel na sociedade.

Ao não incluir o idoso em suas prescrições, a necessidade das políticas públicas voltadas para os idosos ganham uma importância ainda maior. Tanto a Política Nacional do Idoso quanto o Estatuto do Idoso sobressaem-se no processo de garantir os direitos do idoso, dentro os quais destaca-se a educação. O artigo 4º da Política Nacional do Idoso enfatiza o “VII – estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais do envelhecimento” e o Estatuto do Idoso, no seu artigo 3º, reforça a necessidade de criação de tais mecanismos (SCORTEGAGNA, 2016).

Respeitando a hierarquia da União, o Estado do Paraná estipulou leis estaduais que buscam atender a pessoa idosa, conforme o quadro a seguir.

QUADRO 3: Legislação Estadual – Pessoa Idosa

ANO	LEI	CARACTERÍSTICAS
1997	Lei nº 11863	Dispõe sobre a Política Estadual dos Direitos do Idoso e adota outras providências.
2003	Lei nº 14043	Institui meia-entrada para idosos em locais que menciona e dá outras providências.
2003	Lei nº 14193	Dispõe sobre atendimento prioritário às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, conforme especifica.
2010	Lei nº 16644	Altera e revoga dispositivos da Lei nº 11.863/1997, institui a Semana Estadual do Idoso e a Conferência Estadual dos Direitos do Idoso e adota outras providências.
2012	Lei nº 17104	Institui a Semana de Prevenção e Combate à Violência e Maus Tratos Contra Idosos.
2013	Lei nº 17453	Institui a Semana Estadual do Idoso, a ser comemorada na semana que coincidir com o dia 1º de outubro.

Fonte: Secretaria da Família e Desenvolvimento Social, <http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br>
Organização: A autora.

A Secretaria da Família e Desenvolvimento Social do Estado do Paraná promove ações que visam melhorar a vida dos cidadãos paranaenses. Dentre as políticas públicas encontram-se as “ações e programas focados na garantia de direitos e proteção da pessoa idosa, promovendo o respeito e garantindo uma vida digna”. (SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL..., 2019).

Tais ações se baseiam no fato de que a população paranaense segue a tendência mundial e envelhece significativamente. De acordo com os dados apresentados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)

é a crescente participação de pessoas idosas na população total. Assim, a participação das pessoas de 65 ou mais anos de idade na população total, que era de 7,5% em 2010, deverá ser de quase 20% em 2040. Por outro lado, a participação dos menores de 15 anos reduz de 23,4% para 16,6%, no mesmo período. Esta dinâmica fará com que, a partir do final dos anos 2030, o número de idosos passe a ser maior do que o de crianças. A relação entre estes dois segmentos etários, expressa pelo índice de envelhecimento, passará de 32 idosos para cada grupo de 100 crianças, em 2010, para 118 idosos para cada 100 crianças, em 2040 (IPARDES, 2018).

Diante do contingente populacional de idosos, as políticas públicas para eles é uma necessidade imediata. O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) dos municípios é o responsável por acolher os idosos e orientá-los no que se refere a atividades de socialização, ações educativas e serviços de proteção. De acordo com o site da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social, no Estado são 569 CRAS distribuídos em 399 municípios

A Lei Estadual nº 11.863/97 – Política Estadual dos Direitos do Idoso – apresenta 12 artigos que garantem os direitos elementares a pessoa idosa. Também a criação do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso (CEDI) marcam ações que visam atender especificamente a população idosa.

O CEDI tem por objetivo

a defesa dos direitos dos idosos, congregando e conjugando esforços dos órgãos públicos, entidades privadas e grupos organizados em favor plena inserção da pessoa idosa na vida socioeconômica, política e cultural do Estado do Paraná, eliminando toda a forma de preconceito (CEDI, 2019).⁹

⁹ Conselho Estadual dos Direitos dos Idosos. Disponível em:
<http://www.cedi.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1>

A organização do CEDI busca amparar o idoso nas suas mais variadas necessidades, sendo uma forma de proteger e orientar os idosos, garantindo seus direitos e participação no contexto social.

A Política Estadual dos Direitos dos Idosos (Lei nº 11.863/97), “tem por objetivo assegurar os direitos da pessoa maior de 60 (sessenta) anos de idade, criando condições para sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade”.¹⁰ Todas as ações são voltadas para a proteção da pessoa idosa e pelos seus direitos.

Outra ação estadual que demonstra a conscientização sobre a pertinência e preocupação com o crescimento da população idosa se deu no ano de 2006, quando se incluiu o idoso na redação das Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos. O que se percebe nessa ação é o entendimento de que o idoso está inserido no processo de aprendizagem e necessita ser incorporado a ela por meio de uma prática pedagógica emancipadora (SCORTEGAGNA, 2010).

De acordo com as normatizações, especialmente do Estatuto do Idoso, os idosos possuem direitos que buscam atender as características próprias de sua faixa etária, pois para que o direito a educação seja atendido, é necessário adequação de currículo, metodologias, material didático mas também a criação e manutenção de espaços destinados aos idosos, como as universidades abertas (Estatuto do Idoso).

Assim, os municípios devem, inicialmente, conhecer seus idosos e a partir da realidade, estruturar as ações que atendam as demandas. A realidade de cada região deve ser considerada bem como o cumprimento daquilo que está normatizado.

A oferta de espaços educacionais para os idosos é de imprescindível. Mas esses espaços, bem como as atividades desenvolvidas neles, precisam corresponder aos interesses dos idosos.

Nesse sentido, “não se trata simplesmente de oferecer quaisquer atividades para idosos, mas que elas tenham relação com sua identidade, com suas competências e suas necessidades” (DOLL, 2007, p. 118).

Quando se reflete sobre a educação destinada aos idosos

Na educação aconteceriam momentos privilegiados de questionamentos, decisões, capacitação e acima de tudo, diálogo para os alunos idosos; eles estão inseridos na sociedade e dela devem participar, o que implica condições para participar, ou seja, conhecimentos e senso crítico para lidar com as informações (PASQUINI, 2015, p. 65).

¹⁰ Política Estadual dos Direitos dos Idosos. Disponível em:
<http://www.cedi.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=2>

Ressalta-se o papel da educação, entendendo que os idosos possuem capacidade para aprender desde que incentivados e com as motivações adequadas. Assim, para uma aprendizagem efetiva, além das motivações ideais, permitir que o idoso assimile novos conhecimentos no seu tempo é essencial (MORAGAS, 2010).

No Estado do Paraná, a região dos Campos Gerais destaca-se pelos municípios que a compõe, que são de grande representatividade no Estado.

FIGURA 6: Campos Gerais



Fonte: Dicionário Histórico e Geográfico dos Campos Gerais

De acordo com os critérios utilizados para essa pesquisa, a região dos Campos Gerais é composta por 19 municípios: Arapoti (27.700 habitantes), Carambeí (22.200 habitantes), Castro (71.100 habitantes), Curiúva (14.900 habitantes), Imbaú (12.500 habitantes), Ipiranga (15.000 habitantes), Jaguariaíva (34.600 habitantes), Ivaí (13.700 habitantes), Ortigueira (23.300 habitantes), Palmeira (33.800 habitantes), Piraí do Sul (25.100 habitantes), Ponta Grossa (341.100 habitantes), Porto Amazonas (4.800 habitantes), Reserva (26.600 habitantes), São João do Triunfo (14.800 habitantes), Sengés (19.300 habitantes), Telêmaco Borba (78.100 habitantes), Tibagi (20.400 habitantes) e Ventania (11.200 habitantes).¹¹

Para conhecer as ações educativas desenvolvidas na região dos Campos Gerais se fez necessário o contato com os municípios, com a finalidade de apresentar os objetivos da pesquisa e conhecer as ações realizadas em cada um deles. Após

¹¹ Levantamento realizado em dezembro/17 através do site: <http://www.amcg.com.br/>

esse contato, os municípios de Carambeí, Castro, Palmeira, Ponta Grossa e Telêmaco Borba assentiram participar dessa pesquisa.

3.2.1 Carambeí

Fundada em 04 de abril de 1911 por um grupo de holandeses, o município com mais de 22 mil habitantes possui um Centro de Convivência do Idoso (CCI) pertencente a Secretaria de Assistência Social.

O espaço foi projetado para atender diferentes atividades desenvolvidas com os idosos, que vão desde artesanato até palestras e confraternizações. Anteriormente os idosos dividiam com adolescentes e adultos mais jovens um espaço no CRAS, não havendo assim um espaço específico. Não existe uma grade curricular a ser seguida ou disciplinas obrigatórias a serem cursadas pelos idosos. As atividades desenvolvidas buscam especialmente a integração e a convivência entre eles, havendo liberdade de escolha entre as opções ofertadas.

O principal meio de divulgação das atividades realizadas acontece por intermédio dos próprios idosos, que convidam outras pessoas para aderirem ao grupo diante do reconhecimento da relevância das ações desenvolvidas.

3.2.2 Castro

Importante caminho para os tropeiros que iam de Viamão (RS) a Sorocaba (SP), a cidade de Castro foi fundada em 19 de março de 1778. Conhecido no município como Centro Ocupacional do Idoso (COI), as atividades acontecem oficialmente desde o ano de 2005, passando por diferentes etapas até se estruturar como se apresenta atualmente.

Na organização das atividades desenvolvidas, de acordo com as informações coletadas na entrevista, se destaca a influência dos idosos na sugestão das atividades propostas. Elas seguem o calendário estabelecido anualmente pela Secretaria e as ações intergeracionais desenvolvidas regularmente, com o intuito de valorizar os idosos e incentivar o convívio e o respeito entre os cidadãos.

3.2.3 Palmeira

Fundada em 07 de abril de 1819 graças ao tropeirismo, Palmeira possui mais de 33800 habitantes e o serviço de atendimento aos idosos acontece vinculado às atividades do CRAS.

Com diferentes atividades que buscam atender as mais diferentes necessidades dos idosos, se destaca nesse município a valorização da formação dos idosos por meio de palestras e formações nas mais diferentes áreas (saúde, jurídica, educação). A afinidade é um fator que determina a composição dos grupos que se encontram semanalmente, facilitando a organização do calendário de atividades a serem desenvolvidas. Um diferencial nos encontros dos idosos deste município é a celebração mensal dos aniversariantes. Outra informação interessante percebida durante a visita ao município é a grande quantidade de idosos analfabetos ou semianalfabetos.

3.2.4 Ponta Grossa

Maior município da região dos Campos Gerais, a cidade de Ponta Grossa foi fundada em 15 de setembro de 1823 e possui mais de 310 mil habitantes. Devido a sua dimensão, a cidade possui uma organização mais complexa para o atendimento dos idosos. Sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Políticas Públicas Sociais, há várias sedes de atendimento ao idoso, sendo que a principal delas é o CECON – Nova Rússia.

A demanda de idosos ociosos no município (aproximadamente 10% da população, de acordo com dados do IPARDES/2019) foi o principal motivo para que se criassem atividades específicas para eles, inicialmente nos bairros, dos quais quatro são mantidos até o momento. Há mais de 25 anos tais atividades são aperfeiçoadas para atender a essas necessidades.

Com o grande número de idosos e a dimensão da cidade, há diferentes espaços destinados a atividades com esses indivíduos.

3.2.5 Telêmaco Borba

Fundada em 21 de março de 1940, Telêmaco Borba possui mais de 78 mil habitantes e uma proposta muito interessante de trabalho com os idosos. No chamado Centro de Convivência do Idoso (CCI) há uma série de atividades programadas num calendário anual, mensal e semanal para os idosos.

Entre as atividades desenvolvidas há o diferencial de atendimento médico especializado dentro do próprio CCI, que visa facilitar a dinâmica de deslocamento do idoso e seu atendimento. As palestras com temas relevantes para a formação e informação dos idosos também é uma prática cotidiana que busca atender as exigências dos mesmos.

As observações preliminares dos municípios dos Campos Gerais indicam que as ações em prol dos idosos são guiadas por meio das orientações do CEDI, que busca equiparar as ações dos municípios de modo que os idosos do Estado tenham acesso a oportunidades semelhantes por meio de ações pensadas para o coletivo.

No ano de 2018 o CEDI promoveu ações junto aos responsáveis pelo Conselho do Idoso e Secretarias de Assistência Social com o intuito de padronizar tais ações, promovendo a integração dos idosos, conhecimento de seus direitos e por meio de ações educativas. Essas ações são previstas no calendário anual do CEDI, disponível no site do governo do Estado.

Tais ações planejadas pelo CEDI foram confirmadas por meio da coleta de dados (entrevistas) com os coordenadores dos programas/projetos, que evidenciou a busca pelo aperfeiçoamento das ações orientadas pela legislação vigente.

A grande extensão territorial da região dos Campos Gerais, mesmo com a legislação vigente e as orientações do próprio CEDI, pressupõe diferentes ações voltadas aos idosos, uma vez que há municípios de pequeno, médio e grande portes, cada um com suas realidades e peculiaridades. As necessidades de cada município devem ser consideradas, mas sempre respeitando um projeto maior explicitado por meio das orientações estaduais.

No capítulo que segue serão apresentadas e analisadas as informações referentes as ações educativas que acontecem em cada um dos cinco municípios participantes dessa pesquisa, bem como as relevantes informações dos coordenadores responsáveis por cada espaço.

CAPÍTULO 4

AS AÇÕES EDUCATIVAS E A INFLUÊNCIA NO COTIDIANO DO IDOSO

O processo de envelhecimento do indivíduo não envolve apenas questões pontuais mas sim “a possibilidade de vivenciar ou não a velhice, com recursos disponíveis ou não, demarcados pelas diferenças de classes e das desigualdades sociais” (SCORTEGAGNA, 2016, p. 184). O despreparo da sociedade para conviver com o envelhecimento humano pode ser representado pela dificuldade em confiar na capacidade do idoso.

Para Macedo (2013) a sensação de perda do valor de cidadão que ocorre na velhice relaciona-se diretamente com a incapacidade da sociedade em acreditar no idoso. Quando se refere ao processo educativo do idoso, as situações de desvalorização se fortalecem pela ausência de conhecimento sobre sua capacidade de aprendizagem.

De acordo com essa percepção, promover ações de solidariedade entre as gerações incentivando o desenvolvimento integral da pessoa incorporados à educação é um caminho interessante no resgate de valores que alimentam o amor, a esperança e a humanidade (SANTIN; FÁVERO; SANTOS, 2008).

Pautado em tais necessidades, os municípios de Carambeí, Castro, Palmeira, Ponta Grossa e Telêmaco Borba desenvolvem atividades direcionadas aos idosos valorizando o processo educacional e a formação humana e cidadã do indivíduo.

4.1 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

Para buscar a relação entre as políticas públicas, especialmente as educacionais, e as ações desenvolvidas na região dos Campos Gerais a presente investigação considera que o processo de envelhecimento é contínuo assim como construção do cidadão enquanto indivíduo permanentemente atuante na sociedade.

As características de cada indivíduo precisam ser respeitadas diante do caráter heterogêneo da velhice. O meio no qual o indivíduo está inserido, sua história de vida e condições sociais e econômicas são fatores que interferem no processo de construção do conhecimento.

O fato do Brasil ser um país que está envelhecendo remete a necessidade de se pensar nas particularidades e em como a realidade vem se transformando.

O envelhecimento da população é um fenômeno global que exige ação local, regional nacional e internacional. Em um mundo cada vez mais interligado, a omissão para lidar, de um modo sensato e em qualquer parte do mundo, com o imperativo demográfico e as mudanças rápidas nos padrões de doenças, terá consequências políticas e socioeconômicas em todos os lugares (WHO, 2005, p. 45).

A Constituição Federal e o Estatuto do Idoso permeiam as discussões sobre o envelhecimento, mas não padronizam as ações. Assim, a legislação ampara os direitos da pessoa idosa.

Ainda que a visão sobre o sujeito idoso seja de fragilidade e inatividade ou de respeito e admiração pela sua história e conhecimentos construídos, não se pode deixar de salientar sua capacidade de aprender e desenvolver novas atividades, muitas vezes descobrindo habilidades desconhecidas ou superando limitações (TORRES; CAMARGO, 2012).

Nessa mesma perspectiva, Moragas (2010, p. 54) afirma que “muita gente se surpreende ao comprovar que as pessoas idosas desempenham atividades físicas e intelectuais com plena efetividade”. Propiciar aos idosos a oportunidade de desenvolver novas atividades é uma maneira de respeitar seus direitos, como a educação e lazer.

A educação e seu caráter político e social será alcançada na medida em que os idosos possam usufruir de espaços destinados ao exercício da cidadania, por meio de constantes discussões e problematizações que visem modificações na realidade (OLIVEIRA; SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2012).

Nesse sentido, os municípios da região dos Campos Gerais vêm se organizando, de acordo com as leis vigentes, para atender a população idosa garantindo que seus direitos sejam assegurados.

Desta maneira, esta pesquisa preconiza inteirar-se das políticas educacionais que a região dos Campos Gerais desenvolve para os idosos diante de suas necessidades específicas. As pesquisas que têm o idoso como objeto de investigação apontam que, com o crescimento significativo do número de idosos, percebe-se que há despreparo para atendê-los com qualidade. Diferentes áreas do conhecimento

(humanas, saúde, jurídica) têm apresentado estudos voltados ao envelhecimento da população, mas ainda assim muitas perguntas aguardam por respostas. No campo educacional não é diferente e entender a problemática em torno da situação dos idosos se faz necessária para o enriquecimento e avanço de tais discussões.

Neste momento optou-se pela abordagem qualitativa de caráter exploratório, pelo ajuste com as questões a serem investigadas. De acordo com Minayo (2009) a pesquisa qualitativa tem como objetivo responder questões pertencentes às Ciências Sociais, as quais não podem ser quantificadas, traduzidas em números ou em índices quantitativos, ou seja, elementos como: as emoções, as atitudes humanas, os significados, os valores, entre outros.

Já Richardson (1999) afirma que a pesquisa qualitativa também pode descrever problemas mais complexos, que necessitam analisar e classificar processos dinâmicos de diferentes grupos sociais, descrever problemáticas, compreender as variáveis, contribuir para a mudança ou transformação de um grupo e atender as particularidades dos comportamentos dos indivíduos. Mas para haver fidelidade nos dados, o pesquisador deve evitar os julgamentos subjetivos e conclusões próprias.

Entre muitas definições para a abordagem qualitativa, a concepção de que ela “baseia-se no método indutivo porque o investigador pretende revelar a intenção, o propósito da ação, estudando-a na sua própria posição significativa” (COUTINHO, 2005, p. 89).

O papel do pesquisador ganha ainda mais destaque diante da necessidade de verificar o que há além das respostas obtidas por meio da coleta de dados. Nesse sentido é de “fundamental importância a interpretação do sentido que um indivíduo atribui às mensagens” (MINAYO, 2009, p. 75).

Para Chizzotti (2001) quando o pesquisador escolhe a pesquisa qualitativa, ele se propõe analisar os indivíduos e os significados que eles dão para suas ações, no processo de construção da vida e das relações que nela existem, bem como os sentidos dos atos, das decisões em relação ao contexto social, na manutenção das relações indissociáveis do particular do indivíduo com o meio social.

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os dados inerte e neutro;

está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (CHIZZOTTI, 2001, p. 79).

Dessa maneira, a abordagem escolhida traz uma relação dinâmica para o processo da pesquisa, que apresenta uma relação real entre sujeito e objeto, proporcionando uma análise para além desta dicotomia, e sim para as relações sociais que existem. Com isso, há uma observação/verificação não somente de sujeitos e objeto, mas de sentidos e significados construídos pelos indivíduos.

Inicialmente as inquietações acerca do tema foram sendo reforçadas por meio de leituras aprofundadas e o delineamento dos objetivos dessa investigação, que permitiram maior aproximação com o objeto a ser pesquisado. Neste estágio foi possível perceber os avanços bem como os espaços que existem no campo científico especificamente no educacional. A partir dessa análise, foram feitos ajustes entre ideias, produções científicas e questionamentos pessoais que resultaram no tema dessa pesquisa.

Partindo da realidade de cada município se buscou entender como acontecem as ações voltadas para os idosos diante da presença de leis, em esfera nacional, que buscam atender as necessidades dessa população. Assim, mesmo compreendendo os aspectos essenciais do envelhecimento e da velhice, perceber as diferenças entre a realidade dos idosos, as particularidades de cada município e as histórias que envolvem cada espaço visitado possibilita reflexões especialmente voltadas para as questões educacionais.

Esse processo iniciou por meio de uma pesquisa bibliográfica que objetivou maior aproximação com termos essenciais para as futuras discussões, como conceitos de velhice e envelhecimento. Conhecer a evolução dessas ideias ao longo da história possibilitou o enriquecimento da fundamentação teórica e a necessidade eminente de políticas públicas. O levantamento de teses e dissertações no catálogo da CAPES apontou pesquisas realizadas na área educacional e elucidou abordagens que carecem de maior dedicação científica.

As questões demográficas, tanto mundial quanto no Brasil, também representaram um momento de avanço na elucidação do processo de envelhecimento, fortalecendo as discussões e justificando a importância de maior aprofundamento no tema. O movimento de definição do referencial teórico foi essencial para as tomadas de decisão que seguiram.

Para o avanço das discussões foi necessário delimitar os municípios da região a serem investigados. Por se tratar de uma região com um número considerável de municípios (19), se fez necessário um contato inicial com todos eles (via telefone), dos quais cinco anuíram sua participação na pesquisa, sendo eles: Carambeí, Castro, Palmeira, Ponta Grossa e Telêmaco Borba.

Se fez necessário pensar em instrumentos viáveis para a realização da coleta de dados e se optou por dois instrumentos: entrevistas estruturadas com os coordenadores dos programas e questionários semiestruturados para os idosos (Apêndices B e C). As entrevistas foram escolhidas diante da possibilidade de obter informações enriquecedoras e por permitirem maior maleabilidade durante a conversa. As perguntas foram divididas em quatro subgrupos: perfil (com a finalidade de conhecer os responsáveis), atuação (a fim de ter acesso a formação profissional), trajetória (informar-se sobre o caminho profissional percorrido pelo entrevistado) e informações sobre os alunos (perceber como o responsável analisa os objetivos propostos estão sendo atingidos e o levantamento das ações desenvolvidas).

Já os questionários foram uma escolha pensando na facilidade que eles trariam aos idosos, especialmente por poderem contar com o auxílio individual durante o registro das respostas. O questionário foi organizado em três diferentes momentos: perfil (com o objetivo de conhecer os idosos), participação (para ter acesso a maneira como chegaram aos grupos e as atividades que realizam) e conhecimento (com o intuito de entender como os idosos compreendem a educação e a construção de novos saberes).

As entrevistas foram transcritas na íntegra para que as informações cedidas pelos coordenadores pudessem propiciar um parâmetro sobre como as ações municipais estão estruturadas. Já as informações disponibilizadas pelos idosos foram tabuladas e agrupadas de forma que pudessem oferecer uma visão comparativa entre os municípios, facilitando assim a compreensão sobre a forma que as ações acontecem em cada um deles. As questões abordadas em cada um dos instrumentos possuem a intencionalidade de conhecer os limites e possibilidades do papel do idoso por meio dos processos educativos.

4.2 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS (IDOSOS)

Para o conhecimento dos idosos no campo de pesquisa dos municípios de Carambeí, Castro, Palmeira, Ponta Grossa e Telêmaco Borba, a coleta de dados de seu por meio da aplicação de questionários com perguntas fechadas e abertas. O contato com os idosos propiciou o conhecimento de uma realidade que foi além das informações contidas nos questionários: as histórias, as dúvidas e as conquistas dos sujeitos da pesquisa foi marcante.

Cada município organiza suas atividades de uma forma individual e, de acordo com sua demanda e distribuição de atividades, alguns contam com um número maior de idosos e outros com grupos menores. Alguns municípios possuem atividades em todos os dias úteis e nos dois períodos do dia; outros, organizam alguns momentos por semana, em períodos específicos. Assim, os dias de visita foram agendados conforme as orientações dos responsáveis pelos grupos de idosos. Num primeiro momento a ideia era a aplicação de 10 questionários por município. No entanto, nos dias agendados, após a apresentação da pesquisa e explicação sobre as questões do questionário, todos os idosos presentes no espaço demonstraram interesse em participar. Assim, cada município teve um número diferenciado de participantes, conforme a Tabela 3.

TABELA 4: Número de participantes da pesquisa nos Campos Gerais em 2018

<i>Município</i>	<i>Número de idosos participantes</i>	<i>Porcentagem</i>
Carambeí	15	19,3%
Castro	13	16,7%
Palmeira	27	34,6%
Ponta Grossa	11	14,1%
Telêmaco Borba	12	15,3%
Total	78	100%

Fonte: Dados elaborados a partir dos questionários

A primeira pergunta do questionário se refere a idade dos participantes. A maioria dos entrevistados 57,7% (o equivalente a 45 idosos) está na faixa etária entre

61 – 70 anos; o segundo maior grupo está entre 71 – 80 anos (são 20,5% dos entrevistados). Com isso, torna-se evidente as perspectivas de que a população está envelhecendo e que nas décadas seguintes teremos um número ainda maior de idosos. Essas informações sustentam os dados divulgados pela ONUBR (2017) e explicitados na Figura 3 (p. 40), sobre a “expectativa global de vida”, na qual se projeta um número cada vez maior de idosos na sociedade.

TABELA 5: Faixa etária dos participantes da pesquisa nos Campos Gerais em 2018

<i>Idade</i> <i>Município</i>	< 60 anos	61 – 70 anos	71 – 80 anos	> 81 anos	Total
Carambeí	5	8	1	1	15
Castro	0	7	5	1	13
Palmeira	7	15	4	1	27
Ponta Grossa	1	7	3	0	11
Telêmaco Borba	0	8	3	1	12
Total	13	45	16	4	78
Porcentagem	16,7%	57,7%	20,5%	5,1%	100%

Fonte: Dados elaborados a partir dos questionários

O gênero dos alunos que frequentam esses espaços foi a próxima pergunta. Observa-se a superioridade das mulheres entre os grupos: 59 mulheres (75,6%) e apenas 19 homens (24,4%) entre os idosos participantes da pesquisa. Percebe-se que nos municípios participantes da pesquisa se confirma os dados divulgados pelo IBGE – PNAD Contínua (2017), presentes no gráfico 1 (p. 47), no qual se destaca o maior número de mulheres idosas como uma tendência nacional.

Nesse sentido, destaca-se o município de Carambeí, no qual todos os participantes no dia da coleta de dados eram mulheres. Esse fato pode ser justificado pela forma de organização das atividades. Naquela ocasião eram desenvolvidas atividades de artesanato e elas tendem a despertar maior interesse nas mulheres.

Em relação aos homens que integraram os grupos pesquisados, destaca-se o município de Telêmaco Borba, com 7 homens (36,8%) do total de participantes dessa pesquisa.

A questão seguinte se refere ao estado civil dos participantes. Percebe-se um número significativo de viúvos nos grupos (34 pessoas – 43,6%), o que pode ser interpretado como uma atividade de destaque num momento da vida em que a perda do(a) companheiro(a) pode afetar o cotidiano. Na sequência, os casados (24 pessoas – 30,8%) também constituem uma parte relevante do grupo. Além deles, são 7 pessoas solteira (9%), 11 pessoas divorciadas (14,1%) e 2 pessoas (2,5%) que consideram seu estado civil como “outro”.

TABELA 6: Estado civil dos entrevistados na pesquisa nos Campos Gerais em 2018

<i>Estado civil</i> <i>Município</i>	Solteiro(a)	Casado(a)	Divorciado(a)/ Separado(a)	Viúvo(a)	Outro	Total
Carambeí	0	7	2	6	0	15
Castro	2	1	2	8	0	13
Palmeira	4	6	4	12	1	27
Ponta Grossa	0	6	2	2	1	11
Telêmaco Borba	1	4	1	6	0	12
Total	7	24	11	34	2	78
Porcentagem	9%	30,8%	14,1%	43,6%	2,5%	100%

Fonte: Dados elaborados a partir dos questionários

No que se refere a escolaridade não há a exigência de que os idosos sejam alfabetizados, embora essa situação possa dificultar algumas atividades propostas, como a leitura de receitas de atividades de artesanato ou a participação em bingo. O questionário não indicava a opção “analfabeto”, mas durante a aplicação dos mesmos foi possível perceber a dificuldade de alguns idosos em interpretar as questões ou mesmo respondê-las – neste momento 6 idosos (7,7%) declararam necessitar de auxílio por não serem alfabetizados.

Para facilitar a compreensão dos idosos foram empregadas as nomenclaturas 1º e 2º Graus, utilizadas no período em que eles frequentavam a escola. Atualmente, o termo correto é Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Assim, foi possível apurar que a maioria dos idosos possui o 1º Grau incompleto (45 pessoas – 57,8%), justificado por muitos deles pela necessidade de iniciarem no trabalho desde crianças, a fim de auxiliar no sustento da família. Esse relato, muito comum entre a população das classes mais baixas, tornou inviável a realização do sonho de muitos deles, que era a possibilidade de acesso ao conhecimento sistematizado.

Também é necessário destacar a heterogeneidade na formação dos idosos. De acordo com Oliveira, Scortegagna e Oliveira (2012), esse dado reforça a importância de atenção especializada as necessidades dos idosos, pois seus anseios educacionais podem ser distintos e esse fato merece atenção.

TABELA 7: Porcentagem do nível de escolaridade dos participantes dos Campos Gerais em 2018

<i>Escolaridade</i> <i>Município</i>	1º Grau Completo	1º Grau Incompleto	2º Grau Completo	2º Grau Incompleto	Ensino Superior Completo	Ensino Superior Incompleto	Pós- Graduação	Total
Carambeí	5	8	2	0	0	0	0	15
Castro	0	8	3	0	1	0	1	13
Palmeira	3	22	1	1	0	0	0	27
Ponta Grossa	2	2	6	0	0	1	0	11
Telêmaco Borba	2	5	4	0	0	0	1	12
Total	12	45	16	1	1	1	2	78
Porcentagem	15,5%	57,8%	20,6%	1,2%	1,2%	1,2%	2,5%	100%

Fonte: Dados elaborados a partir dos questionários

Em relação a moradia foram abordadas três questões: quem mora na mesma casa, quantas são essas pessoas e a condição da mesma. A minoria dos idosos (4 pessoas – 5%) declararam morar sozinhos mas, no entanto, todos esses são

proprietários da casa; a maioria dos participantes (63 pessoas – 80,7%) moram com cônjuges e/ou filhos; os demais (11 pessoas – 14,3%) com outros familiares ou pessoas que não são membros da família.

Sobre a moradia, especificamente, os dados podem ser observados com maior clareza na tabela a seguir.

TABELA 8: Condições de moradia dos entrevistados dos Campos Gerais em 2018

<i>Morada Município</i>	Própria	Alugada	Cedida	Outro	Total
Carambeí	13	2	0	0	15
Castro	11	2	0	0	13
Palmeira	17	3	6	1	27
Ponta Grossa	10	0	1	0	11
Telêmaco Borba	9	2	1	0	12
Total	60	9	8	1	78
Porcentagem	77%	11,5%	10,3%	1,2%	100%

Fonte: Dados elaborados a partir dos questionários

Entre os dados apresentados anteriormente destaca-se a quantidade significativa de idosos que possuem moradia própria (60 pessoas – 77%), o que vem ao encontro dos dados apresentados pelo IBGE (2010) e reafirmados por Scortegagna (2016), que ressalta a oportunidade que os idosos tiveram de adquirir (ao menos) um imóvel próprio ao longo de sua vida.

Com a questão da moradia, se encerra a primeira parte dos questionários, a qual objetivava conhecer o perfil dos idosos participantes da pesquisa. De maneira geral, constatou-se que não há grande disparidade entre o perfil dos idosos de acordo com as informações levantadas.

Em posse do conhecimento do perfil dos idosos participantes da pesquisa, entende-se que é importante inteirar-se sobre a participação dos mesmos no projeto/programa. A primeira questão refere-se ao tempo de participação no espaço.

TABELA 9: Tempo que os entrevistados participam das atividades ofertadas nos Campos Gerais em 2018

<i>Tempo</i> <i>Município</i>	≤ 1 ano	2 a 4 anos	5 a 7 anos	≥ 8 anos	Total
Carambeí	3	10	0	2	15
Castro	4	7	1	1	13
Palmeira	5	12	4	6	27
Ponta Grossa	2	3	4	2	11
Telêmaco Borba	3	5	3	1	12
Total	17	37	12	12	78
Porcentagem	21,8%	47,4%	15,4%	15,4%	100%

Fonte: Dados elaborados a partir dos questionários

Em referência ao tempo que os idosos participam das atividades desenvolvidas nos espaços, 37 pessoas (47,4%) estão entre 2 e 4 anos, 17 pessoas há um tempo menor ou igual a 1 ano, 12 pessoas (15,4%) frequentam entre 5 e 7 anos e 12 pessoas (15,4%) há um tempo igual ou maior a 8 anos. Assim, percebe-se que as atividades propostas tanto atraem novos alunos quanto mantêm aqueles que já conhecem a proposta desenvolvida em cada espaço. Com isso, destaca-se a valorização que os idosos atribuem ao espaço e atividades ofertados. Também se ressalta que cada município possui um tempo distinto de início das atividades, mas todas elas possuem mais de 10 anos de trajetória. Desse fato pode-se frisar a valorização desses espaços, por estarem desenvolvendo atividades com os idosos durante um período relativamente grande, especialmente se pensarmos em políticas públicas enquanto respostas imediatas para problemas pontuais.

Para se manter durante anos a oferta de atividades, além de manter o interesse dos idosos que já frequentam o espaço é preciso atrair novos alunos. A forma com que essas informações chegam àqueles que ainda não participam do grupo é essencial. Abaixo é possível observar como os idosos participantes souberam dessas atividades:

TABELA 10: Como os entrevistados souberam das atividades desenvolvidas nos Campos Gerais em 2018

<i>Como soube das atividades</i>	Meios de comunicação	Amigos	Posto de saúde	Convite	Outro	Total
<i>Município</i>						
Carambeí	0	12	0	2	1	15
Castro	0	8	0	0	5	13
Palmeira	0	21	3	2	1	27
Ponta Grossa	3	7	1	0	0	11
Telêmaco Borba	0	9	0	3	0	12
Total	3	57	4	7	7	78
Porcentagem	3,8%	73,1%	5,1%	9%	9%	100%

Fonte: Dados elaborados a partir dos questionários

É possível perceber que a melhor divulgação das atividades acontece por intermédio de amigos (57 pessoas – 73,1% – ficaram sabendo desta maneira) que contam sobre as atividades, que convidam e que entendem que o espaço pode auxiliar no bem-estar de outras pessoas. Para Oliveira, Scortegagna e Oliveira (2012) a divulgação das atividades entre os próprios idosos mostram que eles não perdem a capacidade de se relacionar ao longo da vida. Outras formas de divulgação do espaço, citado pelos idosos, foram convite (7 pessoas – 9%), posto de saúde (4 pessoas – 5,1%), meios de comunicação (3 pessoas – 3,8%) e outro (7 pessoas – 9%).

A diversidade de atividades proposta nesses espaços é grande e possibilita que os idosos participem várias vezes por semana, de acordo com sua disponibilidade e gosto. Quando questionados sobre a frequência com que participam das atividades, 36 pessoas (46,2%) participam 3 vezes ou mais, 31 pessoas (39,7%) participam 2 vezes por semana e apenas 11 idosos (14,1%) comparecem 1 vez por semana.

TABELA 11: Frequência semanal dos participantes nas atividades oferecidas nos Campos Gerais em 2018

<i>Frequência</i> <i>Município</i>	1 vez por semana	2 vezes por semana	3 vezes ou mais	Total
Carambeí	4	9	2	15
Castro	2	5	6	13
Palmeira	4	10	13	27
Ponta Grossa	0	1	10	11
Telêmaco Borba	1	6	5	12
Total	11	31	36	78
Porcentagem	14,1%	39,7%	46,2%	100%

Fonte: Dados elaborados a partir dos questionários

Mediante a volumosa participação dos idosos, se fez relevante conhecer os motivos pelos quais os idosos buscaram esses espaços e dedicam um tempo considerável de seus dias para as atividades propostas. A questão seguinte aborda os motivos pelos quais os idosos estão nesses espaços. Nesse momento foi possível selecionar mais de uma alternativa, o que justifica o total superior ao número de participantes da pesquisa.

Entre as respostas destaca-se a busca por novas amizades (58 pessoas – 28%) e a importância dada às atividades físicas e de lazer (43 pessoas – 20,8%). Esses números ratificam tanto a importância de construção de novos laços de amizade quanto a valorização de atividades que exercitem o corpo e a mente.

TABELA 12: Motivos relatados pelos entrevistados para frequentarem os espaços pesquisados nos Campos Gerais em 2018

<i>Motivos</i> <i>Município</i>	Ocupar tempo livre	Conhecer novas pessoas	Atividade s físicas / lazer	Amizades	Conheci mentos	Sugestão	Total
Carambeí	5	8	10	11	9	5	48
Castro	6	9	4	12	5	2	38
Palmeira	11	8	10	21	7	3	60
Ponta Grossa	1	3	10	4	1	1	20
Telêmaco Borba	9	7	9	10	4	2	41
Total	32	35	43	58	26	13	207
Porcentagem	15,7%	16,4%	20,8%	28%	12,7%	6,4%	100%

Fonte: Dados elaborados a partir dos questionários

A oportunidade de realizar atividades que, muitas vezes, outrora não puderam ser praticadas pelos idosos, além de valorizar as próprias ações desenvolvidas por esses espaços, destacam uma importante característica presente na terceira idade: a chance de se colocar como prioridade dentro da própria vida. A tabela a seguir registra como era a rotina desses indivíduos antes de frequentar o projeto/programa. Cada idoso pode assinalar quantas opções julgasse necessária para retratar sua realidade.

TABELA 13: Rotina dos entrevistados antes de integrarem o projeto/programa nos Campos Gerais em 2018

<i>Rotina</i> <i>Município</i>	Muitas ocupações	Tempo livre	Se sentia sozinho(a)	Ficava em casa	Muitas pessoas próximas	Trabalhava	Afazeres e lazer	Total
Carambeí	3	5	4	5	7	11	2	37
Castro	4	3	5	2	1	9	3	27
Palmeira	6	5	8	5	3	15	4	46
Ponta Grossa	4	0	2	1	3	7	2	19
Telêmaco Borba	2	4	1	4	6	8	1	26
Total	19	17	20	17	20	50	12	155
Porcentagem	12,3%	11%	12,9%	11%	12,9%	32,2%	7,7%	100%

Fonte: Dados elaborados a partir dos questionários

Percebe-se que 50 pessoas (32,2%) relatam a dedicação ao trabalho como uma atividade de destaque antes de integrar o grupo, o que está em consonância com o fato de se investigar grupos de terceira idade, nos quais a maioria dos indivíduos usufrui do momento da aposentadoria, podendo assim se dedicar a outras atividades além dos compromissos de trabalho. Há um equilíbrio entre as demais opções que buscam explicar a rotina antes de frequentar o grupo com destaque para as 20 pessoas (12,9%) que declararam se sentirem sozinhas, daí um dos motivos de ingressarem nas atividades do grupo. Um grupo (12 pessoas – 7,7%) afirmam terem conseguido equilibrar os afazeres de casa com momentos e atividades que lhes davam prazer. Esse baixo índice aponta uma preocupação, pois se dedicar apenas aos compromissos formais, sem equilibrar com atividades de trazer prazer, pode trazer desgastes físicos e emocionais. E revertê-los pode ser um desafio.

Quando questionados se as atividades desenvolvidas no projeto/programa mudaram sua rotina, 97,5% dos idosos (76 pessoas) afirmaram que sim, que transformações aconteceram desde que ingressaram no grupo. Entre as justificativas, destaca-se o idoso B4, “Fiquei bem, serei das doenças e não tomo mais remédios”,

mostrando os benefícios que a nova rotina trouxe para sua vida. Também referindo-se a saúde, o idoso A8 afirma que “[...] tinha depressão e agora estou bem melhor”.

Seguindo a linha de conhecer as transformações que aconteceram na vida desses indivíduos, a seguinte pergunta os questionava quais foram essas modificações. O idoso C7 relata que, “tinha muitas dores no corpo, agora estou bem melhor”; o idoso E10 garante que “melhorou, estou mais alegre, tenho mais amigos”; ou ainda para o idoso E12, “agora tenho mais saúde, mais disposição”.

Alguns ainda demonstram dificuldade em perceber as mudanças, conforme o idoso D10, “ainda não sei... estava depressiva mas me sinto melhor”. Diante de outros depoimentos se fez interessante retomar a questão que aborda o tempo no grupo e, no caso desse idoso, naquele momento fazia apenas 10 dias do início das atividades, o que pode justificar essa dificuldade em perceber e nomear alguma transformação. Já o idoso A13 afirma que “nada mudou, continuei fazendo as mesmas coisas”. Isso nos permite refletir que alguns idosos já tem a oportunidade de manter uma vida mais ativa, com mais atividades e compromissos do que outros.

As atividades propostas em cada município não necessitam seguir um padrão mas elas se aproximam especialmente diante dos interesses e necessidades dos idosos, que demonstram (nesta pesquisa) buscar cuidados com a saúde assim como relações interpessoais com outros sujeitos que vivenciem situações semelhantes as suas. Os grupos destinados a pessoas na terceira idade permitem essa aproximação.

Na tabela a seguir estão registradas as principais atividades citadas pelos idosos como sendo de seu interesse (nessa questão os idosos puderam registrar quantas opções desejassem, justificando assim a diferença no total).

TABELA 14: Atividades desenvolvidas pelos municípios pesquisados nos Campos Gerais em 2018

<i>Atividades desenvolvidas</i>	Artesanato	Atividades físicas	Palestras	Lazer	Outro	Total
<i>Município</i>						
Carambeí	11	4	2	6	0	23
Castro	10	4	1	4	2	21
Palmeira	16	8	4	5	1	34
Ponta Grossa	9	10	2	2	0	23
Telêmaco Borba	11	7	4	4	2	28
Total	57	33	13	21	5	129
Porcentagem	44,2%	25,6%	10,1%	16,3%	3,8%	100%

Fonte: Dados elaborados a partir dos questionários

A atividade mais mencionada pelos idosos foi o artesanato (57 pessoas – 44,2%), no qual se incluem tricô, crochê, bordado e pintura. A relação entre o número expressivo de mulheres nos grupos e a atividade de artesanato é reforçada nesse momento. Neste momento destaca-se o local P1, no qual se pode observar grande variedade de materiais disponíveis para a confecção do artesanato, todos a livre escolha dos idosos e sem custo algum. Inclusive o material produzido nos encontros é dos próprios idosos, que podem ficar com ele para si, presentear, vender ou dar o destino que achar mais conveniente. Isso se justifica pelo fato de que a instituição não visa o lucro, apenas promover momentos de interação e aprendizado.

As atividades físicas são, na sequência, as mais referenciadas (33 pessoas – 25,6%). Dentre elas estão a natação, a hidroginástica, a caminhada, dança e os exercícios aeróbicos. A presença de atividades físicas em todos os municípios participantes da pesquisa aponta para a valorização dos cuidados com a saúde, solidificado pelo depoimento dos idosos a respeito dos benefícios que tais atividades trouxeram para o cotidiano. O município P5 dispõe de atividades físicas diárias, tanto no período matutino quanto no vespertino, ficando a critério do idoso escolher as atividades que despertam seu interesse no melhor horário dentro de sua rotina. É válido ressaltar que em todos os municípios foi frisado a necessidade de atestado

médico para a prática das atividades. Também neste município se pode observar a preocupação com a organização da piscina, tendo em vista a segurança e qualidade para atender aos idosos.

Nas atividades de lazer, citada por 21 pessoas (16,3%), se inclui os passeios e viagens, além dos bailes, muito prestigiados por todos os grupos. No município P2 eles ocorrem semanalmente e com um diferencial: por se prezar pelas relações intergeracionais, a cada semana há a participação de outros grupos no baile, sejam eles de crianças de Centro Municipal de Educação Infantil (CEMEI), alunos da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) ou ainda outros idosos que não integram o grupo. Em outro município, como o P1, o baile acontece de mensalmente por uma questão de organização do próprio grupo.

As palestras foram destacadas por 13 idosos (10,1%) e são desenvolvidas por todos os grupos. Nelas, assuntos que venham ao encontro do tema envelhecimento, saúde e educação foram os temas destacados. No município P1 há a organização de um calendário de palestras, cujos temas são sugeridos pelos próprios idosos e a participação deles também é significativa nessas atividades. No município P4 também foi preciso ao destacar as palestras embora elas não aconteçam com tanta frequência.

Ainda 5 idosos (3,8%) deram destaque para outras atividades, como o bingo e outros jogos, afirmando ser um momento de diversão e descontração com os amigos do grupo.

Diante de tantas atividades realizadas, a pergunta seguinte foi sobre o que se pode aprender no período de atividades com o grupo. Muitos idosos garantiram que aprenderam algo, citando os benefícios desses novos conhecimentos para suas vidas (neste momento os idosos puderam registrar quantas itens julgassem necessário).

TABELA 15: Listagem das aprendizagens destacadas pelos entrevistados nos Campos Gerais em 2018

<i>Aprendizagem</i>	Artesanato	Amizades	Direitos	Cuidar da saúde	Outro	Total
<i>Município</i>						
Carambeí	8	3	2	6	6	25
Castro	5	7	1	4	2	19
Palmeira	6	5	4	5	3	23
Ponta Grossa	1	1	3	10	1	16
Telêmaco Borba	8	9	4	9	0	30
Total	28	25	14	34	12	113
Porcentagem	24,8%	22,1%	12,4%	30,1%	10,6%	100%

Fonte: Dados elaborados a partir dos questionários

Novamente há destaque para as atividades de envolvem cuidados com o corpo e a saúde (34 pessoas – 30,1%), que ainda relatam como essa nova rotina reflete positivamente no cotidiano. Para o idoso D6 “a saúde melhorou, as dores diminuíram e tenho mais ânimo”; já o idoso C1 disse que, “tem muitas atividades que ajudam na saúde, eu prefiro a piscina”.

O artesanato novamente ganha destaque (28 pessoas – 24,8%) por possibilitar o desenvolvimento de habilidades que, na maioria dos casos, não eram estimuladas. Com o auxílio de alguém que oriente, disponibilidade de tempo e materiais os idosos acabam descobrindo que são capazes de aprender e produzir algo novo. O idoso C12 menciona que “faço coisas que nunca imaginei. Como é bom aprender coisa nova”; o idoso E21 diz que “sempre gostei de artesanato mas aqui aprendi coisas novas, como o bordado. É muito bom, quero aprender mais”.

As amizades construídas a partir dos grupos também é destaque (25 pessoas – 22,1%), mostrando como as relações interpessoais são importantes ao longo da vida e que esses laços podem se construir o tempo todo. Dessa maneira, Taam (2009) destaca a importância que as trocas de experiências trazem quando se pensa na construção contínua do conhecimento.

Ter acesso ao conhecimento de seus próprios direitos é um passo importante na reafirmação da própria cidadania: 14 idosos (12,4%) destacaram essa significância. Para o idoso A7 “saber dos meus direitos é importante porque isso ninguém conta pra gente”.

Outras respostas foram mencionadas (12 pessoas – 10,6%) com relevância para idosos que garantiram não ter aprendido nada de novo no período que estão no grupo.

Quando questionados se convidariam outras pessoas para participar do grupo eles foram unânimes em afirmar que sim. O idoso D5 enfatiza que “se faz bem pra mim, faz bem pro outro também”; o idoso A12 diz que “tem tantas coisas boas aqui que mais pessoas precisam conhecer”; ou ainda, de acordo com o depoimento do idoso E3 “aqui traz muitos benefícios pra nossa vida”. Mas há também afirmações que ainda apontam para alguns preconceitos muito discutidos quando se refere aos idosos. O idoso B4 afirma que “a gente fala mas alguns não vem. Tem gente que fica em casa pensando bobagem, se acha velho”; ou ainda o idoso B6 “tem gente que acha que lugar de velho é em casa. Eu acho que lugar de velho é onde está todo mundo”.

A visão dos idosos entrevistados apontam para uma conscientização de que eles podem – e devem – estar ocupando todos os espaços, realizando suas vontades e, principalmente, se permitindo aprender e conhecer, tanto o outro como a si mesmo.

A última etapa do questionário aplicado aos idosos se refere de maneira específica aos conhecimentos e a educação. Quando questionados sobre a aquisição de novos conhecimentos no projeto/programa, todos os 78 idosos participantes disseram que sim, que adquiriram novos conhecimentos e, novamente, citam os amigos (31 pessoas – 39,8%), o acesso as informações sobre seus direitos (12 pessoas – 15,4%) e sobre cuidados com a saúde (20 pessoas – 25,7%).

Há a valorização das atividades propostas pelos grupos em todos os municípios. Seguindo esse pensamento, se fez necessário saber se os idosos percebem o caráter educativo dessas ações.

TABELA 16: Caráter educacional das atividades desenvolvidas nos municípios dos Campos Gerais pesquisados em 2018

<i>Caráter educacional</i> <i>Município</i>	<i>Organização</i>	<i>Novas aprendizagens</i>	<i>Respeito</i>	<i>Desenvolvimento</i>	<i>Ensinar</i>	<i>Desafios</i>	Total
Carambeí	4	8	1	5	8	5	31
Castro	2	5	7	2	4	1	21
Palmeira	3	9	3	3	6	5	29
Ponta Grossa	0	3	2	3	5	3	16
Telêmaco Borba	4	6	7	5	5	6	33
Total	13	31	20	18	28	20	130
Porcentagem	10%	23,9%	15,3%	13,9%	21,6%	15,3%	100%

Fonte: Dados elaborados a partir dos questionários

O fato de as atividades propostas propiciarem novas aprendizagens (31 pessoas – 23.9%) e por terem outra pessoa responsável por ensinar (28 pessoas – 21,6%) estão entre as principais explicações para os idosos ao justificar o caráter educacional das atividades desenvolvidas nos grupos. Para Santin, Fávero e Santos (2008) a educação é uma alternativa para se enfrentar questões de envelhecimento diante da sabedoria necessária para a coletividade. A relação entre ensinar e aprender se perpetua em todos os tipos de relação de construção do conhecimento, assim como a importância do respeito (20 pessoas – 15,3%) e dos desafios (20 pessoas – 15,3%) que ocorrem durante esse percurso.

Nesse sentido conhecer o que os idosos entendem por educação foi determinante na busca por compreender a relevância dos grupos, das atividades desenvolvidas mas, principalmente, como essas ações estão ligadas as ações propostas pelas políticas públicas.

TABELA 17: O que é educação para os entrevistados nos Campos Gerais em 2018

<i>O que é educação?</i> <i>Município</i>	Respeito	Conjunto de atividades	Aprender	Conviver	Ser melhor	Superação	Total
Carambeí	8	0	1	2	6	1	18
Castro	5	2	2	1	1	0	11
Palmeira	13	3	0	5	5	2	28
Ponta Grossa	6	0	1	2	3	0	12
Telêmaco Borba	5	2	4	1	1	3	16
Total	37	7	8	11	16	6	85
Porcentagem	43,6%	8,2%	9,4%	12,9%	18,9%	7%	100%

Fonte: Dados elaborados a partir dos questionários

Em todos os municípios pesquisados percebe-se uma ligação entre o conceito de educação associado ao respeito. Nos registros dos idosos é possível perceber a preocupação com a maneira que os mais jovens conduzem as situações corriqueiras que os envolve. Para o idoso B8 “educação é tudo na vida, é saber respeitar o outro”; para o idoso A8, “é respeitar os outros, saber conversar com os outros, ter humildade. Aprendi com meus pais que devemos respeitar e não julgar os outros”.

O conceito de educação está diretamente associado aos valores adquiridos ao longo da vida e não se limitam aos espaços destinados ao conhecimento sistemático. A necessidade de saber conviver com o outro, com o diferente reforça os laços de respeito que devem estar presentes em todas as relações. O idoso E3 reforça que “educação é respeitar a opinião do colega, ter boa convivência com cada um e respeitar o espaço de cada pessoa”. O idoso C8 diz que a “educação é respeito, é tudo. Com ela a gente adquire mais conhecimentos”.

De maneira geral, os idosos participantes das atividades reconhecem a importância da educação em suas vidas, as transformações que a participação nas atividades desenvolvidas trouxe para seu cotidiano e como a amizade e a interação com outros idosos ofereceu mudanças saudáveis a suas rotinas. A valorização que os idosos atribuem a tais atividades é uma resposta a essas ações e indicam o sucesso que elas estão atingindo.

Quando se faz essas relações entre conceitos e realidade, valoriza-se a importância de que a aquisição dos saberes deve transformar a realidade, se fazer presente nas ações do cotidiano. Daí a importância que Oliveira (1999) destina para o fenômeno educativo, afirmando que esses conhecimentos precisam estar atrelados a realidade e se fazer presente nas ações mais singelas. Ter a consciência de que o desejo por aprender seja algo natural e que incentive o constante desenvolvimento do indivíduo é o desafio dos coordenadores dos projetos/programas destinados aos idosos.

4.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS (COORDENADORES)

Os coordenadores responsáveis pelos grupos de cada município foram entrevistados e o material foi gravado com a autorização dos mesmos. Para Torres e Camargo (2003), quando se aceita participar de uma entrevista, o entrevistado assume o papel de falante e o entrevistador, o papel de ouvinte. Quatro dos cinco entrevistados são os responsáveis pelas ações desenvolvidas com os idosos – os coordenadores; o quinto indicou a assistente social do espaço como sendo a profissional com maior conhecimento para esclarecer as questões abordadas.

Sobre o perfil dos profissionais responsáveis pelos grupos, os dados foram organizados na tabela a seguir.

QUADRO 4: Perfil do coordenador entrevistado nos Campos Gerais em 2018

Municípios	Idade	Área de formação	Experiência profissional	Tempo de trabalho com idosos
P1	47 anos	Administração	Empresa privada Convite para trabalhar com os idosos (cargo comissionado)	4 anos
P2	54 anos	Psicologia Musicoterapia Psicopedagogia	Funcionário público (saúde e educação) Casa de repouso	7 anos
P3	44 anos	Serviço Social	Funcionário público	3 anos
P4	53 anos	Serviço Social	Funcionário público (educação e artes gráficas)	16 anos
P5	66 anos	Geografia	Empresa privada (educação) Funcionário público	1 ano e meio

Fonte: Dados elaborados a partir das entrevistas

Referente ao perfil dos coordenadores/responsáveis pelos grupos, destaca-se o histórico em trabalhos exercidos anteriormente ao cargo atual. Cachioni (2003) destaca a experiência profissional dos profissionais em outras áreas e realidades como um dado comum quando se trabalha com grupos de idosos, uma característica presente em outras realidades. O profissional P5 é o que está a menos tempo na coordenação do grupo mas possui uma experiência anterior (como professor na rede pública e privada de ensino, orientador educacional e diretor de colégio da rede privada) que o credencia a realizar o trabalho com os idosos. O profissional P2 atuou em diferentes funções dentro da própria instituição (prefeitura municipal), acumulando neste período vivências que demonstram auxiliar neste momento.

O profissional P1, com uma experiência em diferentes áreas que não a educação (especialmente na área administrativa e recursos humanos de uma multinacional do gênero alimentício), apresentou grande dedicação ao explicitar o

trabalho realizado em seu município, bem como o reconhecimento dos desafios que cercam essa função.

De maneira geral, todos os responsáveis pelos grupos se dedicam de forma integral ao trabalho que realizam e demonstram estar na função por acreditarem que a educação é capaz de transformar a vida do cidadão.

Nessa perspectiva, Doll (2007) enfatiza que a educação promove atualizações necessárias para que a pessoa possa acompanhar as transformações e o desenvolvimento do mundo atual. Com essas informações as modificações podem acontecer na vida do indivíduo.

QUADRO 5: Tempo de atuação como coordenador nos municípios pesquisados nos Campos Gerais em 2018

	<i>Tempo na função</i>	<i>Ingressão na função</i>
P1	4 anos	Indicação
P2	5 anos	Indicação
P3	1 ano	Indicação
P4	16 anos ¹²	Indicação
P5	1 ano e meio	Indicação

Fonte: Dados elaborados a partir das entrevistas

Foi possível perceber que os coordenadores, por se tratar de cargo de confiança, são profissionais indicados para a função. Todos passaram pelo processo de concurso público, exerceram outras funções anteriormente (inclusive em outras secretarias, como a educação) e demonstraram interesse em assumir o desafio de coordenar atividades destinadas aos idosos.

Em relação a trajetória do projeto/programa, as informações foram organizadas nas tabelas 19 a 22, de forma que se possa visualizar a organização das ações.

¹² A pessoa designada para responder sobre esse município não era o coordenador, mas sim assistente social.

QUADRO 6: Informações sobre o projeto/programa nos municípios pesquisados nos Campos Gerais em 2018

Municípios	Tempo	Motivos para criação	Órgão responsável	Mantenedora
P1	Mais de 10 anos	Iniciou com os próprios idosos; situações cotidianas e cuidado com os idosos motivou o aperfeiçoamento desses grupos	Secretaria de Assistência Social	Prefeitura Municipal
P2	13 anos	Iniciativa de reunir idosos para realizar diferentes atividades, transformado em um serviço prestado a comunidade	Secretaria Da Criança e Desenvolvimento Social	Prefeitura Municipal
P3	Não soube precisar	Adequação a legislação	Secretaria Municipal de Assistência Social	Prefeitura Municipal
P4	27 anos	Pela demanda de idosos necessitava de atividades específicas	Divisão de proteção social básica, responsável pelos serviços de convivência	Prefeitura Municipal
P5	15 anos	Iniciativa de um deputado, que almejava trabalhar com idosos	Secretaria Municipal de Ação Social	Prefeitura Municipal

Fonte: Dados elaborados a partir das entrevistas

As atividades desenvolvidas pelos municípios possuem alguns anos de trajetória, buscando o constante aperfeiçoamento. Cada município teve um motivo para iniciar esse trabalho, seja pelo cumprimento de leis, seja para atender a demanda de idosos e suas expectativas. Percebe-se que as prefeituras incentivam a organização dessas atividades, até mesmo para que se cumpram as leis que amparam os direitos dos idosos. Chama atenção o município P2, que considera essas atividades como um serviço prestado e não um projeto/programa.

QUADRO 7: Ações educativas desenvolvidas e como elas promovem a educação nos municípios pesquisados nos Campos Gerais em 2018

Municípios	Ações desenvolvidas	Como promovem educação	Frequência das atividades
P1	Palestras, artesanato, atividade física, jogos	Estimula o convívio, constrói novas aprendizagens, desafio, há ensino e aprendizagem	Há atividades que acontecem 2 vezes na semana, outras, 1 vez e aquelas que são esporádicas. Todos os dias e nos dois períodos há atividades
P2	Atividades físicas, canto e música, grupos de convivência, palestras, artesanato, baile	Se promove em todas as atividades, de acordo com os eixos propostos pelo desenvolvimento social. O cultural e o educativo caminham juntos	Existem atividades todos os dias da semana, de acordo com o calendário previamente organizado
P3	Palestras, baile, viagens, dança, jogos	Informando direitos, promovendo ações que acolham os idosos e promovam bem-estar	Existem atividades mensais e outras semanais. Inclusive em dias livres os idosos vão ao grupo e se organizam com atividades de dança para futuras apresentações
P4	Trabalhos preventivos por meio de atividades físicas, de saúde e de convivência (destaque para seresta, fanfarra, caminhada e hidroginástica)	Por meio da convivência e do fortalecimento de vínculos possui caráter educativo e preventivo	As atividades são semanais
P5	Atividades físicas, atividades culturais, atendimento médico e artesanato, palestras	Mudando hábitos cotidianos, convivendo de forma mais harmoniosa, trazendo novos conhecimentos para o cotidiano	Há programação anual, mensal e semanal. A participação do idoso aumenta gradativamente conforme ele se adapta ao meio

Fonte: Dados elaborados a partir das entrevistas

O município P1, além da organização do calendário das atividades fixas a serem desenvolvidas, ainda solicita constantemente que os idosos façam sugestões e tragam suas necessidades para que possam ser compensadas no espaço. A presença de profissionais de diferentes áreas (médicos, fisioterapeutas, advogados, dentistas, educadores), especialmente em palestras e orientações, possui relevância neste meio.

O município P2 disponibiliza de um cronograma anual e fixo, por meio do qual as atividades são desenvolvidas. Neste município destaca-se o trabalho realizado para evitar o envelhecimento precoce das cordas vocais e também o trabalho desenvolvido por meio da poesia, inserindo o idoso no universo da literatura mas também incentivando-o a se expressar em frente aos demais.

A maneira com que as palestras são encaminhadas demonstram uma preocupação com o fato de que o idoso continue percebendo que os serviços da comunidade o incluem, que ele faz parte dessa sociedade e pode usufruir dos seus serviços.

É interessante destacar, ainda, a preocupação em realizar atividades que possam auxiliar outros grupos, como a confecção de kits para bebês de famílias carentes, que contam com o trabalho dos idosos mas também com a dedicação da mantenedora em auxiliar na compra de produtos que compõe esses kits (fraldas, talco, lenços).

No município P3 também se valoriza as sugestões dos idosos para as atividades mensais a serem desenvolvidas, como nas viagens e passeios (que não geram custos para os idosos). As atividades propostas são entendidas como meio de promoção de saúde e não como fim do projeto.

O responsável pelo município P4 destacou a reestruturação na Política Nacional do Idoso para justificar a adequação das atividades que estão sendo desenvolvidas com os idosos. Sem ser preciso na indicação dessas atividades, foi possível perceber uma preocupação em afirmar a importância dessa reestruturação e o quanto ela pode beneficiar os idosos. Também o caráter educativo das ações foi associado as normas e regras para os idosos.

O coordenador do município P5 ressaltou a grande variedade na oferta de atividades físicas, que vão desde caminhada, musculação e pilates até natação e hidroginástica. Entende-se que o idoso precisa estar bem fisicamente para realizar outras atividades e ter maior disposição no seu dia a dia. Percebe-se ainda a preocupação em trazer mudanças para o cotidiano do idoso, transformando suas ações por meio dos conhecimentos adquiridos no grupo.

Para que aconteçam todas essas atividades é necessário um grupo de profissionais especializados e capacitados para atender os idosos em suas

peculiaridades. A tabela a seguir traz informações sobre os profissionais que atuam com esses idosos.

QUADRO 8: Os profissionais envolvidos nas atividades desenvolvidas com os idosos nos Campos Gerais em 2018

Municípios	<i>Quais áreas</i>		<i>Há formação continuada</i>
			<i>específica</i>
P1	Educação assistente, enfermeiros, psicólogo	Física, social, médico,	Sim, por meio de cursos na área de cada profissional
P2	Assistente educadores, física	social, educação	Há cursos anuais de formação
P3	Assistentes educadores, agentes educador, física	sociais, sociais, sociais, educação	A secretaria oferece plano de educação permanente (mensal) com temas diversos
P4	Assistente educação física e fisioterapeuta	social, física e	Estão começando a serem ofertados cursos de capacitação para os profissionais de todas as áreas
P5	Educação e serviços gerais. No caso de palestras, são profissionais da saúde, educação, área jurídica, nutrição	Física e	A prefeitura incentiva a formação continuada e auxilia quando necessário

Fonte: Dados elaborados a partir das entrevistas

Os coordenadores entendem que há momentos destinados à formação continuada dos profissionais que atuam com os idosos, seja por meio de palestras, cursos ou eventos que propiciam novos conhecimentos acerca da velhice e envelhecimento. Nesse sentido, Cachioni (2003) destaca a importância dos cursos que promovam atualizações e especializações dos profissionais que atuam com os idosos, associando esse momento com a formação de profissionais mais comprometidos.

O município P3 se destacou pelo fato de que há duas empresas licitadas para acompanhar, assessorar e formar os profissionais que ali atuam. Por isso as formações se apresentam mais assíduas que nos demais municípios. O município P2

chamou atenção por ter muitas atividades desenvolvidas com os idosos por meio do coordenador, que acaba desempenhando funções administrativas e educacionais.

A próxima questão busca saber qual o principal objetivo do projeto/programa. Por meio dela se entende que a compreensão do processo educativo está implícito neste(s) objetivo(s).

QUADRO 9: Objetivos do projeto/programa desenvolvido pelos municípios pesquisados nos Campos Gerais em 2018

Municípios	Objetivos
P1	Trazer o idoso para um espaço de convivência, amizade, ocupar o tempo livre com atividades que façam bem para sua vida
P2	Elevar a autoestima, melhorar a qualidade de vida, estimular relações e interações, contatos intergeracionais, tirar o idoso da ociosidade de torná-lo mais ativo física e intelectualmente. Melhorar o idoso enquanto cidadão e pessoa
P3	Propiciar o serviço de convivência ao idoso
P4	Fortalecimento de vínculos para que os idosos não caiam em situação de risco
P5	Promover integração, acolhimento, bem-estar, saúde, desenvolvimento cultural e qualidade de vida

Fonte: Dados elaborados a partir das entrevistas

Os municípios apresentam objetivos semelhantes pois buscam oferecer ao idoso um espaço em que ele possa manter relações saudáveis de amizade, que se sinta acolhido e que possa usufruir de oportunidades de aprendizado. O idoso não busca mais a obrigatoriedade de ações, ele se dispõe a aprender, a se desafiar, mas no seu ritmo e priorizando suas habilidades de acordo com as atividades propostas.

Com os objetivos dos projetos/programas pode-se entender que a educação está sendo entendida como um processo contínuo, voltado para a realidade e para as relações que se estabelecem no cotidiano. Para Costa (2014), a educação promove a interação por meio tanto dos potenciais desenvolvidos quanto pela interação estabelecida na troca de informações, que interferem diretamente na realidade dos sujeitos.

A parte final das entrevistas dedica-se a uma avaliação da trajetória das ações em cada município por meio da análise dos próprios coordenadores.

QUADRO 10: Público participante das atividades realizadas nos Campos Gerais em 2018

Municípios	<i>Idosos</i>	
	<i>atendidos pelos municípios</i>	<i>Número atual de idosos</i>
P1	250	200
P2	1000	150
P3	400	110
P4	Não soube responder	400
P5	2500	700

Fonte: Dados elaborados a partir das entrevistas

Em comum, todos os coordenadores não precisaram o número de idosos que já foram atendidos pelo projeto/programa ao longo dos anos, especialmente por conta da rotatividade dos mesmos nas atividades e por não serem os responsáveis pela coordenação desde o início dessas atividades.

Com relação ao número atual de idosos também foi feita uma média pois como a frequência não é obrigatória, há idosos que estão cadastrados no projeto/programa mas não frequentam de forma assídua.

Ainda assim, o importante é destacar a busca dos idosos pelas atividades ofertadas e a valorização que eles dão ao espaço. Quando se observa o interesse que os mantém ligados aos projetos/programas no decorrer dos anos é possível perceber como se sentem parte integrante desse meio e o reconhecem como fundamental para manterem as relações interpessoais. Nesse sentido,

la vida conserva valor mientras se acuerda valor a la de los otros a través del amor, la amistad, la indignación, la compasión. Entonces sigue habiendo razones de obrar o de hablar. Muchas veces se aconseja a las gentes que "se preparen" para la vejez. Pero si sólo se trata de economizar dinero, elegir el lugar donde se va a vivir después de la jubilación, prepararse hobbies, llegado el momento no se habrá adelantado nada (BEAUVOIR, 2012, p. 667).¹³

¹³ A vida conserva o valor enquanto se lembra do valor dos outros através do amor, amizade, indignação, compaixão. Então ainda há razões para agir ou falar. Muitas vezes as pessoas são aconselhadas a "se preparar" para a velhice. Mas se for apenas para economizar dinheiro, escolher o

As atividades propostas e o público atendido ao longo dos anos denotam o valor que o idoso atribui a esses espaços e a maneira que estão se posicionando frente ao envelhecimento, não se acomodando e aceitando esperar o tempo passar.

A entrevista se encerrou com a avaliação do coordenador acerca da proposta do projeto/programa, refletindo sobre os objetivos traçados e como eles estão (ou não) sendo atingidos. As respostas estão registradas na tabela a seguir:

QUADRO 11: Avaliação do programa/projeto por parte dos coordenadores dos municípios pesquisados nos Campos Gerais em 2018

Municípios	Avaliação da proposta (objetivos)
P1	Observando as atitudes dos idosos, conversando com eles em todos os momentos, se fazendo presente no cotidiano é possível perceber como eles estão sentindo o ambiente, suas aspirações e anseios. Dar abertura para que eles possam dar o <i>feedback</i> das ações é fundamental. Estamos sempre buscando melhorar as ações para poder tornar a vida deles melhor
P2	Os objetivos são atingidos pelo apoio que recebemos da secretária e do prefeito, pois recebemos todo suporte necessário para realizar as atividades propostas. Ao fazermos propostas possíveis e viáveis se torna mais fácil cumprir aquilo que nos propomos. O trabalho gradativo e contínuo faz toda diferença, especialmente se ele fizer sentido na vida do idoso
P3	Os objetivos estão sendo atingidos principalmente se olharmos o número de idosos que procuram esse espaço com o interesse de participar. A qualidade de vida que eles adquirem estão dentro dos objetivos propostos, pois saíram de situações de abandono para uma maior qualidade de vida. Quando eles percebem, por meio das palestras, oficinas e orientações, que sofrem violência psicológica ou patrimonial são sinais de que nossos objetivos estão sendo atingidos
P4	Os resultados aparecem aos poucos e essa avaliação acontece principalmente por meio da observação
P5	O retorno que os idosos dão por meio de relatos são o maior retorno. Perceber que os idosos estão felizes, que se sentem acolhidos no espaço e veem o ambiente como a primeira casa é fundamental.

Fonte: Dados elaborados a partir das entrevistas

A avaliação dos objetivos propostos é feita principalmente pelo retorno que os idosos dão, através de atitudes no cotidiano e do desejo em se manter ativo nesses espaços.

O responsável pelo município P4 fixou como os idosos são resistentes às mudanças, o quanto cobram seus direitos mas não cumprem seus deveres e o quanto

lugar onde você vai morar depois da aposentadoria, preparar passatempos, quando chegar a hora, nada terá sido adiantado (BEAUVOIR, 2012, tradução nossa).

essa postura dificulta o bom andamento das atividades. A própria equipe que trabalha com os idosos oferece alguma resistência diante das mudanças que se fazem necessárias para reorganizar os objetivos das ações. Essas questões, de acordo com a coordenação, acabam impedindo maior sucesso dos objetivos propostos.

O município P5 apresenta uma maneira muito interessante de perceber o idoso, de valorizá-lo e colocá-lo como prioridade em toda e qualquer ação. Por meio de atividades que vêm ao encontro das solicitações dos idosos, a coordenação entende que eles se envolvem com maior esmero e superam os desafios mais facilmente.

Mesmo com suas particularidades, os municípios estão buscando maior adaptação ao que a legislação sugere para atender os idosos, buscam a formação do cidadão atuante e reflexivo mesmo diante das eventuais dificuldades que possam enfrentar. Para Skinner e Vaughan (1985) é importante para o idoso buscar atividades para ocupar o tempo e há muito sendo oferecido, principalmente para quem quer aprender algo novo. Nesse sentido, os coordenadores estão constantemente procurando adequar os espaços e as atividades as necessidades dos idosos.

Os coordenadores demonstram afinidade com o trabalho realizado e entendem ser relevante a promoção de espaços educacionais que contribuam com a socialização e bem-estar dos idosos. Consideram que o retorno dos próprios idosos é essencial para avaliar as ações desenvolvidas bem como traçar novos caminhos a serem percorridos. Oliveira (1999, p. 264) afirma que “chegar à velhice poderá, para alguns, ser uma experiência que jamais poderão ter, mas é um compromisso social dignificar e incentivar os que a ela chegam”. Os espaços com ações para os idosos constituem um meio importante de auxiliar nesse processo.

Mostrar ao idoso que ele possui um lugar na sociedade e que deve manter-se ativo enquanto cidadão é um grande desafio, bem como refinar a sensibilidade dos mais jovens a compreenderem o papel do idoso no meio do qual ele faz parte. Quando o idoso percebe seu papel social, ele (re)conquista o lugar que lhe é digno na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O idoso sempre esteve presente na sociedade e essa presença permanentemente foi motivo de reflexões e discussões. O senso comum nos força a pensar que o idoso só foi percebido a partir do momento em que se tornou uma questão social, as discussões ganharam destaque e passaram a integrar pautas nacionais sobre a necessidade de pensar o envelhecimento da população brasileira, objetivando a qualidade de vida dos idosos, seus direitos e diferentes maneiras de mantê-los atuante na sociedade.

É importante ressaltar que no momento histórico em que o idoso era valorizado como uma pessoa que possuía muito conhecimento e que deveria ser respeitado pela sua trajetória, ele também estava no centro dos debates, especialmente entre os estudiosos da Idade Média. No entanto, a partir do momento em que a perspectiva de vida mundial foi aumentando, a valorização do capitalismo foi se tornando mais forte e o jovem foi conquistando maior espaço na sociedade, o idoso passou a ser encarado como um problema social.

Os países que perceberam o fenômeno da longevidade e encararam essas perspectivas de forma realista, puderam se preparar para acolher com maior estrutura seus idosos seja por meio de espaços físicos ou educação dos mais jovens. Contudo, isso não significa que não haja problemas ou desigualdades, mostra apenas um preparo maior para trabalhar com as questões que envolvem o envelhecimento.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 cita o idoso mas não especifica questões acerca da velhice e do envelhecimento. Diante do envelhecimento populacional, especialmente registrado nas pesquisas do IBGE, a Constituição Federal se torna fortalecida por meio das políticas públicas, como a Política Nacional do Idoso, que antecedeu o Estatuto do Idoso. Ambos se referem diretamente ao idoso e situações que o envolve: saúde, previdência, habitação, assistência social e educação, entre outros.

A partir desses documentos se torna possível pensar em situações específicas do idoso, amparados pela lei, como espaços educacionais voltados para eles. As diferentes maneiras de incluir o idoso no cotidiano social são reforçadas quando se discutem questões que afetam diretamente essa rotina. As políticas públicas emergem

com o intuito de responder de maneira imediata as necessidades que envolvem os idosos (saúde, previdência social, cultura, lazer, educação entre outras).

Depositar nas políticas públicas a esperança de que todas as situações que envolvem os idosos sejam solucionadas de forma imediata é mais que uma precipitação, trata-se de um equívoco. As políticas públicas indicam caminhos a serem percorridos mas apenas uma conscientização coletiva, que seja capaz de transformar a realidade, pode de fato promover a autonomia do indivíduo.

O que se percebe atualmente, tanto por meio de produções acadêmicas quanto por observação da realidade, são idosos em situação de exclusão social.

Assim, educação destaca-se como meio de valorizar o indivíduo, indicar possibilidades de inserção social e desenvolvimento de habilidades que possam motivar esse indivíduo a manter-se ativo.

Os municípios pesquisados dispõem de espaços físicos que permitem a realização de diferentes atividades com os idosos, que podem ser tanto de cuidados com a saúde quanto de acesso aos seus direitos. Percebe-se que o idoso não conhece seus direitos, exceto aqueles mais divulgados (passe livre em ônibus ou direito a meia entrada em espetáculos culturais). Permitir que ele tenha acesso ao Estatuto do Idoso é uma maneira de formar e informar esse indivíduo que consciente de seus direitos, pode exigir que eles sejam cumpridos. Essa é uma maneira de exercer sua cidadania.

Quando se permite que o idoso tenha acesso a informações variadas, se oportuniza que ele tenha criticidade sobre o meio que o cerca e, assim, possa contribuir com suas percepções e ideias.

No entanto, quando se fala em espaços educacionais ou acesso ao conhecimento é imprescindível não pensar nos idosos de hoje que, na maioria dos casos, tiveram o acesso a educação regular negligenciado por conta da necessidade de dedicarem-se ao trabalho, num momento que a colaboração com o sustento da família era mais valorizado do que investir em conhecimento.

Muitos desses idosos trazem consigo as lembranças desse direito não adquirido na infância. Como consequência, ao conversar com os participantes da pesquisa, alguns consideram frequentar um espaço educacional depois dos 60 anos como algo vergonhoso ou desnecessário. A ideia de que se adquire conhecimento apenas na infância e na adolescência ainda permanece como verdade absoluta para

a maioria das pessoas. No entanto, estudos sobre aprendizagem ou relacionados a neuropsicologia apontam que as pessoas são capazes de aprender desde o nascimento até a morte. O que acontece é que, com o avanço da idade, o ritmo de aprendizagem e as formas de estimular diferentes áreas do córtex cerebral se transformam, mas não são impedimentos.

Nesse sentido, o próprio idoso precisa ser o primeiro a assimilar suas capacidades e habilidades. Ao conscientizar-se de tais possibilidades e buscar espaços educacionais que atendam suas necessidades, eles avançam significativamente no fortalecimento da premissa de que possuem um espaço educacional e devem usufruir dele de maneira integral.

O trabalho realizado pelos municípios vem ao encontro das perspectivas de que a educação é um meio de propiciar acesso a conhecimentos que são capazes de ajudar a transformar a realidade do indivíduo, resgatando-o de uma situação de marginalização e sendo capaz de integrá-lo ao meio em que está inserido.

A existência de políticas educacionais destinadas aos idosos refletem a consciência de que existem lacunas que necessitam ser preenchidas e que a educação é um meio de conquistar condições de transformar a realidade. No entanto, também servem como um alerta: a necessidade de políticas públicas se faz necessária quando a legislação não corresponde as necessidades da sua população ou, ainda, as políticas públicas não estão sendo seguidas de maneira que possam realmente equalizar situações que envolvem a sociedade. O que deve ser feito? Qual caminho deve ser seguido?

Os espaços visitados para a realização desta pesquisa concebem a educação como uma necessidade para a vida. Os conhecimentos enaltecidos nesses espaços se fazem necessários para o cotidiano e não para o trabalho ou para seguir uma lógica sistemática. Essa consciência representa a compreensão de que a educação é um conceito muito mais amplo do que aquele que estamos habituados a conceber como educação (ou seja, a educação formal) porque ela interfere na realidade, acontece permanentemente, em todos os espaços e está presente em ações cotidianas.

O papel do educador vai além de incentivar as habilidades a serem ampliadas: ele é o instrumento que precisa perceber as minúcias deste processo e transformá-las em ações concretas e positivas, a fim de alcançar os objetivos propostos.

Percebe-se que nos municípios pesquisados essa função recai sobre o coordenador, que é o sujeito responsável por articular as atividades de maneira que elas atinjam os objetivos propostos.

Em todo esse processo de pesquisa, preocupa a visão de que o processo educativo para o idoso está ancorado em normas e regras que eles precisam seguir. Neste sentido, se faz adequado refletir sobre o processo de infantilização ao qual a educação para o idoso acaba sendo associada. Entende-se que normas e regras são importantes em qualquer sociedade, mas num processo educativo tão complexo como é a educação para o idoso, associá-la de maneira enfática a elas pode ser um equívoco conceitual que interfere nos resultados das ações.

Tratando-se de ações, quando elas são pensadas de maneira a atingir os idosos em sua maioria, elas estão voltadas a propostas que vem ao encontro das expectativas dos idosos, relacionadas a realidade, que podem ser concretizadas integralmente. Esse diferencial permite que os objetivos possam ser atingidos e, assim, possam evoluir para outras propostas que desenvolvam cada vez mais as habilidades dos idosos.

Ressalta-se também o diferencial de uma equipe que esteja comprometida com o desenvolvimento integral dos idosos, quando as atividades são elaboradas pensando neles, nos limites e desafios de cada idoso, e também quando o idoso é o personagem principal do grupo: todos os demais agem em prol do desenvolvimento e bem-estar do idoso. Essa postura interfere significativamente no resultado final das ações propostas.

Pode-se afirmar que existem políticas públicas educacionais pensadas para o idoso e que elas foram redigidas de forma minuciosa e ampla, no sentido de sanar todas as situações que podem colocar esses indivíduos em risco. No entanto, como não há um acompanhamento pontual acerca das ações desenvolvidas, muitas vezes a disparidade entre o que é realizado emerge, pois há uma certa liberdade na organização das ações que permite tais diferenças. E essas diferenças refletem diretamente na qualidade das atividades realizadas com os idosos.

O incentivo aos espaços educacionais para os idosos é fundamental mas não se percebe interesse em manter ou criar novos espaços para atender um número maior de idosos ou orientação sobre as atividades a serem desenvolvidas, mesmo

respeitando as peculiaridades de cada município e as necessidades dos idosos, esse acompanhamento seria construtivo no que se refere ao aperfeiçoamento das ações.

O texto do Estatuto do Idoso é assertivo quando se refere a educação, apontando, no Art. 21, as oportunidades de acesso a educação e o respeito as peculiaridades da idade (Art. 20) nesse processo. Na prática, as atividades desenvolvidas caracterizam-se, em diversas situações, como momentos meramente lúdicos, sem se caracterizarem educativos. Entende-se que se houvesse algum acompanhamento pontual, essas ações poderiam ser mais enriquecedoras para os idosos.

Entretanto, ao conversar informalmente com os idosos e analisar as informações da coleta de dados, se percebe que os idosos estão satisfeitos com o espaço que frequentam e com as atividades que realizam, afinal elas trouxeram novas perspectivas as suas vidas e melhoraram a qualidade da mesma. Os benefícios das atividades propostas fazem com que os idosos se mantenham ativos e estimulados a frequentarem os projetos/programas.

Tendo em vista que as leis que regem a educação e as políticas públicas nacionais e estaduais são as mesmas para todos os municípios pesquisados, é pertinente a reflexão do que diferencia o desenvolvimento de cada uma delas ao passo de que há municípios com propostas mais solidificadas e outros com propostas mais fragilizadas, especificamente quando se reflete sobre a educação para o idoso.

Em posse dos dados coletados e das análises realizadas é possível associar tal disparidade com o papel do coordenador do projeto/programa, concebido como determinante na organização e no acompanhamento das atividades. Mas também é válido destacar o empenho que esses coordenadores possuem ao buscar aperfeiçoar as atividades e corresponder aos anseios dos idosos.

Ao propor essa pesquisa conhecer as políticas públicas nacionais e estaduais foi imprescindível, bem como a forma com que elas são desenvolvidas nos municípios participantes. A oportunidade de investigar e analisar as necessidades que fizeram surgir as políticas públicas mostram como, na prática, questões burocráticas influenciam na execução das ações. Muitas vezes os resultados dessas atividades que se encontram nos municípios possuem ligação com as dificuldades que os coordenadores e secretarias municipais encontram em colocar em prática aquilo que entendem ser significativo para o idoso. De qualquer maneira, essas ações trazem

muitos benefícios aos idosos, tanto na saúde física, mental, qualidade de vida, relações inter e intrapessoais.

A pesquisa possibilitou ainda ampliar o olhar sobre as ações voltadas aos idosos diante da possibilidade de conhecer diferentes municípios, no contato com os idosos e com os coordenadores. O processo de entender como as ações são pensadas, as dificuldades e conquistas ao longo dos anos tornam-se aprendizados valiosos. Percebe-se ainda como existem municípios que possuem uma estrutura mais ampla e organizada e outros que estão na busca constante por esse aperfeiçoamento, para que não sejam apenas um espaço de acolhimento mais sim disponham de uma estrutura educacional voltada ao idoso.

Nesse caminho da pesquisa pode-se perceber que as políticas públicas existem, contemplam as necessidades dos idosos mas que nos municípios participantes da região dos Campos Gerais ainda existe o desafio da efetivação completa das mesmas exatamente pela ausência de ações educacionais.

Existe ainda o desafio de ampliar essa pesquisa, que contou com a participação de cinco municípios num universo de dezenove que compõe a região dos Campos Gerais. Assim, para que o estudo possa ser enriquecido, conhecer outras realidades pode reafirmar o que se pontuou até o presente momento ou trazer outras perspectivas a serem discutidas.

Essa necessidade vem acompanhada da importância de maior interação com os campos pesquisados, sendo interessante e construtivo presenciar diferentes momentos com os idosos e a rotina nos espaços pesquisados. Entende-se que assim há maior aproximação com os idosos, enriquecendo a coleta de dados, e possibilita perceber, na prática, como acontecem as ações descritas pelos coordenadores no momento da entrevista.

Uma pesquisa busca dados a serem analisados com o intuito de aperfeiçoar ações, indicar possíveis caminhos a serem percorridos e trazer benefícios para a sociedade. Não há um caráter avaliativo no sentido destrutivo, seja para comparar negativamente ou apontar equívocos. É necessário desmistificar a presença do pesquisador quando vai a campo para coletar dados e perceber nele a possibilidade de troca de informações que podem enriquecer a prática.

Nesse parâmetro, os idosos possuem um papel importante na sociedade, assim como a educação, que dá a eles condições que conseguirem melhores

condições de vida. Essas condições estão relacionadas ao respeito e entendimento de suas necessidades e anseios, mesmo diante das inúmeras dificuldades (educacional, política, social etc.).

REFERÊNCIAS

ARANHA, M.L. de A. **História da Educação e da Pedagogia: geral e do Brasil**. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2006.

AZEVEDO, A L. **Velhice e seus processos sócio-históricos**. Lisboa: Argumento, 2001.

BARRETO, M.L. **Admirável mundo velho: velhice, fantasia e realidade social**. São Paulo: Ática, 1992.

BATISTA, A.S. *et al.* **Envelhecimento e dependência: desafios para a organização da proteção social**. Brasília: MPS/SPPS, 2008.

BEAUVOIR, S. **La vejez**. Buenos Aires: Debolsillo, 2012.

BERLINCK, M. T. A envelhescência. In: **Boletim de novidades pulsional**. São Paulo: ano IX, n. 91, p. 5-8, nov. 1996.

BERTI, K.M. Educação para o envelhecimento: um projeto intergeracional desenvolvido por idosos com crianças e adolescentes nas escolas de Porto Alegre. In: PY, L. *et.al.* (Org). **Tempo de envelhecer: percursos e dimensões psicossociais**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2004. p. 243-264.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Presidência da República**, Casa Civil, Subsecretaria para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 20 jan. 2019.

BRASIL. Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e dá outras providências. **Presidência da República**, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm. Acesso em: 02 abr. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Presidência da República**, Casa Civil, Subsecretaria para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 1996. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-9394-96>. Acesso em: 24 jan. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Presidência da República**, Casa Civil, Subsecretaria para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/98301/estatuto-do-idoso-lei-10741-03>. Acesso em: 21 dez. 2018.

BUCCI, M.P.D. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL. **Lei n. 10741 de 1 de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Brasília, 2003.

CACHIONI, M. **Quem educa os idosos?** Um estudo sobre professores de universidades da terceira idade. Campinas: Editora Alínea, 2003.

CALDAS, C.P. VERAS, R.P. Saúde do idoso: a necessária abordagem multidimensional. In: TURA, L.F.R. SILVA, A.O. (Org.) **Envelhecimento e representações sociais**. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2012. p. 69-87.

CAMARANO, A.A. **Envelhecimento da população brasileira**: uma contribuição demográfica. Texto para discussão n. 858. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

CAMARANO, A.A.; PASINATO, M.T. **Envelhecimento funcional e suas implicações para a oferta da força de trabalho brasileira**. Texto para discussão n. 1326. IPEA: Rio de Janeiro, 2008.

CAMARANO, A.A.; PASINATO, M.T. Introdução. In: CAMARANO, A.A. **Os novos idosos brasileiros**: muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004, p. 1–24.

CAMBI, F. **História da Pedagogia**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

CAVALCANTI, P.A. **Análise de políticas públicas**: o estudo do Estado em ação. Salvador: EDUNEB, 2013.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CIA WORLD FACTBOOK. Disponível em: <https://https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>. Acesso em: 10 jan.2019.

CÍCERO, M.T. **Saber envelhecer**. Porto Alegre: L&PM, 2009.

CONFÚCIO. **Vida e doutrina**. São Paulo: Pensamento, 1999.

COSTA, A.Z. **Idosos na EJA**: contribuições a partir do periódico *Psicologia: reflexão e crítica* (de 2000 a 2012). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

COSTA, J.C. **Velhice, ideologia e crítica**: uma análise sobre a participação, protagonismo e empoderamento dos (as) velhos (as) nos espaços das conferências. 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2015.

COUTINHO, C.N. Notas sobre cidadania e democracia. **Revista Ágora**: Políticas Públicas e Serviço Social, v.2, n.3. p. 1 – 24, dez.2005.

Dicionário Histórico e Geográfico dos Campos Gerais. Disponível em: http://www.uepg.br/dicion/campos_gerais.htm. Acesso em: 02 abr. 2019.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez. Brasília: MEC, UNESCO, 1999.

DEZAN, S.Z. O envelhecimento na contemporaneidade: reflexões sobre o cuidado em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos. **Revista de Psicologia da UNESP**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 28 – 42, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/revpsico/v14n2/a04.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2018.

DOLL, J. Educação, cultura e lazer: perspectivas de velhice bem-sucedida. In: NERI, A.L. (Org.). **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, Edições SESC SP, 2007. p. 109-123.

DOMINGUES, M. QUEIROZ, Z.P.V. Atitudes, mitos e estereótipos relacionados ao envelhecimento e sua influência no atendimento domiciliário. In: DUARTE, Y.A.O. DIOGO, M.J.D. **Atendimento domiciliar: um enfoque gerontológico**. São Paulo, Atheneu, 2000.

FONSECA, A.M. **O envelhecimento: uma abordagem psicológica**. 2.ed. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2006.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FONTE, I.B. Diretrizes internacionais para o envelhecimento e suas consequências no conceito de velhice. Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 12. 2002, Ouro Preto, **Anais do XII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, ABEP, 2002.

FREIRE JR, A.B. **O controle judicial de políticas públicas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

FREITAS, E.V. de. Demografia e epidemiologia do envelhecimento, In: PY, L. et.al. (Org). **Tempo de envelhecer: percursos e dimensões psicossociais**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2004. p. 19-38.

FURTADO, E.S. Terceira idade: enfoques múltiplos. **Motus Corporis**. Rio de Janeiro, v.4, n.2, p. 121 – 147, nov. 1997.

FURTER, P. **Educação e vida**. Petrópolis: Vozes, 1976.

GADOTTI, M. **A educação contra a educação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GADOTTI, M. **Educação de adultos como direito humano**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

GOLMAN, S.N. As dimensões sociopolíticas do envelhecimento. In: PY, L. et.al. (Org.). **Tempo de envelhecer**: percursos e dimensões psicossociais. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2004. p. 61-81.

GOLMAN, S.N. Terceira idade e serviço social. In: CAVALCANTI, L. F.; REZENDE, I. (Org.). **Serviço social e políticas sociais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.
GUÉ, R.M. Envelhecimento ativo: uma nova estratégia de abordagem da velhice. In: TERRA, N.L. et.al. (Org.). **Temas sobre envelhecimento ativo**. Porto Alegre: Edipucrs, 2013. p. 265-285.

GUERREIRO, T. CALDAS, C.P. **Memória e demência**: conhecimento e cuidado. Rio de Janeiro: UnATI/UERJ, 2001.

HOBBSAWM, E.J. **A era das revoluções**. 40.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios 2017**. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017.

JESUINO, J.C. Imagens da velhice. In: TURA, L.F.R. SILVA, A.O. (Org.) **Envelhecimento e representações sociais**. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2012. p. 51-67.

JUNGES, J.R. **Uma leitura crítica da situação do idoso no atual contexto sociocultural**. Rev. Envelhecer, Porto Alegre. v.6, p. 132 – 144, 2004.

LAMPERT, E. Educação permanente: limites e possibilidades no contexto da América Latina e Caribe. **Linhas**, Florianópolis, v.6, n.1, p. 1-13, jan./jun. 2006.

LAO-TZY, T. K. **O livro do sentido da vida**. Tradução de Margit Marticia. São Paulo: Pensamento, 1999.

LENOIR, R. Objeto Sociológico e Problema Social. In: MERLLIÉ, D. **Iniciação à Prática Sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 59 – 106.

LEME, L. E. G. A Gerontologia e o problema do envelhecimento: Visão histórica. In: PAPALÉU NETO, M. **Gerontologia**. São Paulo: Atheneu, 1996. p. 12-23.

LOWI, T. Four Systems of Policy, Politics, and Choice. **Public Administrations Review**. n.32, p. 298 – 310, 1972.

LOUZADA, M.C. Do direito à educação na velhice. In: D'ALENCAR, R.S. POMPEO, W.A.H. (Org.). **A cidadania na perspectiva da velhice**: desafios cotidianos para viver com dignidade. Ilhéus: Editus, 2016.

LUCENA, D. **O preconceito contra a velhice torna as violações dos direitos de idosos invisíveis!** Disponível em: <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/o-preconceito-contra-velhice-torna-as-violacoes-dos-direitos-de-idosos-invisiveis/>.

Acesso em: 26 jan. 2019.

MACEDO, N.R. **O idoso na contemporaneidade:** expectativas, desafios e contribuições vivenciadas em espaços de aprendizagem. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2013.

MAJEWSKI, C.C. Políticas públicas de promoção e garantia dos direitos dos idosos. In: TERRA, N.L. et.al. (Org.). **Temas sobre envelhecimento ativo**. Porto Alegre: Edipucrs, 2013.

MEDEIROS, S.A.R. Como pensar a vida. **Serviço social & Sociedade**, n. 75, ano XXIV. São Paulo: Cortez, 2003.

MINAYO, M.C. de S. **Pesquisa Social:** Teoria, método e criatividade. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MORAGAS, R.M. **Gerontologia social:** envelhecimento e qualidade de vida. 3.ed. São Paulo: Paulinas, 2010.

NERI, A. L. **Envelhecer Num País de Jovens:** Significados de Velho e Velhice Segundo Brasileiros Não Idosos. Campinas, SP; Editor da Unicamp, 1991.

NERI, A.L. **Palavras-chave em Gerontologia**. Campinas: Editora Alínea, 2014.

NETO, A. B. S. O discurso do envelhecimento da população como ideologia. *Argumentum*, Vitória, v.5, n.2, p. 216-234, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/5067/5074>>. Acesso em: 7 dez. 2018.

OLIVEIRA, R.C.S. SCORTEGAGNA, P.A. OLIVEIRA, F.S. **O envelhecimento e a velhice:** teorias, demografia e política. Curitiba: Editora CRV, 2011.

OLIVEIRA, R.C.S. SCORTEGAGNA, P.A. OLIVEIRA, F.S. **Universidade Aberta para a Terceira Idade:** a extensão como meio de inserção do idoso no contexto universitário. Assis: Gráfica Storbem, 2012.

OLIVEIRA, R.C.S. **Terceira Idade:** do repensar dos limites aos sonhos possíveis. Campinas: Papirus, 1999.

OLIVEIRA, R.C.S. Velhice: teorias, conceitos e preconceitos. **A terceira idade**. São Paulo, v.12, n.25, p. 37-52, ago.2002.

OLIVEIRA, R.C.S. SCORTEGAGNA, P.A. OLIVEIRA, F.S. A Universidade Aberta para a Terceira Idade na UEPG/Brasil: o idoso no contexto extensionista da universidade, In: OLIVEIRA, R.C.S. SCORTEGAGNA, P.A. (Orgs.) **Universidade Aberta para a Terceira Idade:** o idoso como protagonista na extensão universitária. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2015. p. 85-122.

ONUBR. Organização das Nações Unidas Brasil. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/>. Acesso em: 12 jan.2019.

ONU. **World Population Prospects: The 2017 Revision**. Population Revision of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat. Nova York: ONU, 2017.

PALMA, L.T.S. SCHONS, R.C. (Org.). **Conversando com Nara Costa Rodrigues: sobre gerontologia social**. 2.ed. Passo Fundo: UPF, 2000.

PASCHOAL, S.M.P. Desafios da longevidade: qualidade de vida. **O mundo da saúde**. São Paulo, ano 29, v.29, n.4, p. 608-612, out./dez. 2005.

PASQUINI, G. **O QUE OS OLHOS NÃO VEEM: OS ANALFABETOS DAS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

PAULA, M.F. de. **Os idosos do nosso tempo e a impossibilidade da sabedoria no capitalismo atual**. Rev. Serv. Soc. Soc. n. 126 p. 262 – 280, mai/ago. 2016.

PEIXOTO, C.E. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade... In: LINS DE BARROS, M.M. **Velhice ou terceira idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 69 – 84.

PERES, M.A. de C. **Velhice, educação e exclusão: a Educação de Jovens e Adultos e o analfabetismo entre idosos**. Rev. Verinotio, ano VI, n.11, abr.2010.

PINTO, A.V. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 1989.

PLATÃO. **A República**. 2.ed. São Paulo: EDIPRO, 2014.

PONTAROLO, R. S; OLIVEIRA, R. C. S. **O direito à educação prescrito no Estatuto do Idoso: uma breve discussão**. Anais do 16º COLE. Campinas: Unicamp, 2007, p. 1-8.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RITTER, G. da S. GREGORI, I.C. MARONEZE, M.C. Breve histórico das políticas públicas brasileiras voltadas à proteção e garantia da pessoa idosa. In: D'ALENCAR, R.S.; POMPEO, W.A.H. (Org.). **A cidadania na perspectiva da velhice: desafios cotidianos para viver com dignidade**. Ilhéus: Editus, 2016.

SALGADO, M.A. **Velhice, uma nova questão social**. São Paulo: SESC-CETI, 1980.

SALGADO, M.A. **Os grupos e a ação pedagógica do trabalho social com idosos**. A terceira idade. SESC/SP, v. 18, n.39, p. 67-78, jun. 2007.

SANTIN, J.R.; FÁVERO, A.A.; SANTOS, D.S. A educação e o estatuto do idoso. In: BETTINELLI, L.A.; PORTELLA, M.R.; PASQUALOTTI, A. (Org.). **Envelhecimento humano: múltiplas abordagens**. Passo Fundo: Edupf, 2008. p. 227-246.

SANTOS, S.S.C. **Envelhecimento**: visão de filósofos da antiguidade oriental e ocidental. Rev. RENE Fortaleza. V..2 n.1 p. 88-94, jul./dez. 2001.

SANTOS, D. F.; LOPES, R. G. C.; TEIXEIRA, R. R. Coeducação entre gerações na obra O Sorriso Etrusco. In: PARK, M. B.; GROPPPO, L. A. (Org.). **Educação e Velhice**. Holambra: Editora Setembro, 2009, p. 247 - 269.

SARAIVA, I.S. **Educação de jovens e adultos**: dialogando sobre aprender e ensinar. Passo Fundo: UPF, 2004.

SCORTEGAGNA, P. A. **Políticas públicas e a educação para a Terceira Idade: contornos, controvérsias e possibilidades**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2010.

SCORTEGAGNA, P. A. **Emancipação política e educação: ações educacionais para o idoso nas instituições de ensino superior públicas paranaense**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=470>. Acesso em: 19 mai. 2019.

SÊNECA, L. A. Da tranquilidade da alma. São Paulo: Nova Cultura, 1982.

SÉGUIN, E. **O idoso aqui e agora**. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2001.

SILVA, F.D.; SOUZA, A.L.de. **Diretrizes internacionais e políticas para os idosos no Brasil**: ideologia do envelhecimento ativo. Rev. Políticas Públicas, São Luís. v.14, n.1, p. 85-94, jan./jun. 2010.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, v.8, n.16, p. 20-45, jul/dez. 2006.

SKINNER, B.F. VAUGHAN, M.E. **Viva bem a velhice**: aprendendo a programar a sua vida. 2.ed. São Paulo: Sumus, 1985.

TAAM, R. A educação não formal do idoso em universidades da Terceira Idade e centros de convivência. In: PARK. M.B; GROPPPO, L.A. (Org.). **Educação e Velhice**. Holambra: Editora Setembro, 2009, p. 39 – 49.

TEIXEIRA, S. M. **Envelhecimento e trabalho no tempo de capital**: implicações para a proteção social no Brasil. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

TEODORO, M.F.M. **UNATI/UERJ: uma proposta de educação permanente para o cidadão idoso**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, 2006.

TORRES, T. de L.; CAMARGO, B.V. Aspectos metodológicos na pesquisa com idosos em ciências humanas e sociais. In: TURA, L.F.R.; SILVA, A.O. (Org.) **Envelhecimento e representações sociais**. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2012.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Envelhecimento ativo**: uma política de saúde. Brasília: Organização Pan-Americana de Saúde, 2005.

APÊNCIDE – A

Produções acadêmicas

<i>Título</i>	<i>Ano/Instituição</i>	<i>Autor</i>	<i>Área</i>	<i>Palavras-chave</i>	<i>Dissertação</i>	<i>Tese</i>
A Universidade Aberta à Terceira Idade e as redes de apoio afetivo e social do idoso	2003 – UNESP	Marisa as Silva Santos Finato	Educação	Envelhecimento, idoso, rede de apoio afetivo, longevidade, rede de apoio social.		x
Concepções e representações do envelhecimento e sujeito idoso: uma contribuição para o ensino mediante conhecimentos favoráveis a inserção social	2004 - UNESP	Célia Barros Carvalho	Educação	Envelhecimento - Aspectos psicológicos Idosos - Inclusão social Envelhecimento populacional		x
Histórias de leituras na terceira idade: memórias individuais e coletivas	2005 - UFBA	Ana Lúcia Gomes da Silva	Educação	Leitura, discurso, terceira idade, memórias, narrativas.	x	
Significado de velhice e envelhecimento para alunos de Enfermagem	2005 – Universidade de Sorocaba	Cássia Maria Hilker da Silva		Idoso, envelhecimento, saúde do idoso, enfermagem	x	
A instituição de Ensino Superior e a efetivação das políticas de atendimento ao idoso: conhecer para a vida, viver para conhecer	2006 - PUCPR	Tania Raber Bertelli	Educação	Idoso, políticas públicas, extensão universitária, UNATI.	x	
Jovens, adultos e idosos: o sabor de aprender e ensinar a ler e a escrever	2006 - UEPG	Marília Woiciechowski	Educação	Alfabetização – jovens, adultos e idosos, ensino, aprendizagem	x	
Educação e envelhecimento: um curso na vida de idosos de Porto Alegre	2006 - UFRS	Viviane Loeser	Educação	Educação e envelhecimento: curso, qualidade de vida, terceira idade	x	
A alfabetização de adultos e idosos: novos horizontes	2006 - UFPB	Carmem Verônica de Almeida Ribeiro Nóbrega	Educação	Alfabetização, letramento, trabalho	x	
O idoso na sala de aula: um novo ator	2007 - UCB	Eliana Maria Sarreta Alves	Educação	Longevidade, Educação de Jovens e Adultos, Educação continuada	x	
Velhice, trabalho e cidadania: as políticas da terceira idade e a resistência	2007 - USP	Marcos Augusto de Castro Peres	Educação	Autonomia, movimentos sociais, políticas públicas, velhice		x

dos trabalhadores idosos à inclusão social						
Pedagogia da idade: o discurso sobre o velho e o envelhecimento no ambiente escolar	2007 - UFJF	Edmundo de Paula Gomes Junior	Educação	Velho, envelhecimento, educação, escola e ideologia.	x	
Políticas públicas para o idoso e sua implementação pela SEED/PR na cidade de Prudentópolis	2008 - UEPG	Regina Sviech Pontarolo	Educação	Terceira idade, política pública, educação permanente	x	
A presença do aluno idoso no currículo da universidade contemporânea: uma leitura interdisciplinar	2008 – PUC-SP	Dirce Encarnacio n Tavares	Educação	Idosos, educação superior, interdisciplinaridade		x
Representações sociais dos direitos humanos: um estudo sobre a formação da consciência ética e as práticas educativas na escola universitária	2008 - UFMG	Sonia Vieira Coelho	Educação	Representações sociais, direitos humanos, formação humana, formação ética, prática de grupo, valores humanos, práticas educativas.		x
Educação e envelhecimento: atividade intelectual na terceira idade	2009 - UEM	Geisa Aparecida Dariva Pinheiro	Educação	Envelhecimento; atividade intelectual; educação da pessoa idosa; Terceira Idade.	x	
Concepções de envelhecimento e a atenção a idosos em uma rede de saúde pública municipal	2009 – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul	Marinez Koller Pettenon	Educação nas Ciências	Envelhecimento. Saúde pública. Rede de Atenção. Estatuto do Idoso.	x	
Vivendo e aprendendo no outono da vida: um estudo sobre os programas educacionais para a maturidade na cidade de São Paulo	2009 - Uninove	Fátima Maria dos Santos de Oliveira	Educação	Idoso, universidade da terceira idade	x	
A alfabetização e o letramento de jovens, adultos e idosos sob a ótica da sociolinguística educacional	2009 - UnB	Maria Alice Fernandes de Sousa	Educação	Educação de jovens e adultos, sociolinguística educacional, etnografia colaborativa, leitura, escrita		x
Análise de uma universidade da terceira idade no município de Campinas	2009 - PUCCAMP	Ivan Eduardo de Abreu Arruda	Educação	Universidade da Terceira Idade, terceira idade, idoso, educação, universidade	x	

Educação de Jovens e Adultos: uma perspectiva de alfabetização com idosos	2009 - PUCCAMP	Denise Travassos Marques	Educação	Práticas pedagógicas, formação docente, alfabetização, idosos	x	
A busca do conhecimento na melhor idade: um estudo sobre o idoso analfabeto	2010 - UMESP	Carolina Elizabete Lopes Lauria Rodrigues da Costa	Educação	Alfabetização; jovens; adultos; idosos; ensino.	x	
Políticas públicas e educação para a terceira idade: contornos, controvérsias e possibilidades	2010 - UEPG	Paola Andressa Scortegagna	Educação	Terceira idade; Educação permanente; Políticas públicas; Inserção social; gerontologia.	x	
O envelhecimento no contexto atual	2010 - Unijuí	Lao-Tsé Maria Bertoldo	Educação nas Ciências	Velhice. Contexto regional. Subjetividade. Qualidade de vida.	x	
Educação e envelhecimento: um olhar sobre a participação masculina nos grupos de terceira idade de Manaus	2011 - UFAM	Sheylane Beltrão de Queiroz	Educação	Envelhecimento, grupo de terceira idade, educação.	x	
Representações sociais do "ser idoso" e suas implicações para a assistência e práticas educativas voltadas a população idosa em Natal/RN	2012 - UFRN	Rouseane da Silva Paula	Educação	Representação social, velhice, práticas educativas		x
Gerontagogia dialógica intergeracional para autoestima e inserção social dos idosos	2012 - UFC	Deuzimar Costa Serra	Educação	Gerontagogia. Dialógica. Intergeracional. Autoestima. Inserção.		x
Narrativas fílmicas na educação para a velhice	2012 - UEM	Iara de Oliveira Gomes	Educação	Educação; Formação de professores; Estudos Culturais; Processo de formação de identidade; Sujeitos da velhice.	x	
Docência: um olhar para a terceira idade	2012 - UCDB	Bárbara Borges e Jesus Chieregati	Educação	Formação de professores, saberes docentes, educação para idosos	x	
O idoso na contemporaneidade: expectativas,	2013 - UCB	Neuda Ribeiro Macedo	Educação	Idoso, espaços de aprendizagem,	x	

desafios e contribuições vivenciadas em espaços de aprendizagem				envelhecimento ativo		
O protagonismo dos idosos no Centro de Convivência do idoso: um estudo da implementação das Políticas Públicas no município de Prudentópolis - PR	2013 - UEPG	Sheila Fabiana de Quadros	Educação	Idosos, política pública, envelhecimento, velhice, educação	x	
Processos criativos na velhice num contexto de educação não-formal: o desenho e a pintura como conhecimento estético e artístico	2013 - UEM	Tania Regina Rosseto	Educação	Velhice; Educação não-formal; Conhecimento estético e artístico; Criação artística.	x	
Mulheres idosas ressignificam o envelhecimento: contribuições da educomunicação	2013 - UFSCar	Marta Kawamura Gonçalves	Educação	Processos educativos, produção de vídeo, mulheres idosas, educomunicação	x	
A formação identitária do sujeito idoso: memória e letramento	2014 - UEMS	Silvana Cosmo Dias	Educação	Idoso. Letramento. Representações. Processos identificatórios.	x	
Idosos na EJA: contribuições a partir do periódico Psicologia: reflexão e crítica (de 2000 a 2012)	2014 - UFSCar	Adriana Zakia Costa	Educação	Educação de Jovens e Adultos, Sujeitos da EJA, idosos	x	
O que os olhos não veem: os analfabetos das instituições de longa permanência para idosos	2015 - UEM	Giseli Pasquini	Educação	Educação. Analfabetismo. Velhice. Instituições de Longa Permanência para Idosos.	x	
Emancipação política e educação: ações educacionais para o idoso nas instituições de Ensino Superior públicas paranaenses	2016 - UEPG	Paola Andressa Scortegagna	Educação	Emancipação política, educação, educação permanente, idoso, universidade aberta para a terceira idade		x
Apoio social e seus processos educativos em um grupo de convivência de idosos	2016 - UFSCar	Ana Paula Ferreira Fidelix	Educação	Processos Educativos, Idoso, Apoio Social	x	
E a trajetória de vida se alonga além dos 60 anos... o idoso universitário	2016 - UNINOVE	Valeria Carraro	Educação	Idoso universitário, educação, pensamento complexo,	x	

				subjetividade, história oral		
A tomada de consciência como possibilidade de proteção dos idosos: uma experiência pedagógica com o jogo quarto na UNATI/UEM	2016 - UEM	Mariana Costa do Nascimento	Educação	Educação. Idoso. Resiliência. Tomada de consciência. Jogo de regras.	x	
A narrativa dos idosos: análise a partir de Walter Benjamin – uma contribuição para a educação patrimonial de Ponta Grossa/PR	2016 - UEPG	Marcia Maria Dropa	Educação	Patrimônio cultural, educação patrimonial, memória, experiência, narração, idosos, Walter Benjamin		x
“Aprender é tudo!” Os significados da aprendizagem e da não aprendizagem de adultos maduros e idosos	2017 - UFRGS	Denise Costa Ceroni	Educação	Aprendizagem. Não Aprendizagem. Educação de Adultos. Envelhecimento Humano.		x
Autobiografia do idoso e invenção de si	2017 - UFMG	Larissa Maria de Resende Neiva	Educação	Autobiografia. Invenção de si. Idoso.	x	
Narrativas de histórias de vida de mulheres idosas: memória, subjetividade e relação de gênero.	2018 - UEPG	Simone Aparecida Pinheiro de Almeida	Educação	Gênero; Terceira Idade; História de vida; Memória; Narrativas.		x
História de vida de mulheres idosas: um novo espaço de aprendizagem	2018 - UFPEL	Vanise Regina Bitencourt Valiente	Educação	Envelhecimento; gênero; aprendizagem; história oral	x	

APÊNCICE – B**Questionário para o idoso**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA – UEPG

Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE

Mestrado em Educação



Esse questionário foi elaborado para viabilizar a coleta de dados que permitirá a construção e enriquecimento da nossa pesquisa. A mesma se refere ao conhecimento dos espaços educacionais voltados aos idosos na região dos Campos Gerais e sua influência na vida desses indivíduos. Os dados estarão restritos a pesquisa, sem identificação específica dos participantes.

Atenciosamente,
Thânia M K Jacon
Paola A Scortegagna

A. PERFIL

1. Idade: _____ anos

2. Sexo: () Masculino () Feminino

3. Estado civil:

() Solteiro(a)

() Casado(a)

() Divorciado(a)/separado(a)

() Viúvo(a)

() Outro

4. Escolaridade:

() Primeiro grau – completo

() Primeiro grau – incompleto

() Segundo grau – completo

() Segundo grau – incompleto

() Ensino superior - completo

() Ensino superior - incompleto

() Pós-graduação

5. Quem mora na mesma casa que você? *(Se necessário, assinale mais de uma alternativa)*

() Ninguém, moro sozinho(a).

() Cônjuge

() Filhos (as)

() Netos (as)

() Familiares

() Outro.

6. Juntamente com você, quantas pessoas moram em sua casa?

() 1

() 2

() 3

() 4

() 5

() 6 ou mais. Quantas? _____

7. Sua casa é:

() Própria

() Alugada

- () Cedida
() Outro.

B. SOBRE SUA PARTICIPAÇÃO NO PROJETO/PROGRAMA

1. Há quanto tempo frequenta esse espaço? Há _____ anos.

2. Como soube das atividades desenvolvidas?

3. Quantas vezes por semana você participa?

- () 1 vez () 2 vezes () 3 vezes ou mais

4. Qual motivo trouxe você a esse espaço? *(Se necessário, assinale mais de uma alternativa)*

- () Ocupar o tempo livre.
() Conhecer novas pessoas.
() Fazer atividades físicas/de lazer.
() Ampliar o círculo de amizade.
() Ter acesso a outros conhecimentos.
() Sugestão de amigos/conhecidos.
() Outro. Qual? _____

5. Como era sua rotina antes de frequentar o projeto/programa? *(Se necessário, assinale mais de uma alternativa)*

- () Tinha muitas ocupações.
() Meu tempo livre era grande.
() Me sentia sozinho(a).
() Ficava em casa.
() Sempre tive muitas pessoas em casa.
() Trabalhava.
() Dividia o tempo entre a casa (familiares) e atividades que me davam prazer.
() Outras atividades: quais? _____

6. O projeto/programa mudou sua rotina?

- () Sim () Não

Como? _____

7. Quais as principais transformações que o projeto/programa trouxe para sua vida?

8. Qual a atividade desenvolvida mais lhe agrada? Justifique sua resposta.

9. O que você aprendeu no tempo que frequenta esse espaço?

10. Você indicaria ou convidaria um colega para participar do projeto/programa? Por quê?

C. CONHECIMENTO

1. Você adquiriu novos conhecimentos nesse espaço?

() Sim

() Não

Quais? _____

2. Você entende que as atividades desenvolvidas no projeto/programa têm caráter educacional?

() Sim

() Não

Justifique: _____

3. Para você, o que é educação?

APÊNDICE – C

Roteiro de entrevista com coordenadores de espaços voltados aos idosos nos Campos Gerais

- **PERFIL:**

- 1) Nome e idade
- 2) Cidade e instituição
- 3) Área de formação
- 4) Experiência profissional (geral e com idosos)
- 5) Tempo de trabalho com idosos

- **ATUAÇÃO**

- 6) Há quanto tempo exerce essa função?
- 7) Houve algum tipo de processo seletivo ou trata-se de indicação?

- **TRAJETÓRIA DO PROJETO/PROGRAMA**

- 8) Há quanto tempo existe o projeto/programa?
- 9) Algum fato específico motivou a criação desse espaço?
- 10) Quem é o órgão responsável?
- 11) Como estão estruturadas as ações voltadas aos idosos (palestras, viagens, atividades físicas etc.)? Elas são ações de caráter educativo? De que maneira promovem educação?
- 12) Com que frequência as atividades são ofertadas (semanal – quantas vezes?, quinzenal, mensal...)
- 13) Quais os profissionais que atuam nas atividades propostas?
- 14) Existem recursos financeiros destinados para a manutenção do projeto/programa? Qual a fonte?
- 15) Os profissionais que atuam recebem formação específica? (Para respostas afirmativas, como acontecem essas formações? Para respostas negativas, como eles planejam as ações?)
- 16) Qual o principal objetivo do projeto/programa?

- **SOBRE OS IDOSOS PARTICIPANTES**

- 17) Desde o início das atividades, em média quantos idosos foram beneficiados?
- 18) Atualmente, quantos idosos participam das atividades?
- 19) Os objetivos propostos pelo projeto/programa estão sendo atingidos? De que maneira?
- 20) Como a coordenação avalia se as ações propostas estão sendo alcançadas?

APÊNDICE – D

Termo de consentimento livre e esclarecido

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento.

Desde logo fica garantido o sigilo das informações. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: **A efetivação das Políticas Públicas e a educação destinada aos idosos nos Campos Gerais (PR).**

Pesquisadora Responsável: Thânia Mara Kaminski Jacon (UEPG)

E-mail: tha.jacon@gmail.com

Telefone: 41 99871 2629

Orientadora da Pesquisa: Professora Dr^a Paola Andressa Scortegagna (UEPG)

O objetivo desta pesquisa é refletir sobre o papel das políticas públicas para a garantia dos direitos sociais dos idosos; compreender o processo de envelhecimento populacional brasileiro e a implantação das políticas públicas para os idosos; contextualizar o envelhecimento humano e seus significados na contemporaneidade; apontar os limites e possibilidades para o novo papel social dos idosos por meio dos processos educativos nos municípios dos Campos Gerais (Pr).

Thânia Mara Kaminski Jacon
Mestranda em Educação - UEPG

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, RG _____, abaixo assinado, concordo em participar como sujeito da pesquisa **A efetivação das Políticas Públicas e a educação destinada aos idosos nos Campos Gerais (PR)**. Fui devidamente informado e esclarecido pela pesquisadora **Thânia Mara Kaminski Jacon** sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos e a importância da minha participação. Foi-me garantido o sigilo das informações e que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local _____ e data: _____,
_____/_____/_____

Assinatura: _____